



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 115

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2191
ASSESSORIA DA MESA	2192

TAQUIGRAFIA

ATA DA 16ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA. Em 08 de junho de 2015

Presidência dos Srs.
Léo Moraes - Deputado
Jesuino Boabaid - Deputado

(Às 9 horas e 15 minutos é aberta a Audiência Pública)

A SRA. WAGNA VIEIRA DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores bom dia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Jesuíno Boabaid e Léo Moraes, proponentes, realiza Audiência Pública, para discutir sobre a Segurança Pública no Estado de Rondônia.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência Pública; Cel. PM César Adilson, Secretário Adjunto da SESDEC. Convidamos também o Dr. Shalimar Priester, Promotor de Justiça da Área de Segurança Pública; Cel. BM Felipe Santiago Chianca, Subcomandante Geral do Corpo de Bombeiros; Sr. Ruslan

Magalhães, Diretor do Conselho de Segurança da Zona Leste – Setor 16.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre a Segurança Pública no Estado de Rondônia.

A SRA. WAGNA VIEIRA DA SILVA (Mestre de Cerimônias)
– Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Melo e Silva)

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Gostaríamos de cumprimentar os componentes desta Mesa; cumprimentar o Excelentíssimo Senhor; o Deputado Jesuíno Boabaid, que junto conosco é proponente desta Audiência Pública; o Cel. PM César Adilson, Secretário Adjunto da SESDEC; Dr. Shalimar Priester, Promotor de Justiça na área de Segurança Pública; Cel. Felipe Santiago Chianca, Subcomandante Geral do Corpo de Bombeiros e o Sr. Ruslan Magalhães, que é o Diretor do Conselho de Segurança da Zona Leste, Setor 16, assim como todos os presentes nesta Audiência de suma importância.

Já alertando e pedindo desculpas pela forma imediata como ela foi convocada, mas nós víamos a necessidade de discutir e por conta disso assumimos a responsabilidade de certa forma ter uma Audiência vazia, mas certamente nós teremos o encaminhamento no final da mesma, isso que é o mais importante.

Com a palavra a Mestre de Cerimônias, para a leitura das demais autoridades que nos honram com as suas presenças, como também as justificativas.

A SRA. WAGNA VIEIRA DA SILVA (Mestre de Cerimônias)
– Registramos e agradecemos a presença de Edelvan Menezes, representante dos aprovados da Polícia Civil; Anderson Nanan, Presidente do Conselho de Segurança/Zona Leste; Senhora Juracy Henrique, Delegada Adjunta da Polícia Civil.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu quero convidar a Dra. Juracy, Diretora Executiva do GPC para que nos honre com a sua presença aqui na Mesa. Doutora, por gentileza.

Pois bem, iniciando esta Audiência Pública, mais uma vez gostaria de agradecer a presença das autoridades que foram convidadas, como diz o jargão popular, 'em cima do laço' e ainda assim se fizeram presentes, isso mostra o engajamento e a preocupação da Segurança Pública. Nós sabemos que a Segurança Pública é um problema macro nacional onde todo o país tem enfrentado essas situações dramáticas, esse caos instalado e no Estado de Rondônia não é diferente. E nós devemos puxar a responsabilidade para este Poder, Dr. Shalimar, o Poder Legislativo onde tem esse mosaico de Parlamentares, mas que certamente representa toda a população do Estado de Rondônia. E nós temos que sair daqui melhor do que nós entramos e só se sai com encaminhamento, com deliberação. Fui Vereador aqui na capital do Estado de Rondônia, em Porto Velho, e um fato lamentável que sempre me gerou certa decepção é que nós fazíamos Audiências Públicas seguidas, reiteradas vezes, Dr. Shalimar, e nós não tínhamos encaminhamento, parecia conversa de comadre. E aqui estamos fazendo diferente, e certamente nós temos também o respaldo das autoridades a fim de promover essas melhorias, até porque todas as Audiências se consegue ter um encaminhamento, uma deliberação. Assim foi na Regularização Fundiária, assim foi também na questão da convocação dos aprovados, deram o pontapé, mas infelizmente, não foi continuada a ação, mas nós estamos aqui até para discutirmos a respeito disso.

O tema central é o efetivo que nós temos que discutir com profundidade, esgotar esse assunto, prever minimamente uma legislação que obrigue o Estado, uma política de Estado e não de Governo, a fim de tratar do efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil e dos Bombeiros, mas nós temos também que discutir aqui a convocação imediata dos aprovados. Afinal, foi feito o concurso, o Governo abriu o certame, abriu concurso e ele tem que também concluir esse concurso. Fiz uma visita no último feriado, na sexta-feira passada, na Academia de Polícia e fiquei muito preocupado com o que vi, porque nós tínhamos uma data previamente estipulada e já foi esgotada, já acabou esse prazo e acho eu, não sou engenheiro, não sou arquiteto, não trabalho com obra, mas acho que dentro dos próximos dois meses não vai sair a conclusão daquele espaço físico, Dra. Juracy, da Academia de Polícia. Lá atrás, quando nós discutíamos que poderia ser feito por um convênio, que poderíamos fazer numa instituição de ensino, que poderíamos fazer numa escola do Governo do Estado de Rondônia, essa academia, eu acho que era a saída mais acertada, porque certamente esses alunos hoje já estariam quase formados prontos para servir o povo do Estado de Rondônia, gerar e a promover a sensação de segurança a todos os municípios de Porto Velho assim como dos outros 51 municípios.

Então, nós temos que discutir tudo isso, tudo isso de forma holística e sair com esse encaminhamento.

Agradeço ao Deputado Jesuíno Boabaid, que também não mede esforços, está sempre conosco nessa empreitada, acho que é uma cumplicidade muito positiva, quando a gente discute Segurança Pública, eu tenho mais conhecimento, modéstia a parte, na área da Polícia Civil, o Deputado Jesuíno da Polícia Militar e todos os demais Deputados Estaduais que têm seus

redutos eleitorais, suas bases, seus domicílios no interior de Rondônia, mas que quando eu os avisei a respeito desta Audiência, na última Sessão, eles falaram o seguinte: "Deputado Léo Moraes, Deputado Jesuíno, vocês têm procuração para falar em nosso nome e o que vocês concluírem, decidirem nessa Audiência, certamente é o que todos os Deputados também vão assinar", então a gente fica muito feliz por esse respeito, pela credibilidade, sabendo que daqui vai sair alguma resposta, vai sair alguma novidade. Agradeço as presenças das lideranças comunitárias, dos diretores de escolas, do CONSEG 16, da Zona Leste; da Zona Sul que também está aqui; dos representantes dos aprovados no último concurso da Polícia Civil, da Polícia Militar, que aqui vejo, dentre tantos outros. Agradecer a presença do Anderson Nanã, que é o líder também, Presidente do CONSEG 16, que está sempre ativo nessa luta, participou de uma grande manifestação, semana retrasada, na Zona Leste, após a incidência de mais três mortes. Eu sempre comento com o Anderson Nanã, que toda manifestação, desde que seja pacífica e ordeira, ela é legítima e ela tem que acontecer, porque muitas vezes, por conta das diversas atribuições, das múltiplas dificuldades do Governo do Estado de Rondônia, assim como qualquer outro, ele acaba por não enxergar uma situação localizada que certamente vai culminar em problemas maiores. E lá eles fizeram, foi imprensa, foi site, e é por conta disso também, e por conta da preocupação dos diretores de escolas e lideranças comunitárias que nós, prontamente, atendemos ao pedido, conversamos com o Dr. Shalimar e fizemos esta Audiência Pública. Agradecer o Coronel Adilson, que também não mediu esforços, foi na nossa Comissão de Segurança Pública, alertou sobre os dados, sobre os números, qual a estratégia, qual o entendimento da Secretaria de Segurança. O Dr. Reis, que tem tentado resolver, equacionar esses problemas dos concursados, e que eles não são pequenos. Agradecer ao Subcomandante dos Bombeiros que está aqui conosco; agradecer à Doutora Juracy, que é uma amiga em particular, uma pessoa a qual conheço a sua luta e da sua história dentro da honrosa Corporação da Polícia Civil; agradecer ao Dr. Shalimar, já discutimos outras matérias a fim de atender à população, na época de Porto Velho, e agora do Estado de Rondônia, o Dr. Shalimar foi da Vara de Saúde, fez o profícuo e muito bem visto trabalho na área de Saúde, a fim de fazer as inspeções nos postos, nas unidades básicas de Saúde, também nas UPAs e foi lá que eu tive a oportunidade de conhecê-lo, também levando a comunidade para debater com o Dr. Shalimar. Agradecer a todos vocês e que, como eu disse anteriormente, vamos sair daqui melhores do que entramos. Temos que fazer essa pressão positiva, quando eu comento 'esse é o lobby, o lobby saudável' que os Deputados estaduais têm que fazer, no interesse coletivo, no interesse da comunidade do Estado de Rondônia.

Então, agradeço a participação de todos e passo a palavra para o meu colega e amigo Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Deputado Léo Moraes, o Dr. Shalimar, o Coronel Adilson, Coronel Chianca; Dr. Juracy também, que se faz presente e as demais pessoas que se encontram na galeria. Dizer que é de suma importância essa discussão, que

colocamos de uma forma bem ampla, Segurança Pública. Mas o propósito desta Audiência também, como está aqui ao meu lado o Dr. Shalimar, ele tem dados técnicos que falam sobre a questão do efetivo mínimo das polícias. E aproveitando também, Deputado, como o senhor bem disse, a questão das academias, que é para iniciar na Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros também, com o efetivo também reduzido, eu acho que esse é o momento. Esperávamos mais pessoas, mas por conta do tempo que foi muito curto, eu acredito que as demais pessoas não puderam vir. Mas para mim é salutar, é importante que haja as Audiências Públicas que estão sendo propostas nesta Casa, na sua maioria está tendo soluções favoráveis, como foi o caso da questão do Dilma Rousseff, foi a questão ali da RO 005, Estrada da Penal, Figura A e outras, não é? A própria Segurança mesmo, já tivemos bons encaminhamentos, mas dizer que hoje a situação está complicada, a cada dia que passa o efetivo vai embora. Nós temos informações alarmantes que mil policiais militares estarão, até o final do ano, indo para a reserva remunerada. Então, se o efetivo, hoje, prontos é de 3.300, nós chegaremos aí, ao final de 2.300. Então, nem convocando os mil aprovados irá suprir a necessidade da Corporação. Iremos, ao final, já foi falado, apresentar um Projeto de Lei, aonde já tem anuência de todos os Deputados, foram todos favoráveis, vai depender do Governo. O Governo vai dar um pulo, já foi perguntado sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu já tenho resposta sobre essa questão também, da Lei de Responsabilidade Fiscal, como iremos tratar sobre essa discussão. Deixaram, como bem disse ali o Secretário da Casa Civil: “mas toda área tem necessidade de convocação de pessoas, de recursos humanos”. Diferente, é diferente, segurança pública, é o tripé, como diz: “saúde, educação e segurança pública”, mas, hoje, quem dá a sustentabilidade para que os demais órgãos, as demais instituições funcionem de forma regular são as polícias. Isso já ficou pacificado, e qualquer órgão que tenha um movimento grevista, dou um exemplo, há uma continuidade de forma caótica, mas funciona. Mas se você falar que a Polícia Militar, o Bombeiro, ou algo assim, vai entrar em greve, você sabe que as demais... por conta da violência que é alarmante.

Então, eu quero agradecer novamente a todos que se fazem presentes, tanto no interno, nesta galeria... quero falar novamente. Para mim, eu vou deixar uma reclamação e vou peticionar nesta própria Casa que esse vidro seja, eu acho que é a 20ª vez que a falamos sobre a questão desse vidro e parece que... mas tem que consertar. Eu já não vou mais aceitar isso, ou arranca esse negócio daí ou conserta. É incabível que na Assembleia Legislativa fique esse vidro constantemente aí, a pessoa parece que fica numa blindagem, tem que ficar ouvindo. Então é assim, não tem que separar, o povo está aqui, tem que ouvir, tem que estar presente, é isso que a gente tem que fazer.

Mas eu quero agradecer. Muito obrigado.

Passo a palavra para o Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Deputado Jesuíno, nós já conversamos a respeito disso, e que fique registrado, que se retire, se não tem condições de consertar que se retire esse vidro, e que nós possamos ouvir essa ressonância dos interessados por todas as temáticas que aqui abordarmos.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Senhor Anderson Nanán, Presidente do Conselho de Segurança da Zona Leste.

Gostaríamos de passar a palavra ao Coronel PM César Adilson, Secretário Adjunto da SESDEC, e de antemão já agradecendo a sua presença, Secretário, seu interesse em participar do nosso debate, das nossas discussões, o senhor já participou da Comissão de Segurança Pública, na qual o Deputado Jesuíno é o Presidente e mais uma vez está aqui conosco.

Quero registrar a presença também do Deputado Aécio da TV, nosso amigo Deputado com domicílio eleitoral em Porto Velho, que faz um grande trabalho, é uma honra dividir esse Parlamento com Vossa Excelência, Deputado Aécio da TV.

O SR. CÉSAR ADILSON – Bom dia a todos.

Primeiro quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Deputado Léo Moraes; Deputado Jesuíno; Doutor Shalimar, Promotor da 20ª Promotoria, responsável na parte de segurança pública; Coronel Chianca, Subcomandante do Corpo de Bombeiros; Doutora Juracy, nossa Delegada Adjunta da Polícia Civil; Senhor Ruslan Magalhães, Diretor do Conselho de Segurança da Zona Leste; o Anderson, que preside o Conselho de Segurança na Zona Leste, está sempre conosco acompanhando os trabalhos na troca de ideias, na troca de informações e sugestões para que possamos, cada dia mais, melhorar a questão da segurança pública. De antemão, senhoras e senhores, eu parabeno a iniciativa da Assembleia Legislativa. Primeiro, pelo evento que nós tivemos na semana passada, onde fizemos algumas colocações, apresentadas também pelo Doutor Shalimar, de importantíssimas informações que foram apresentadas, informações essas que já foram encaminhadas ao Secretário de Segurança Doutor Reis, que em função do curto espaço da programação deste evento de hoje, ele já estava com sua agenda com evento no mesmo horário, ele se encontra hoje, no mesmo horário, num evento e se possível e conforme o andar dos trabalhos aqui nesta Audiência Pública, ele vem participar conosco, ele vai sair de lá e vem participar conosco aqui na Assembleia Legislativa.

Como representante da Segurança Pública, coloco a nossa Secretaria à disposição dos senhores e estamos aqui para debater e passar qualquer tipo de informações. Obrigado a todos.

(Às 09 horas e 42 minutos o Senhor Léo Moraes passa a Presidência para o Senhor Jesuíno Boabaid)

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vou passar a palavra para o Doutor Shalimar, ele é o ator principal desta Audiência, para fazer exposições da questão do efetivo e apresentação.

O SR. SHALIMAR PRIESTER – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Jesuíno, Deputado Léo Moraes, agradecer a oportunidade de estar aqui hoje para falar nesta Audiência Pública; cumprimentar o senhor Deputado também presente aqui, Deputado Aécio da TV; cumprimentar o Coronel César Adilson, o qual representa a SESDEC, representa o Governo do Estado e também a Polícia Militar do Estado de Rondônia; cumprimentar o Coronel Chianca, que

aqui representa o Corpo de Bombeiro; a Doutora Juracy, gostaria de cumprimentá-la e parabenizar pelo trabalho que está sendo realizado na Polícia Civil. Cumprimentar também o senhor Ruslan e o senhor Anderson Nanan, aqui também representando o Conselho da Comunidade do Setor 16. Cumprimentar e agradecer a presença de todos. Dizer que tratar de Segurança Pública é um tema extremamente espinhoso, e gostaria se houvesse a possibilidade de abrir o slide.

Queria abrir esse slide só para fazer uma rápida reflexão antes de iniciar especificamente ao tema. Na década de 1950, de 1947 até 1989, quando tem início a Guerra Fria, há uma disseminação na cultura popular de que havia dois lados, um lado que defendia o comunismo e o lado que defendia o capitalismo. Essa imagem retrata exatamente a bipolaridade do mundo e essa bipolaridade, tecnicamente, ela teria acabado em 1989 com os dois programas políticos da União Soviética, a Glasnost e a Perestroika. É importante dizer aqui que nós estamos num período em que a ideia de lados é um tanto quanto infantil. Quando se traz uma ideia, rapidamente se estabelece dois lados. Um lado você pergunta: 'de que lado você está?' Ele fala assim: "estou do lado de quem está apresentando a ideia". 'Mas por que você está desse lado?' Ele vai falar "porque eu estou do lado de quem está apresentando" e, automaticamente, você pergunta para o outro lado: 'De que lado você está?' "Eu estou do outro lado." "Por que você está do outro lado?" "Ah, porque eu estou contra quem está apresentando a ideia." E a ideia não é essa, de você defender um lado ou outro, mas sim discutir a ideia que está sendo apresentada, isso é mais importante.

Quando você olha o planisfério político da guerra fria, aquela bipolaridade que existia entre ocidente e oriente, isso não existe. Todo o mundo era salpicado por ideias, tanto do lado direito, quanto do lado esquerdo, não existia essa bipolaridade. Então, hoje você tratar de bipolaridade é se tratar de uma forma bastante infantil uma ideia. O mais importante, acredito eu, que quando se apresenta uma ideia, é ter aquelas pessoas que são seus amigos para te orientarem naquilo que você precisa. O maior perigo do ser humano é quando as pessoas que estão ao seu lado, que são seus amigos, dizem a ele apenas aquilo que ele quer ouvir e não aquilo que ele precisa ouvir. Então, eu digo que muitas vezes ter uma pessoa que você apresenta ele como seu antagonista, ela é de extrema importância, porque essa pessoa vai te fazer olhar o lado que você não está acostumado a olhar, o lado que você não visualizou quando você apresentou a ideia, e isso é muito importante. E mais importante, quando eu digo também, é você ter as pessoas que estão ao seu lado que te digam quando está errado, esse é o mais importante, porque ter ao seu lado uma pessoa que só diga que se está certo, aquilo que se quer ouvir, isso acaba levando à ruína, como já levou ruína de outros Estados. Quando eu digo Estado, eu digo Estado, países, restante do mundo, durante todo o nosso período de história. Então, queremos deixar bem claro que a ideia que está sendo proposta, é trazer a discussão à Segurança Pública como um todo. E quando essa ideia é proposta, não quer dizer que isso seja uma ideia contra o Governo ou para quem apóia o Governo ou que seja uma ideia contra o Governo para quem é contra o Governo. Na verdade, o que está sendo proposto aqui é uma ideia de se estabelecer políticas de Segurança Pública para o Estado de Rondônia, que sejam políticas de Estado, não somente políticas

de Governo. O que está sendo apresentado aqui, está dentro da Constituição do Estado no Artigo 30, inciso XII da Constituição que estabelece, que compete à Assembleia Legislativa, legislar nas questões de organização e estrutura das polícias. Aqui, Senhores, apresentarei de forma bastante sucinta e bastante explicativa a questão do efetivo da Polícia Militar do Estado de Rondônia em números e, ao final, a discussão de uma metodologia para que isso seja equacionado.

Aqui Senhores, nós temos a evolução da população do Estado de Rondônia. Em azul, nós temos a população, o crescimento da população, a população urbana e, em alaranjado, nós temos o crescimento da população rural. Sei que de 1990, quando o Estado tinha algo em torno de um milhão, cento e trinta mil pessoas, nós somente crescemos e chegamos ao patamar que hoje estamos, de aproximadamente um milhão e oitocentas mil pessoas, ou seja, um milhão, setecentos e quarenta e oito mil pessoas, em Rondônia. Essa estimava, ao longo dos anos, de 1990, de um milhão, cento e trinta, a previsão do IBGE, é que ela cresça, somente cresça até 2025. Um detalhe que não consta disso, são as políticas que hoje são trazidas, como é o caso dessa ferrovia que vai passar aqui no Estado de Rondônia. Como um Estado de população flutuante, que é o Estado de Rondônia, é de se esperar que a população tenha um aumento muito grande agora nesse período entre 2016 até 2020, muito maior do que era previsto pelo IBGE.

Aqui Senhores, para mim esse é um gráfico extremamente impactante. Em azul, nós temos o efetivo, a população do Estado de Rondônia desde 1990 até 2020, a projeção. Embaixo, praticamente nós não conseguimos identificar isso, é insignificante o efetivo da Polícia Militar em 1990, 8.406; em 2000, 8.518; em 2010, 8.615; em 2015, hoje, 8.638 e se nada for alterado esse efetivo permanecerá até 2020. Olha a relevância ou a significação desse efetivo perto da população do Estado e Rondônia, é nenhum. Esse gráfico Senhores, em que a gente olha efetivo da Polícia Militar, identifica algo extremamente irrelevante, ele se torna pior quando nós identificamos que o efetivo previsto de 8.400 a 8.638, ele nunca, na história de Rondônia, foi alcançado. Nós tivemos em 2007 um efetivo próximo, ou melhor, 2007 nós tivemos um efetivo bem próximo de 6.000, e esse foi o máximo que nós conseguimos chegar, nunca nós passamos desse efetivo. Aqui, esse gráfico, representa exatamente o comparativo entre o crescimento populacional do Estado de Rondônia e o crescimento do efetivo da Polícia Militar do Estado de Rondônia, ele teve um pequeno crescimento na década de 2000, na primeira década do ano de 2000, e agora ele está em franco declínio.

Aqui senhores, nós temos o comparativo e nós temos a identificação do efetivo total de 8.638 homens, nós temos o efetivo existente de 5.036 homens e o efetivo que de fato está pronto para o serviço, apenas 3.385 policiais. Esse detalhe, eu acho isso bastante interessante, senhores, é que se formos avaliar esse efetivo, nós temos 2.059 soldados; nós temos 664 cabos e 294 3º sargentos. Esse de fato é o efetivo que está na rua. A partir disso, de 2º Sargento, esse efetivo é administrativo, ele é tecnicamente operacional, mas ele não está na rua. Então, desse efetivo pronto de 3.385 nós ainda podemos tirar um bom número disso e que de fato representa a atividade de polícia ostensivo do Estado de Rondônia.

Aqui senhores, é só um comparativo, 3.385 homens representam nada mais nada menos do que 39% do efetivo que a Polícia Militar deveria ter para atender o Estado de Rondônia. Isso, só em comparação. O Estado de Rondônia possui 43% Secretarias e órgãos, segundo o portal do Estado, e ele trabalharia apenas com 39%, ou seja, 16 Secretarias. Ele deveria, do quantitativo total 57.358, atuar com 22.369. No mesmo comparativo, 39% seria a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia ao invés dos 24 deputados, trabalhar apenas com 9 Deputados. Essa é a realidade da Polícia Militar.

Aqui nós temos a dispersão do Estado de Rondônia, 52 municípios, 99 distritos. Essa quantidade de distritos impede até um efetivo cálculo da distribuição de policiais por habitantes, eu vou mostrar para os senhores. Aqui usando matemática do que seria o ideal, nós teríamos um policial para cada 250 habitantes. Pelo quantitativo populacional do Estado de Rondônia, para atingir o efetivo operacional necessário para as necessidades do Estado, a Polícia Militar deveria ter 6.994 policiais, não 3.335. Da mesma forma, se eu dividir esses policiais 3.335 pela população do Estado, tecnicamente eu teria um para 522, isso, em regra, seria apenas duas vezes tecnicamente se esperaria necessário. Eu falo isso para dizer também o seguinte, que esse número de 1 para 250, é uma referência equivocada, ela não existe. A própria ONU estabelece que esse cálculo deve ser previsto de acordo com as necessidades locais: violência, população com proximidade de fronteiras, região de jogos, população flutuante. São índices criminológicos que devem ser observados, não esse percentual fixo de 1 para 250. Mas vamos usar aqui essa temática e vamos somente dividir o quantitativo populacional dentro dos municípios e depois identificar qual a razão de policiais por habitantes. Costa Marques nós temos um efetivo previsto de 16 policiais, e só tem 12, tem 16.258 pessoas, seria 1 para 1.355 pessoas, um policial para atender 1.355 pessoas. O 3º GP da 4ª Companhia do 2º DPM Seringueiras, tem um efetivo previsto de 15 policiais, ele só tem 10. A população é de 12.543 pessoas, o efetivo seria de 1 policial para atender 1.254 pessoas. Depois disso, nós temos Alto Paraíso, com um efetivo de, ou melhor, em Alto Paraíso, veja só, nós temos 12 policiais previstos e nós temos no local 19, tem mais do que era previsto, mesmo assim nós temos um policial para cada 1.044 pessoas. Na sequência Buritis, 1 para 716; Monte Negro 1 para 873; Campo Novo de Rondônia 1 para 1.005; Machadinho do Oeste, 1 para 920; Cujubim 1 para 1.188. E, senhores, o cálculo é bem fácil, é você subtrair a população pelo efetivo existente. Porto Velho nós temos 1 para 1.006 habitantes; Nova Brasilândia nós temos 1 para 978. Aqui senhores, essa perspectiva das cidades é só para não dizer que eu tirei de forma aleatória. O Brasil tem em torno de cinco mil municípios. Foi feito um ranking tirando 10%, quinhentos municípios, os quinhentos municípios mais violentos do país, no ranking dos quinhentos mais violentos do País estão Alto Paraíso, Buritis, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, Machadinho, Cujubim, Porto Velho e Nova Brasilândia, ou seja, nós somos índices num universo de cinco mil municípios. Nós temos Rondônia participando de uma mostra de 10% dos municípios com maior criminalidade do País. Uma média de policiais, nas 8 cidades incluídas no ranking, das quinhentas cidades mais violentas do Brasil, nós teríamos aqui em Rondônia a média, nessas cidades, de 1 para 965 policiais. Se a

quantidade de policiais para o número de habitantes é relevante ou não, para os índices de criminalidade eu não posso afirmar, mas é uma coincidência muito grande que esse índice esteja dessa forma nas cidades que são consideradas mais violentas do País. Então, é um dado preocupante, se ele não for um dado conclusivo.

Aqui nós temos um slide que trata da inclusão e evasão da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Veja que nós estamos tendo, esse é um dado só de 2000, e esse trabalho, senhores, foi feito pela própria Polícia Militar, é uma monografia de um coronel da polícia militar, Coronel Lessa, muito estudioso por sinal, e que gentilmente me cedeu esses dados. Desde 2000, todos os anos, nós tivemos saída de policiais da Corporação, no entanto em poucos anos nós tivemos o ingresso de policiais.

Um dado que me preocupa e eu vou mostrar, peço desculpas por retornar o slide, mas é importante mencionar isso, nós temos um concurso em andamento e esse concurso prevê 240 policiais. Vamos trazer a hipótese de que se consiga dobrar o número de policiais. Nós teríamos sobre esse número de 3.385 um acréscimo de 480 Policiais. Se eles entrarem este ano, neste mesmo ano, nós teremos uma perda, segundo o Ofício nº 071 que me foi encaminhado da Divisão de Promoção de Condecoração da Polícia Militar, de uma previsão de aptos para a reserva remunerada da Polícia Militar de 629. Isso significa que, mesmo que entre o dobro dos concursados deste ano, não vai significar nada para o efetivo da Polícia Militar de Rondônia, cujo número, ao final do ano ou início do ano que vem, vai ser menor do que o número que está sendo apresentado hoje.

Aqui senhores, é uma metodologia para se definir o efetivo operacional da Polícia, esse número foi adotado, foi estabelecido, essa equação foi estabelecida nos Estados Unidos e ele foi adotado pela Polícia Militar do Paraná para estabelecer o efetivo operacional daquela Unidade Policial. Aqui, retornando, só mais um pouquinho, que é importante mencionar, esse número previsto de 8.638, tem uma distribuição apenas nos quadros, e esses quadros, como os senhores podem ver, há uma quantidade muito grande de quadros zerados, a qual dentro da Polícia Militar, tecnicamente, se chama de quadros claros, ele não tem uma metodologia específica para se definir esse quantitativo de 8.638. É imperioso, já que nós precisamos de uma política moderna, que a polícia adote algum tipo de metodologia. Essa metodologia foi da Polícia Militar do Paraná, há instrução normativa nº I - 28 do Estado de São Paulo que estabelece também uma nova metodologia, bastante interessante, e que isso deve ser observado para que o Estado, através da Polícia Militar e através dos órgãos de Segurança Pública, possa atender com eficiência e também com eficácia, à população do Estado de Rondônia.

Aqui, senhores, é onde me preocupa. Nós temos aqui um total de inquéritos de 2010 a 2015, e eu preferi pegar os inquéritos para evitar discussão sobre aquelas ocorrências que são registradas, mas que na verdade não correspondem de fato a um crime, alguma coisa assim, e que sequer são instauradas. Então peguei só a quantidade de inquéritos. E de 2010 a 2015 nós tivemos 98.214 inquéritos instaurados. Nesse mesmo período, de 2010 a 2015, nós tivemos 33.312 inquéritos relatados.

Desses inquéritos relatados, nós tivemos 13.913, que foi decorrente de flagrantes. Nesse cálculo, senhores, nessa equação, ou melhor, nesse gráfico, eu acho que o importante é demonstrar isso, é que desse total de 98.214 ocorrências que ocorreram de fato, e que foram registrados em inquéritos, aqueles 13.913 que correspondem a 12% desse quantitativo de 98.214. Foram as ocorrências que a Polícia Militar atendeu, ou melhor, que a Polícia Militar, quando o crime estava acontecendo, ela conseguiu prender os acusados. Ela não conseguiu evitar o crime, mas conseguiu prender os acusados, quem estava cometendo o crime. Então, a participação da Polícia Militar foi de apenas 12%. Isso mostra que de fato a defasagem do efetivo está intimamente ligada a essa quantidade de crimes e a resposta do Estado, que me preocupa. 33.312 representam 14% desse quantitativo de 98.214, isso representa aquilo que a Polícia Civil conseguiu investigar e relatar. Essa é a parte da investigação. E essa investigação da Polícia Civil, se verifica aqui que ela só não é maior justamente pela falta de efetivo, não tem outra justificativa. A justificativa da Polícia Civil, é não conseguir relatar a quantidade de inquéritos que existem, se dá exclusivamente em relação à falta de efetivo. Nós temos um estoque, portanto, desses IPLs, presos, se for subtraídos desses 98, nós teríamos um estoque de inquéritos, ressaltando a hipótese dos 33.312 que a Polícia Civil conseguiu solucionar, nós teríamos um estoque 78.865 inquéritos, que estão tramitando nas delegacias, não estão nesse quantitativo por conta desses 33.312. Mas é muito simples, a equação também seria: 98.212 menos 33.312 mais 3.963. Desse cálculo nós teríamos o estoque atual de inquéritos. Senhores, aqui é o que me preocupa mais. Na verdade, eu tenho delegados com quem eu estudei, eu tenho delegados com quem eu estagiei, eu tenho delegados quem são meus amigos, hoje, e que ao comparecer nas delegacias, eu olho e vejo que não há possibilidade alguma de eles concluírem a tarefa que lhes cabe. Porque chega, um exemplo bem simples aqui da capital, o 2º DP tem um estoque de aproximadamente 15.000 inquéritos, 15.000 inquéritos para um delegado é absolutamente impossível de ser trabalhado. Pode ser a pessoa mais trabalhadora que tiver, mas ele sozinho não dá conta. Então, esse dado mostra a necessidade do efetivo da Polícia Civil.

Aqui é a distribuição sempre crescente da criminalidade. Nós não tivemos redução na criminalidade. 2010, nós tivemos 11.040; 2011 nós tivemos 16.258 inquéritos instaurados; 2012, 20.718; 2013, 22.543; 2014, 21.394, e agora, em 2015 nós temos 6.261, num estoque de 98.214.

Um dado que me preocupa é que, senhores, estatística pode dizer tudo, pode dizer a verdade e inclusive pode mentir, mas a estatística diz tudo, o que você quiser, e um dado estatístico com redução de criminalidade diz respeito à questão de homicídios.

Homicídio é um crime eminentemente de ocasião e efetivo algum, efetivo algum pode coibir a quantidade dos crimes de homicídio, diferentemente dos crimes patrimoniais que o efetivo está intimamente ligado à ostensividade da Polícia Militar, em estudos é comprovadamente eficaz na redução dos crimes patrimoniais. Agora, os crimes de homicídios acontecem em casa, nos bares, em clubes que é impossível a presença muitas vezes da própria Polícia Militar, e mesmo que a Polícia Militar esteja, por se tratar de um crime de ocasião, dificilmente ela

vai ter condição de coibir esse crime e baixar essas estatísticas. Essas estatísticas dos homicídios se deve a outros fatores criminológicos: renda, emprego, educação, cultura, outros critérios, mas não vinculados à questão de efetivo ou de Segurança Pública.

Inquéritos relatados. Aqui a quantidade de inquéritos relatados.

Veja que a briososa Polícia Civil, tem aumentado a cada dia mais o número de inquéritos, e no ano de 2015 ela praticamente já chegou, nós estamos em seis meses do ano de 2015 e ela praticamente já chegou ao número dos inquéritos relatados no ano de 2011. Só que há um detalhe nessa situação, a Polícia Civil está perdendo muito o seu efetivo. Muitas cidades já estão sem delegados, aqui na capital, várias delegacias já estão sem delegados. Algumas delegacias do interior que deveriam ter cinco delegados, têm dois e isso diz respeito quanto a quantidade de inquéritos que de fato são solucionados.

Aqui são as quantidades de inquéritos de IPL presos, inquéritos onde a Polícia Militar, na grande maioria das vezes, faz o flagrante, nós temos ali em 2011, 880; 2012, 3.448; 2013, 4.246; 2014, 3.843 e agora em 2015, nós já temos praticamente em seis meses, a metade, ou melhor, já passou da metade da quantidade de flagrantes ocorridos o ano passado.

Então, nós temos aí, de 2011 até 2015, um total de 13.963 inquéritos decorrentes de flagrantes delitos. Aí a questão, a discussão maior é justamente essa, o porquê de trazer essa discussão à Assembleia Legislativa do Estado? É que durante muito tempo se trouxe que a Segurança Pública, a Assembleia poderia resolver Segurança Pública através de uma Emenda.

Então, 'nós precisamos de computador, nós precisamos de viatura' e tudo o que se pedia aos Deputados era algo diferente daquilo que os Deputados estão ambientados, que é justamente a proposição de leis.

E eu coloco aqui, como desde o início eu falei, essa Proposição não é uma Proposição pró ou contra Governo, mas uma Proposição pró-Estado de Rondônia, não vai ter Governador, pode ser o melhor Governador que venha para cá, para o Estado de Rondônia, o melhor Governador eleito, pode ser o melhor Secretário de Segurança Pública, pode ser o melhor Delegado na direção da Polícia Civil, pode ser o melhor Secretário à frente da Secretaria de Segurança Pública, que o problema de Segurança Pública não vai ser resolvido.

Para a Segurança Pública ser resolvida, não adianta criticar o atual Governo, não adianta criticar o Secretário, não adianta criticar quem está no comando das polícias, mas nós precisamos de fato arrumar a casa, e de que forma nós podemos arrumar a casa? Através dos senhores Deputados, através da organização da estrutura das Polícias Cíveis e Militares.

Aqui, há uma necessidade de se vincular estruturalmente, a vinculação estrutural das unidades militares.

A Polícia Militar, não tem essa vinculação estrutural e, além disso, é necessário que a Assembleia Legislativa verifique que há necessidade da criação de uma agenda para tratar de Segurança Pública, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros, mas agora nós teremos um novo problema que acontece em 19 Estados da Federação,

nós teremos uma autonomia ou uma separação da Polícia Técnica da Polícia Civil e nós precisamos trabalhar para que a Polícia Técnica não comece sem ter condição de trabalho.

Então, o mínimo que nós podemos fazer, é que a Polícia Técnica, quando começar a trabalhar, dê respaldo à Polícia Civil, e ao Ministério Público nas ações penais. É necessário que ela já comece pelo menos com força para trabalhar, e não nas condições que estão as coirmãs Polícia Militar e Polícia Civil.

A proposta seria a organização, e isso eu não tirei da cartola, essa é uma organização que vem do próprio Exército Brasileiro à vinculação das unidades, portanto ela começa com a primeira unidade que seria um Grupamento Policial Militar. Esse Grupamento Policial Militar seria composto por três guarnições. Quando se tiver o número de três grupamentos policiais nós teremos a formação de um pelotão. Quando na unidade tivéssemos três pelotões, nós teríamos então a formação de uma Companhia. Quando tivéssemos três companhias, acrescidas de um pelotão de apoio, nós teríamos, portanto, a configuração de um batalhão. O que acontece hoje, isso não dá para explicar, é que nós temos batalhões com números bastante diferenciados pela seguinte razão: nós temos batalhões que tem uma companhia, batalhões com apenas duas companhias, batalhões com duas companhias sem o pelotão de apoio, e isso acaba prejudicando. Nós temos companhias com apenas um pelotão ou companhias com quatro pelotões, e isso acaba sendo dissociado em todo o Estado e não se tem uma política estrutural para se fazer com que a Polícia Militar se estabeleça e cresça de fato dentro do Estado de Rondônia.

Quando se fala de uma Proposição mínima, não se fala de uma Proposição mínima estabelecida aqui pela Assembleia Legislativa de um efetivo da Polícia, mas da composição mínima dessas unidades militares, cuja necessidade é importante. Nós teríamos, é apenas um esboço do que seria uma Proposição que definiria a composição básica das unidades operacionais da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Como eu falei, essa composição, essa estrutura da Polícia Militar, essa organização da Polícia Militar, é competência exclusiva da Assembleia Legislativa, prevista no Artigo 30, inciso XI da Constituição do Estado. E ela teria o seguinte tratamento: grupamento policial militar, um pelotão, depois uma companhia e um batalhão. Isso já existe no Estado de Rondônia, só que não de forma organizada. Da mesma forma, o grupamento policial seria a menor unidade militar. O grupamento seria composto de três guarnições, o pelotão seria composto de três grupamentos, a companhia composta por um mínimo de três pelotões, o batalhão composto por, no mínimo, três companhias somada a um pelotão de apoio. O efetivo mínimo dessas unidades policiais militares, seria definido por instrução normativa do Comando da Polícia Militar, como é feito no Estado de São Paulo, no Estado do Paraná e em outros Estados da Federação, que ele estabelece essa composição mínima do planejamento e do efetivo operacional de seus membros. E essa é uma pequena contribuição, uma pequena sugestão que eu faço a esta Casa de Leis, pela qual tenho profundo respeito e acho que de fato é um dos pilares necessários à própria democracia do Estado.

Muito obrigado.

(Às 10 horas e 15 minutos o Senhor Jesuíno Boabaid passa a Presidência ao Senhor Léo Moraes)

A SRA. WAGNA VIEIRA DA SILVA (Mestra de Cerimônias)

– Presidente, gostaríamos de registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Aécio da TV; Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson; Excelentíssimo Senhor Deputado Cleiton Roque; Senhor Edielei Sandro, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Flamboyant; senhor Francisco Walfredo, autor do Projeto sobre segurança pública; senhor Carlos Magno, representante do Grupo de Capoeira Raízes de Rondônia; senhor Kayann Reis, advogado representante da OAB.

O SR. LÉO MORAES (|Presidente) – Agradecemos a presença de todas essas autoridades. Também gostaria de registrar a presença do Belze, líder comunitário do Bairro Conceição, da Zona Sul, constantemente está lá lutando pelo interesse do seu povo, pela sua comunidade, ficamos muito felizes pela sua presença aqui, Belze

Passo a palavra para o senhor Ruslan Magalhães, que é o Diretor do Conselho de Segurança da Zona Leste, setor 16.

A palavra está com o senhor. Pode ir lá à Tribuna, por gentileza.

O SR. RUSLAN MAGALHÃES – Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, que está presidindo juntamente com o Deputado Jesuíno esta brilhante Audiência Pública, que é de grande interesse da comunidade pelo o fato de ser discutido quanto ao grande índice de violência que está passando o Estado, nesse momento. Foi relatado aqui, através de slide, todo o sistema que se encontra hoje na Polícia Militar. A gente vê aqui a questão do efetivo. Fala-se muito da questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e a gente viu que do ano passado para cá já foi para a transposição mais de mil policiais. Eu, conversando com o Secretário, e coloquei para ele: se a Polícia transpôs mais de mil policiais, e se fala em Lei de Responsabilidade Fiscal, automaticamente a Polícia ficou com esse crédito de mil policiais, porque saiu do quadro dela, passou para o Governo Federal. Então, automaticamente, o Governo e através do Secretário de Planejamento e de Finanças, poderia ser feito um concurso de imediato para repor esses mil policiais. Então, não justifica vir falar em Lei de Responsabilidade Fiscal, porque se houve o inchamento da Lei de Responsabilidade Fiscal foi através de outro órgão. Se eu tirei desse órgão aqui mil pessoas, automaticamente foi colocado em outro órgão, Educação, Saúde, não sei. Então, teria que se ajustar essas Secretarias, e a Polícia Militar recuperar esse percentual que foi perdido de policial, foi justo, não é? Nós vimos aí na Zona Leste, há duas semanas, a perda de profissionais da escola, Professoras sendo ameaçadas, Diretoras entregando o cargo. Então, isso nos preocupou juntamente com o nosso Presidente, o Anderson Nanan, e as demais lideranças lá, de fazer uma manifestação e cobrar do Governo e através desta Casa, que nós temos que debater e trazer os Projetos, a comunidade tem que participar também, não é só cobrarmos, estamos vendo que está tendo uma falha, mas nós temos que fazer a nossa parte, porque segurança é dever de todos, não só dos Poderes, mas também da comunidade.

Então, gostaríamos até que esta Audiência fosse divulgada até com antecedência, mas a preocupação foi tão grande, que não teve esse tempo, foi tudo muito rápido. Gostaríamos que estivessem aqui presentes, todos os

Presidentes de Associações das comunidades, escolas, todas as partes sociais, o comércio aonde estamos vendo todos os dias, assaltos. Lá na nossa Zona Leste mesmo, no Bairro Ulisses Guimarães, os comerciantes iam propor, todos eles se unirem em questão de repúdio, iam fechar o comércio pelo menos pela parte da manhã, porque não aguentam mais tanto assalto, tem comércio lá que já foi assaltado quatro, cinco vezes, e não se justifica que estejamos sem segurança. Vemos aí, até cobraria das autoridades aqui, quantos policiais também estão à disposição de outros órgãos. A gente vê policiais em várias Secretarias, até na área municipal, é o que se comenta. Então, queríamos que eles também levantassem esse povo que está à disposição, porque se analisa o seguinte: que isso aí seria um desvio de função, já que ele foi concursado para estar fazendo segurança. Então, ele não pode estar numa Secretaria de Educação, numa SEAD, não sei o que, um exemplo. Então, o que a gente, se está... se o efetivo está pouco, nós temos que cobrar que esse pessoal também retorne para sua casa e venha dá segurança, porque sabemos que o efetivo é pouco. Então, nós aqui do Conselho, nós estamos à disposição também, para dar ideias, no que for possível. Cobrar, pedir da comunidade também, se for o caso até colocar uma caixa de sugestão, até para o próprio Governo, para própria Casa aqui da Assembleia, ideias para a melhoria da nossa segurança. É isso que eu tenho a falar.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos o senhor Ruslan Magalhães, pela fala importante e o senhor está coberto de razão. A nossa capital, está altamente desprotegida em relação ao efetivo, prova maior é que o Doutor Shalimar falou na Comissão de Segurança Pública, que o efetivo de Porto Velho é quatro vezes menor do que o adequado, que é conforme aquela equação das Organizações das Nações Unidas, que é amplamente divulgado e difundido em todos os países.

Gostaria também de agradecer a presença da Niedna Gontijo, que é do Conselho 16, também é servidora da Escola Pingo de Gente, conhece bastante a realidade da Zona Leste, assim como o Edirley que é representante do Bairro Lagoinha.

Gostaria de passar a palavra para o senhor Anderson Nanan, que é Presidente do Conselho de Segurança da Zona Leste. A palavra está franqueada para o senhor.

O SR. ANDERSON NANAN – Bom dia a todos. Quero agradecer esta oportunidade, quero parabenizar o Deputado Léo Moraes, juntamente com o Deputado Jesuíno, que são os proponentes dessa grande oportunidade. Eu quero cumprimentar e dizer do meu grande respeito à pessoa do Coronel Adilson, uma pessoa sensível ao tema, sempre nos ouvindo, sempre nos recebendo. Quero aqui dizer do meu imenso respeito e agradecimento ao Doutor Shalimar, que desde a época da Promotoria de Saúde Pública, e eu já brinquei com ele que se o Ministério Público fosse composto por muitos Shalimar, nós estaríamos bem representados, a população do Estado estaria, porque nunca estive no MP, para que o Doutor Shalimar fechasse as portas para nós, sempre nos atendendo, é um grande parceiro. Quero cumprimentar Coronel Felipe Santiago; o Ruslan que está nos acompanhando; a Juracy Henrique, Delegada Adjunta.

Quero dizer que eu só venho aqui, reforçar e não quero, em nenhum momento, falar mais em dados, porque o Doutor Shalimar já nos colocou dados suficientes para nos mostrar o que a gente vem falando desde 2011, da criação do Conselho de Segurança Pública, que a nossa Segurança Pública está vivendo momentos muito difíceis.

Tenho falado que a Segurança Pública no Estado de Rondônia está vivendo um verdadeiro caos, e aí eu não quero ser interpretado, como bem o Doutor Shalimar colocou, como alguém que veio somente fazer oposição, porque o que eu venho falar, não é discurso pronto, é um discurso de realidade que nós estamos vivendo todos os dias. Eu sou morador do Bairro Ulisses Guimarães, eu moro há 27 anos no mesmo endereço, vivo a realidade da periferia de Porto Velho, e não tenho porque inventar qualquer situação. Se partimos da realidade, eu parto da realidade de onde nós vivemos. Na última semana, o que nós vivemos naquela região, foi algo que eu não vivi na minha infância no Bairro Ulisses Guimarães na Zona Leste de Porto Velho, onde naquela época brincava-se em dizer que naquela época matava dois e amarrava mais um para o outro dia, naquela época nós não vivíamos tanta insegurança como hoje. E digo mais, a insegurança, hoje, instalada em Porto Velho, não é privilégio da Zona Leste, nós temos uma insegurança instalada em toda região de Porto Velho especialmente. Eu sei que o nosso debate aqui, é debate de Rondônia. Mas eu quero me ater a Cidade de Porto Velho, onde a gente vive, e como bem colocou o Secretário Antônio Reis, na última reunião que nós tivemos. Ele disse que hoje os dois maiores problemas do Estado de Rondônia, é a região de Porto Velho e a região de Ariquemes. Então, me ater a nossa cidade, uma situação muito complicada, para quem não sabe, o Conselho de Segurança da Comunidade é uma diretriz da Secretaria Nacional de Segurança Pública, onde pede aos Estados que fomente a criação dos Conselhos, para que a comunidade participe deste debate. E desde então, em 2011, nós criamos juntamente com a Secretaria o nosso Conselho e de lá para cá a gente vem fazendo esse debate, trazendo essa mesa de conversa com a Secretaria de Segurança Pública, no entanto, é inegável, é inegável que de 2011 para cá só houve regressão, só houve regressão, infelizmente. Lembro-me que na gestão passada da Secretaria, o Secretário Bessa foi enfático em dizer que é contra o modelo de Box de Polícia Militar. Foi enfático várias vezes em dizer que é contra o modelo de Box, que Box para ele não funcionava. De lá para cá eu venho desafiando o seguinte: se você é contra o modelo de Box de Polícia, de polícia presente nas comunidades, que apresente um modelo viável para nós, me apresente um modelo onde eu retire os Box de Polícia e traga a sensação de segurança para as comunidades. Porque até agora o que se ver é a desativação dos Box de Polícia e sumir as viaturas da rua, sumiu a presença da Polícia Militar e a onda de violência só cresce. Há 15 dias, na região do setor 16, no extremo leste, 03 assassinatos em menos de 05 dias, diretores de escola sendo açoitados, afrontados, ameaçados de morte. E tenho dito que aqui nós estamos, está faltando, Deputado Léo, SEDUC, SECEL, Prefeitura de Porto Velho, está faltando a presença desses órgãos, porque eu tenho dito aonde eu vou, segurança pública não é caso somente de polícia; segurança pública não é somente caso de PM armado em cada esquina, se assim

fosse São Paulo não teria violência pública, porque é um dos maiores contingentes de polícia deste País. Uma das melhores policiais desse país, está lá em São Paulo e a gente vê o caos na Segurança Pública por todo o Brasil. O que nós temos é que ter pacto, pacto entre todas as esferas para a questão da Segurança Pública. Você entra numa zona Leste, não há um espaço de lazer, não há um espaço de cultura, se vai para zona Sul da mesma forma, se vai aos bairros a iluminação precária, ruas intransitáveis. Nós temos uma questão muito mais ampla do que somente debater o policial pelo policial. Discutir polícia por polícia é muito simples, onde não tem estrutura de família, onde não tem escola, onde não tem lazer, a culpa é da polícia. A Prefeitura precisa ser chamada para sua responsabilidade, a Secretaria de Cultura precisa ser chamada para sua responsabilidade, que cultura nós temos neste Estado? Que lazer nós temos neste Estado? Se vai ao bairro Ulisses Guimarães, a maior área disponibilizada para esporte, Deputado Aécio, está lá abandonada, está abandonada. A comunidade se organiza para fazer uma escolinha de futebol, se bate numa Secretaria de Esporte para pedir uma bola, não tem bola, pede uma rede, não tem rede. Aí é que chamamos atenção de toda a Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal para dizer que o problema é muito mais embaixo e muito maior.

Eu não quero me alongar, mas quero dizer que o que eu trago aqui é a sensação que nós vivemos hoje em Porto Velho. Na última semana o Supermercado Irmãos Gonçalves foi assaltado e isso demonstra que não é mais privilégio somente de quem mora na periferia de Porto Velho, ser assaltado.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e dizer a Assembleia Legislativa, aos 24 Deputados, que eu entrego a vocês a responsabilidade pela melhoria da Segurança Pública do Estado e Rondônia. E dizer ao Governo do Estado de Rondônia, que um bom governante governa por prioridades. Se ele achar que a Segurança Pública do Estado de Rondônia é uma prioridade, ele buscará resultados de curto, médio e longo prazo. Se ele não achar que a Segurança Pública é prioridade, a tendência é só piorar e eu acredito muito que os Deputados vão, a partir desta Audiência Pública, buscar resultados práticos e nós, enquanto comunidade, deixamos bem claro, que se a partir de hoje, inclusive, estamos aguardando resposta da Secretaria de Segurança Pública em relação às últimas reivindicações, se não aparecer resultados práticos, nós vamos continuar com as manifestações e vamos tentar mobilizar Porto Velho para ver se o Governador se sensibiliza e traga uma melhora urgente para nossa cidade.

Muito obrigado a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradeço a participação do líder comunitário Anderson Nanan, e o que ele disse está coberto de razão. Acho que Segurança Pública é todo um contexto de políticas públicas de Governo, haja vista que tem participação e responsabilidade do município, assim como de outras Secretarias de Estado. Por exemplo, a EMDUR, que é uma empresa do município, que é competente, responsável para fazer iluminação pública, porque iluminação pública também é questão de segurança. Assim como a gente fala das rondas ostensivas, da participação da polícia nas cercanias das escolas, dos diretores de escolas que são constantemente

ameaçados, isso também é segurança pública. Entretenimento, cultura, lazer, centros de cidadania também é segurança pública. Nós não temos ali, no final da zona Leste Nanan, nós temos o CEDEL do Ulisses Guimarães, Marcos Freire, Ronaldo Aragão que estava abandonado, completamente abandonado. Nós fizemos uma intervenção com o Governo do Estado a fim de fazer uma limpeza, e uma roçagem foi feita e já mudou minimamente a cara do CEDEL, só que nós queremos mais e nós iremos fazer mais e contamos com a participação do Governo do Estado de Rondônia, porque esse é o nosso papel e certamente nós não vamos nos abster e muito menos nos afugentar de fazê-lo.

Passo a palavra ao Senhor Josué Belze Ferreira, que é líder comunitário do Bairro Conceição.

Senhor Belze, o senhor pode falar daí mesmo, o senhor fique à vontade. Cinco minutos para o senhor Benze.

O SR. JOSUÉ BELZE FERREIRA – Quero parabenizar todos os Deputados em nome do Deputado Léo Moraes, toda a Justiça de um modo geral, a polícia, em nome do nosso brilhante Promotor Dr. Shalimar, no qual eu tenho toda minha admiração, e quero dizer, Deputado Léo Moraes, é uma pena que o Governador, o Secretário não estejam aqui para poder ouvir o nosso clamor, que estamos lá sendo massacrado na criminalidade. E dizer, Dr. Nanan, que eu fico olhando o seu esforço, hoje, diante desse Conselho aí, praticamente nadando no seco e morrendo no seco. Eu até quero repudiar a última entrevista, que vi pela televisão, do nosso Vice-Governador, quando o nosso brilhante Ministério Público reivindicou mais policiamento, porque não adianta querer fazer segurança se não tem polícia, Deputado, não adianta. Pode fazer, pode falar, pode reclamar, mas não vai conseguir nada. O Deputado Jesuíno como um policial que sofreu muitas perseguições, eu acompanhei muito pela imprensa, sabe disso, que para fazer segurança, primeiro tem que contratar polícia. Como o nosso companheiro ali, que eu esqueci o nome, falou, os que não estão se aposentando, estão sendo transpostos, e há verbas para o Governo contratar mais polícia e nós estamos ficando reféns dentro das nossas casas. Quero aqui, Dr. Shalimar, dizer que em nome do Ministério Público, Vossa Excelência, o senhor me representa e eu tenho orgulho de ser representado junto à sociedade, a qual o senhor me representa, em alguma situação que eu comuniquei a Vossa Excelência lá no Ministério Público e prontamente o senhor foi lá e deu o flagrante delito de uma situação de improbidade administrativa relacionada à Saúde.

Eu fiquei muito triste quando o Vice-Governador chegou na televisão e ironicamente falou que o Ministério Público queria administrar o Estado. Viu governador? isso eu achei nojento por parte do Vice-Governador falar aquilo ali. Ele não deveria ter falado aquilo porque eu votei nele, ele deveria primeiramente nos respeitar. A única coisa que o Ministério Público está fazendo lá, através do nosso brilhante Promotor, eu quero dizer que eu tenho orgulho de ser representado pelo Dr. Shalimar, lá, é simplesmente defender a nossa sociedade, apontar onde está o erro e a pessoa, ao invés de acolher esse erro, não querer dar uma de ditador, porque nós vivemos em plena democracia, onde nós podemos falar e gritar para nos defender, e para isso existe o Ministério Público, para executar essa situação.

No meu bairro, eu levei, em 2011, um requerimento para o Governador o qual está assinado por ele, pedindo para o Governador chamar a sociedade, Dr. Nanan, já na sua área do Conselho, para envolver a comunidade, envolver as igrejas, os mercados no sentido... e essa ideia aqui é do brilhante Comandante da Base de Policiamento da Zona Sul, o Subtenente Nascimento, pelo qual eu tenho muito admiração, e a Tenente Michele. Que pudéssemos colocar urnas nesses lugares de grande circulação, tipo mercado, associações, para poder a comunidade participar, colocando ali as denúncias de onde tem o marginal com nome, telefone, sem se identificar, porque as pessoas têm medo de se identificar, mesmo ligando, tem medo ir lá e fazer uma denúncia anônima. Porque, Dr. Shalimar, Deputado Léo Moraes, o policial quando vai lá para a televisão, a primeira coisa que ele fala é: "rapaz eu prendi o fulano lá porque alguém fez uma ligação anônima", e o camarada já tem um vizinho, já tem uma pessoa meio suspeita, o cara fala "rapaz foi o cara mesmo", entendeu? Então, quando é uma denúncia anônima, lá dentro de uma caixinha, de um papel, vai para o setor de segurança da Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Civil, e ambos em suas respectivas áreas de segurança, faz o mapeamento, fica fácil para fazer uma abordagem, fazer uma segurança em parceria com a comunidade.

O Dr. Nanan falou a respeito, agora a pouco do Supermercado Irmãos Gonçalves, Deputado Léo Moraes. Eu tenho certeza que o maior sonho desses grandes empresários de Porto Velho, é contribuir para a nossa segurança pública e abater no imposto que eles tanto contribuem para o nosso Estado, no sentido de colocarem as câmaras de monitoramento em volta de seus empreendimentos, e essas câmaras serem monitoradas. Em cada bairro criar um centro de monitoramento, já que tem uma base boa, lá no meu bairro tem a base do Caladinho, a base do COHAB, inclusive é uma companhia, a base de policiamento comunitário é lá no COHAB, criar um centro de monitoramento inteligente, tipo aquela Copa do Mundo que não é muita coisa. Se conversar direitinho com os empresários, eles têm interesse em fazer isso daí, entendeu? E criar as motos para fazer intervenção rápida para economizar, Deputado Aécio. Então, a gente tem que começar a trabalhar nesse sentido e eu quero dizer que no meu período do Exército, eu fui uma pessoa que trabalhei na área da inteligência do Exército. Agora, não adianta nada, eu fiz um requerimento em 2011 nunca recebi uma resposta. Eu lamento muito que o Secretário de Segurança Pública não esteja aqui para poder nos ouvir, nem o Governador.

No meu bairro, em volta da minha casa, questão de duas, três quadras, quase todo mês está tendo morador sequestrado dentro de casa, sendo espancado com um trinta e oito batendo na cabeça, depois indo para o João Paulo, inclusive alguns estão se mudando de bairro. E é um bairro central, Deputado Aécio, o senhor conhece o Bairro Conceição. Eu acho que todo mundo conhece. É um bairro que começa na Jatuarana vai até a Rua Capitão Silva. Então, eu convido... e outra coisa também, está na hora dos nossos Deputados, em nome do Deputado Léo Moraes, do Deputado Aécio, aqui começar a levar o Governador nos bairros, Secretários para poder chegar lá e ouvir porque quem sabe falar a palavra, o nu no cru, é a pessoa que está lá, o morador que está sendo assaltado. Tem um morador lá do mercado Ouro Branco, a casa dele, o mercado dele é todo

gradeado porque ele só atende pelas grades, de tanto assalto que já teve.

Então, ficam aqui as minhas ideias, entendeu? E gostaria de orientar os Deputados para quando o nosso Vice-Governador for falar em televisão, para primeiro ele respeitar as instituições. Quero ler aqui uma nota de repúdio e censura a ele, porque eu votei no primeiro mandato do Governador, no segundo turno votei para ele. Então, eu não gostei da forma desrespeitosa que ele tratou o nosso brilhante Ministério Público, o qual é representado pelo Dr. Shalimar, o qual mais uma vez eu dirijo os meus parabéns pela brilhante atuação. Eu estou muito orgulhoso do senhor, doutor Shalimar. Eu achei que o senhor, agora, fosse o Secretário de Segurança Pública, porque eu achei que quem ia fazer essa apresentação aqui, fosse o Secretário ou o Comandante da Polícia Militar. Então, o senhor está de parabéns pelo seu conhecimento na área de Segurança Pública.

Meu muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Parabéns ao Belze pela brilhante participação, pelas palavras muito bem colocadas, pertinentes, cabíveis, é necessário que se fale. Passo a palavra, rapidamente, ao Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É, realmente, ouvindo esse discurso, a gente fica... não adianta ficar... é redundante, todo mundo sabe qual é a problemática, pode fazer quantas e quantas Audiências Públicas, Encontros, a falta de efetivo já está demonstrada e já está pacificado. Só a título de conhecimento, o senhor citou o nome do Subtenente Nascimento, e para complicar ainda mais a vida, do Policial Militar, porque já existe a questão das escalas que estão exaustivas, porque na época do, logo no início da nossa Legislatura, antes, o senhor Comandante da Polícia Militar Coronel PM Pretz, em uma discussão sobre o realinhamento, ele falou para todos os policiais militares, que não haveria, ia ser extinta a questão do serviço voluntário, e não haveria de forma alguma a questão dos policiais militares serem empregados nas escalas. E hoje eu tenho diversas demandas. Em Vilhena, Porto Velho, hoje, o policial militar, na sua folga, está trabalhando para suprir essa necessidade, que sempre foi alertado quanto a questão da extinção do serviço voluntário. E para complicar, ainda mais, existem Comandantes e OPMs que pegam policial militar... o caso do serviço que existia. O Policiamento Comunitário, hoje, o Subtenente Nascimento que fazia um trabalho brilhante nas escolas, está jogado em um local, na P3. O que é P3? É um local que administra a situação de escala. Pegaram uma carteirinha, eu vou dar o nome do Comandante que hoje foi colocado no 1º Batalhão, Coronel PM, hoje, é o Frederico, Coronel PM Frederico foi colocado lá. Para complicar mais ainda, existe também um policiamento chamado, que são as Forças Táticas, que são policiamentos especiais, que fazem um trabalho... em cada área fazem um tipo de operação, e ele já está também querendo acabar. Daqui uns dias, eu vou, estou só alertando, daqui uns dias vai faltar pouco, o Batalhão Militar vai encher de Requerimentos para sair, os Militares saírem de lá. Então, já existe a falta, a necessidade de escala, e para complicar mais ainda, vem essa problemática. Eu não estou falando que é para acabar com a

hierarquia e disciplina, não, jamais. Mas têm pessoas, têm certos tipos de pessoas que não servem para comandar, ele não é para estar comandando policiamento, ou Batalhão. É para fazer outro tipo de trabalho, é fiscalizando, ou atuando em outra área. Aí coloca um cidadão desses e complica mais, ainda.

Então, o que eu quero dizer é isso, dizer que para mim o doutor Shalimar fez um trabalho expressivo e nós, inclusive eu estou falando com o Deputado Léo Moraes, o Deputado Dr. Neidson, que faz parte também da Comissão de Segurança Pública, iremos expedir uma recomendação para o Governo, que é o nosso papel constitucional. Nós conseguimos uma alteração constitucional dentro desta Casa, apresentar uma proposição dessa Lei. E eu faço realmente as suas palavras, eu sempre vou estar com o povo, mas o Governador era para estar lá em cada bairro, em cada município: 'olha, o Governador vai estar aqui hoje na escola tal para discutir e para ouvir o clamor da comunidade', só um dia, uma agenda, você só vê... é assim que a pessoa tem que começar, e passa quatro anos... O senhor foi enganado duas vezes, não é? O senhor foi enganado da primeira vez e enganado a segunda. Mas assim, o povo ainda vai aprender a votar, o povo ainda vai olhar realmente para as pessoas e falar... Ninguém está escrito porque a pessoa é boa ou que a pessoa tem uma boa conduta, acredita apenas em quê? Que falsas promessas, faz uma série de promessas na época de campanha, chega na hora de fazer mesmo o necessário, faz o contrário. Mas pode ter certeza, Nanan, aqui neste Parlamento Estadual tem Deputados, compromissados com o povo de Rondônia. Independente, independente de quem seja, porque eu não estou aqui para agradar a Governador. Eu não estou aqui para agradar ninguém. Eu estou aqui para estar ao lado do povo, e enquanto nós estivermos ao lado do povo, e esse é o papel fundamental do Executivo, do Legislativo, é fiscalizar, é controlar. Independente, porque eu sei que têm pessoas aqui que estão representando o Estado, que é o Coronel Chianca, que representa os Bombeiros, o SESDEC, o Comandante, e para você ver, foram convidados vários, quem veio? Então, veja a preocupação com a Segurança. Mas nós vamos, pode ter certeza, é incomodar, e aonde incomoda, que é denunciando, é fiscalizando e é sempre assim, porque da forma que está não podemos permitir. O Ministério Público aqui é ombreado nas ações civis públicas, e com certeza chegaremos à vitória.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradeço ao Deputado Jesuíno Boabaid pelas palavras.

Como Vossa Excelência bem disse, que é voz corrente, está pacificado que o efetivo é inferior ao necessário que nós precisamos ter.

Eu gostaria de estender aqui a camiseta da ACADEPOL da Academia de Polícia, eu vejo que tem colegas ali, que estão mais uma vez presentes, vamos começar pelo começo. Vamos convocar todos os aprovados para que façam Academia de Polícia e sirvam a população. Eu vou fazer aqui em respeito a eles e aos Deputados Estaduais que tanto cobram esse pleito que é legítimo e necessário e tem que ser feito de forma imediata.

Peço licença a todos.

Vamos chamar agora para fazer uso da palavra, o senhor Márcio. Inclusive quem quiser se inscrever para fazer uso da palavra, fique à vontade, o Cerimonial está aí para anotar os nomes. Essa é a hora.

Vamos passar a palavra ao senhor Márcio Carlos Venâncio. Por gentileza pode utilizar a Tribuna por cinco minutos, por favor.

O SR. MÁRCIO CARLOS VENÂNCIO – Bom dia a todos.

Primeiramente agradeço ao nosso Senhor bom Deus, agradeço a oportunidade que ele está nos dando, o privilégio de estar aqui participando de um grande debate na Segurança Pública. Bom dia Excelentíssimos Deputados aqui presentes, é uma honra estar aqui novamente falando; bom dia senhores Ilustríssimos Comandantes, aqui presentes; bom dia a todos os Presidentes de Bairros, que também se fazem presentes, os líderes de bairros; bom dia a todos os senhores e senhoras aqui presentes, principalmente, aos meus companheiros policiais militares que estão aqui na Tribuna participando. É com muita satisfação que a gente vem aqui para falar um pouquinho, estamos ouvindo toda a comunidade, mas como policial militar de rua que sou, trabalho diuturnamente, de dia, de noite de madrugada, sábado, domingo e feriado, assim como todos que estão ali na Tribuna. Muitas vezes abdicamos dos nossos afazeres em casa, dos nossos compromissos para atender a sociedade portovelhense e do Estado de Rondônia. Foi muito bom aqui o embate com todos os presentes para que ocorra, Adelson, você é lá do bairro que eu moro, o Bairro Conceição, ocorra tudo isso. Eu vou na prática, com a experiência que tenho... o sistema de vigilância monitorada ajuda, mas nem tanto. Foi provado que para funcionar realmente, precisa do que o colega passou, e nesse quadro, a defasagem é notória, não precisamos mais falar disso. Então, não adianta ter monitoramento caro, pago por nós, os contribuintes, se o principal, que é o material humano, não vai estar lá para fiscalizar, para ir tentar fazer o serviço para o qual a Polícia Militar, a Polícia Civil constitucionalmente é embutida, ou seja, nós temos que fazer o preventivo e ostensivo. Mas hoje é difícil falar em fazer o policiamento ao qual a Constituição nos designa, com somente 06 viaturas na área do 1º Batalhão. Vou aqui... área da 1ª Companhia, na qual já trabalhei, hoje estou na 2ª, três viaturas para atender toda a área central. Vamos pegar ali do Bairro Triângulo, passando pelo Tucumanzal, indo até o Nacional, três viaturas, muitas das vezes turno com duas, com três policiais. Na Zona Sul, está mais crítico ainda. Moro na Zona Sul, posso falar com propriedade da palavra, ou uma viatura com três policiais para atender todas as ocorrências da Zona Sul e duas paradas fazendo PB's esporadicamente com dois policiais. Um policiamento que não há previsão pelo Plano Diretor de Policiamento do Estado é inviável, e quando se tinha um efetivo maior ele já era inviável e agora está mais ainda, dessa forma. Ficamos lá parados durante 20 minutos e rodamos em volta da base, no bairro, por mais 20. Se caso nos depararmos com ocorrência, temos que chamar aquela única viatura com três para atender aquela solicitação, aquela ocorrência.

Aí eu digo, e se eu que estou ali trabalhando, eu e um companheiro só, me deparar com uma ocorrência de roubo em andamento? Um crime acontecendo, troca de tiro, tenho

que torcer e rezar, orar a Deus para que tenha ali o supervisor, a viatura do trânsito para me ajudar, para me apoiar, porque aquele colega que lá está, simplesmente está sobrecarregado. O que é que eu quero dizer com isso? Ele está atendendo duas e, às vezes, três ocorrências ao mesmo tempo e quando a gente chega lá para atender o cidadão: "poxa, demorou demais". Mas ele não sabe que aqueles heróis que ali estão, meus colegas que trabalham na rua junto comigo, dando a cara a tapa, eles não sabem o sacrifício, não sabem a carga, a pressão que nós sofremos no dia a dia. A exemplo, o nível de estresse é tão grande pelo fato de que quando nós estamos trabalhando nós somos fiscalizados por todos, principalmente pelos nossos superiores e pela sociedade em geral. O nível de estresse, o emocional desse ser humano está elevado. A exemplo, nós vimos colegas que se suicidaram, mataram a esposa, outros cometeram suicídio, ninguém sabe o que estava passando naquele momento com o colega, que estava tentando salvar a vida do outro, sendo que a dele está em risco. Pelo fato de ter um número ínfimo de profissionais trabalhando, estamos correndo o risco muito grande. Tem como melhorar?

Foi falado que a falta de efetivo é total, foi mostrado aí no demonstrativo, no gráfico, pelo colega. Então, qual é a solução? chamar aqui, o Deputado Jesuíno que vem batendo na tecla, o qual eu quero parabenizá-lo, o Secretário de Administração... o Secretário de Finanças como é que está?

O Governo se gaba nas propagandas, que a arrecadação do Estado de Rondônia não para de crescer, mas eu quero ver, porque a arrecadação cresce e o número de policiais não? O colega falou, o Presidente do Bairro, os policiais militares e civis estão sendo transpostos através da transposição, aparentemente sai mil e não repõe mil. Espera aí, e a Lei de Responsabilidade? Se esses policiais estão deixando de ser pagos pelos cofres públicos do Estado e estão indo para o quadro da União, como é que não pode repor, se foi parado de pagar?

Tem que ser revisto com urgência a questão dos cargos comissionados, porque a preferência está sendo dada para o servidor que vai ficar temporário, por certo período de tempo, ou dois anos ou quatro não importa, mas o servidor que vai estar carregando o Estado nas costas, que é o nosso caso, todos os policiais civis, militares, os bombeiros, representados aqui pelo Coronel, estamos com um fardo muito pesado. Então, tem que ser revisto, tem que ser realocado verba, corta-se um pouco do comissionado e contrata onde tem que contratar. Então, é essa a nossa crítica.

Outro exemplo, que a gente poderia trazer aqui. Não tem como eu dar segurança pública ao cidadão se eu estou em defasagem, se eu estou com pouco equipamento, se eu estou com pouco material humano. Não adianta, 'eu quero viatura na rua', mas não tem o principal, que é o policial para ir dentro da viatura. Quando nós estamos de serviço, nós trabalhamos super, super atarefados, na nossa folga, como o Deputado Jesuíno falou, ele foi policial do meu curso, brigou bastante comigo, a gente sabe, que na nossa folga a queremos descansar e vêm as escalas exaustivas, escalas extras, as quais, para mim, não justifica eu estar numa escala extra se eu trabalhei sozinho, atendendo todas as ocorrências da Zona Sul porque na minha folga eu vou lá trabalhar de novo, num arraial ou seja num carnaval, super cansado, nem descansei direito, mas

estou lá, e isso faz com que o policial fique com a carga de estresse muito grande. E muitas vezes ele pode, não sabemos o que se passa com ele na sua casa, na sua residência, ele pode vir a cometer um suicídio, ele pode errar na ocorrência porque, todos esperam da Polícia Militar um bom serviço, mas não sabe se o colega está em condição.

Para resolver, tem necessidade de ter um revezamento. O que seria isso? Tem policiais que estão há muito tempo na rua, alguns optam por estar na rua, gostam da rua, mas tem policiais que estão também há muito tempo no Expediente. Então, fazer um rodízio, porque aquele já está super atarefado, vamos tirar um pouquinho para que evite um problema. Então, isso tem que acontecer, o rodízio. A gente vai ao Batalhão pedir uma transferência, não tem. Estou há quase treze anos no Batalhão, pô, eu quero sair dali um pouquinho porque eu já estou... não tenho mais de onde reunir forças para atender à sociedade. Eu quero sair um pouquinho, mas quando peço, negam... tentar aliviar numa escala de guarda, numa outra escala mas... Por que quem quer vir para a rua trabalhar com uma viatura só para atender ocorrência? Então, gente, qual é a solução? Convoca-se o Secretário de Finanças, Secretário de Estado, vamos ver uma re-locação de verbas para contratar mais policiais, porque foi falado na transposição...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Concluindo aí, está, Márcio? Concluir para os outros terem direito à fala.

O SR. MÁRCIO CARLOS VENÂNCIO – O que acontece? Está aqui, vão sair mais 600 policiais pelo tempo de aposentadoria, mas ainda tem ação tramitando do quadro, até 91. Se esse pessoal for para o quadro federal, são mais policiais que vão sair do quadro do Estado. Então, não vão ser só 600, vai ser um pouquinho mais, a ação está bem adiantada lá em Brasília. Então, vamos ver com carinho essa situação. E, no mais, gostaria de parabenizar todos os colegas aqui presentes pelo trabalho que fazem diuturnamente.

Obrigado.

Bom trabalho para vocês.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado pela fala, senhor Márcio Carlos Venâncio, que é policial militar aqui no Estado de Rondônia.

Passo a palavra para a senhora Niedna Gontijo, que é Secretária do Conselho do setor 16 do CONSEG, servidora pública na Escola Pingo de Gente. A palavra está com a senhora.

A SRA. NIEDNA GONTIJO – Em primeiro lugar um bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar as demais autoridades presentes, em nome da minha amiga de Bairro, Alcilene, uma mãe sofredora que vai tirar o filho da escola devido à violência, porque ela não tem mais estrutura psicológica, física e mental para suportar as violências que o filho dela sofre no caminho da escola. Então, para ela ter o filho dela, ela resolveu tirar o filho da escola e eu quero, em nome dessa mãe, Alcilene, cumprimentar os demais. E quero deixar aqui, em primeiro lugar, a minha nota de repúdio aos outros Deputados que não se fazem presentes a esta Audiência Pública. Por aí se ver como nós, meros eleitores, somos tratados, uma Audiência

que é de suma importância para todo o Estado, a gente vê presente aqui, três ou quatro Deputados. Mas mesmo assim, eu quero parabenizar eles, em primeiro lugar o Deputado Léo Moraes e Deputado Jesuíno pela iniciativa da Audiência. Cumprimentar também, pela luta e a coragem do Anderson Nanan, porque quando o Anderson me convidou para fazer parte do CONSEG, eu falei para ele “eu não quero porque eu vou ser vítima aqui no bairro, vão ver minha casa, vão descobrir onde eu moro”, e realmente isso aconteceu. Eu fui vítima de um assalto às 9 horas da noite, inclusive eu acharia necessário aqui também a presença do Conselho Tutelar, de representantes do DEAI, que não tem aqui, porque hoje, uma das maiores, um dos maiores males da sociedade, em termo de segurança, chama-se ‘menor de idade’. Eu já participei de várias Audiências, eu estava lá também, na segunda-feira, com o Secretário de Segurança e não se vê falar em menor, ninguém fala, todo mundo calado, todo mundo com medo. O assalto na minha residência, eu fiquei com três escopetas na minha cabeça, dois eram menores de idade, aluno da escola onde eu trabalho. E aqui para fazer uma retificação quanto ao assassinato do servidor público que aconteceu na escola onde eu sou servidora pública, Rosinaldo Flores, terça-feira passada, que amanhã vai fazer quinze dias, ele não era vigilante, a mídia tratou ele como vigilante, não é, Anderson? Ele era servidor público do município e foi assassinado dentro da escola, no seu horário de trabalho, inclusive nesse dia eu fui para a escola com ele, fazia trinta minutos que a gente tinha chegado na escola, e eu também poderia ter sido uma vítima, assim como ele foi. E eu deixo aqui a nota de repúdio à mídia que tratou o servidor público como vigilante, qualquer um vigilante, não que o vigilante não tenha o mesmo significativo para a gente, mas ele não era, ele era um servidor público que foi assassinado dentro da escola. Que inclusive, Deputados, a Escola Pingo de Gente vai fechar a Educação de Jovens e Adultos, porque não tem estrutura para funcionar mais, não tem como, não tem, nenhum servidor quer voltar. Inclusive eu não volto mais para a escola porque a minha vida em primeiro lugar. Eu tenho dois filhos para criar, eu não posso estar exposta à violência igual eu estava, todos os dias, nos últimos vinte dias eu estava trabalhando na Secretaria, trancada. Como que eu sou uma Secretária, presto um serviço público e vou ficar trancada dentro da Secretaria? Como é que eu vou atender a comunidade? Mas o meu pânico, o meu medo era tão grande que eu estava trancada. Eu estou fazendo tratamento psicológico porque eu estou abatida, eu não consigo andar, eu não consigo sair, eu vim aqui nesta Audiência porque eu tenho que tocar a minha vida para a frente, mas a situação da segurança pública, eu acho que é... hoje é um dos primeiros itens a serem tratados e eu vejo o descaso dos Deputados. A educação é a formação do indivíduo. Como que nós vamos ter futuros adolescentes formados, estudados se as escolas da periferia estão fechadas? Eu vejo, ninguém está se incomodando com isso, a diretora entregou o cargo, oito servidores vão sair da escola e ninguém toma providência. Nessas Audiências que eu participo, eu não vejo a participação da EMDUR. Eu fui três vezes à EMDUR pessoalmente, passei um dia para falar com o Secretário, para pedir iluminação lá para rua, que é totalmente escura, ele me prometeu que na quarta ele estaria lá e até hoje não apareceu. Não adianta nós estarmos cobrando tudo aqui do Secretário

de Segurança, se nós, Anderson, como comunidade não corremos atrás das benfeitorias que é garantida, por Lei, para nós, que é a iluminação pública. O que nós estamos fazendo na minha rua? Nós estamos colocando luz, nós mesmos, um coloca duas, outro coloca três. As ruas todas esburacadas, e quando a viatura da Polícia vem, ela para, o bandido segue, porque ele segue a pé e a viatura para porque ela não pode passar na rua, porque a rua está cheia de buracos. Eu moro na Rua do 6º DP e é a rua que o índice de criminalidade é imenso, é extenso. O ônibus de um Deputado ficou parado lá na frente do 6º DP, prestava serviço comunitário para as crianças, serviço de inclusão digital, e na frente do 6º DP, limparam o ônibus. Só não levaram o ônibus porque não tinha como, o ônibus era um pouco velho, mas limparam o ônibus. Então, isso desmoraliza a polícia também, nem na frente do 6º DP, nós temos segurança.

Nós não temos um caixa eletrônico na Zona Leste, o caixa eletrônico mais próximo fica no Supermercado Dalton. Aí, eu fui falar uma vez com o Secretário, ele disse: “não, vamos colocar lá no 6º DP”, os policiais não querem, porque ficam três, quatro lá e quando ele colocar esse caixa eletrônico, a segurança vai acabar, a segurança deles, o pouco que eles têm também para trabalhar.

O Correio está fechado, vai fechar, os servidores não voltam para o Correio. Então, eu entendo que a questão de segurança pública é em todo o Estado, é em todo Brasil, em todo mundo, mas eu entendo também que não adianta a gente falar, querer corrigir o mal, cobrar só polícia, polícia, polícia, se as três esferas do Poder não fazem a parte delas, se o Prefeito não faz a parte dele. Procure aqui uma representação da Prefeitura de Porto Velho, não tem. O que adianta Vereador, eu estou com a minha canela seca de estar indo para a Câmara de Vereadores, para o Vereador fazer requerimento solicitando iluminação pública, solicitando consertos das ruas e nada acontece.

Nós temos lá no Bairro Mariana, a Escola Ely Bezerra, que é uma das maiores escolas municipais do município de Porto Velho, uma escola linda, com doze salas de aula, não é? Pessoal aqui da Zona Leste, o Anderson, sabe, é uma escola maravilhosa, com uma quadra poliesportiva, uma das maiores do município, e sabe o que acontece lá na quadra? Lá é ponto de encontro de usuários de drogas. O meu filho, joga, ele gosta de jogar, a paixão dele é futebol, ele diz: “mãe, eu posso jogar bola? - Não pode meu filho”, porque lá, eu sei que alguém vai oferecer drogas para o meu filho, e ninguém faz nada.

Eu quero aqui discordar do Promotor, quando ele falou que a polícia, não previne homicídio, eu discordo, com todo respeito, ela previne sim, porque se ela passar num bar, meia noite, e vir um motim e na hora que as pessoas ligassem no CIOP e o CIOP atendesse, prevenia muita coisa, Deputado Léo Moraes. Eu só consigo uma viatura no meu bairro, porque eu conheço policiais, cabos, sargentos, senão, não conseguia. No dia da morte do servidor público, a gente ligou oito vezes no CIOP, eu trancada na secretaria, e o CIOP perguntando para mim onde era a Escola Pingo de Gente, eu falando para ele “no final do Ulisses Guimarães”, ele queria que eu desse endereço e número da rua, uma das escolas mais conhecidas, liguei para o sargento, com dois minutos a viatura estava lá. Então, isso aí é uma das minhas reivindicações, porque não adianta

fazer esse monte de Audiência, um monte de reuniões, inclusive, eu tinha até tomado uma decisão que eu não ia mais participar, mas como eu tenho sangue na veia e sou moradora, estou moradora lá do bairro, ainda, eu ainda participo. Mas eu gostaria, aos representantes da Secretaria de Segurança, que mediante aquela reunião que a gente teve na segunda-feira, que as nossas reivindicações fossem atendidas, porque ela é o mínimo do mínimo para nós conseguirmos sobreviver naquele bairro, naquela região.

Obrigada e eu desejo um bom dia a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Quero agradecer a Niedna. É um relato muito puro é muito sincero do que está acontecendo no município de Porto Velho.

Gostaria de passar a palavra ao meu amigo Deputado Aécio da TV, para que se manifeste. A palavra é sua, Deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar os Deputado Jesuíno; o Deputado Léo Moraes, que está presidindo a Sessão; quero cumprimentar o Doutor Shalimar e, em nome dele, cumprimentar todos os demais da Mesa; cumprimentar todos os presentes, todos que estão nas galerias, à imprensa, os servidores.

Eu pensei bastante para usar a Tribuna, porque como a moradora disse, às vezes tem momentos que você se pergunta, será que vale a pena mais uma Audiência Pública? Será que vale a pena continuar chamando esse tema, discutindo, cobrando e, de repente, a população começa a dizer, “poxa, esses Deputados não resolvem nada, Deputado faz audiência só para aparecer”. Porque muitas vezes a população, e a culpa, eu falo sempre isso, que a culpa é dos políticos, porque quando chega à época da campanha, eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo, vou fazer não sei o quê, o Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal... sendo que na realidade, quem tem que fazer é quem executa, quem tem que fazer é o Executivo, como ela disse: “nós somos só para fazer requerimento, só para fazer indicação?” Então, às vezes quando chamamos à discussão de um tema tão importante como esse, se fala, ‘parece que estamos invadindo a competência do Executivo’, porque se nós pudéssemos fazer uma lei, se tivesse... se não houvesse limitação para que o legislador não possa fazer Leis que gere custos, mas como se vai criar alguma coisa que é importante para sociedade sem gerar custos? Então, a gente fica muito limitado como legislador.

Eu estive participando, essa semana, de uma Reunião da Comissão de Segurança, estava presente o Dr. Shalimar, fazendo apresentação desse brilhante trabalho, e ele colocou uma informação que eu fiquei muito entusiasmado e muito esperançoso com a informação que ele deu, que em 2012 o Estado de Alagoas, a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas aprovou uma Lei para que o Estado cumprisse aqueles números ali, daquele estudo da ONU de 01 policial para cada 250 habitantes. E aí, como o Estado entrou com uma ADIN, uma ação de inconstitucionalidade, ainda está no Supremo, mas ele ainda não tem a decisão final, mas esperamos que isso ocorra, as coisas podem mudar muito. Se obrigar o Estado a ter 01 policial para cada 250 habitantes, nós vamos ter um efetivo que tínhamos há 25 anos.

Em 1990, nós tínhamos um policial para cada 250 habitantes aproximadamente. De lá para cá, as coisas só têm piorado e parece que tudo que é ruim, aquele ditado que dizia assim: ‘não há nada tão ruim que não possa piorar. A violência estava ruim, aí tiraram a vigilância das escolas. Tem escola que já foi arrombada 30 vezes. ‘- Não, tem que botar uns aparelhinhos lá e vai resolver’, resolve nada, é só mentira. ‘- Ah, não, mas com a vigilância virtual vai... Vai nada! é uma teimosia não adianta ver número, tem escola que foi roubada 30 vezes, mas a teimosia continua. É professora, é diretora, todo mundo, toda comunidade sofrendo as consequências, mas existe uma teima ‘- não, vai ter que ser assim. Nós não vamos colocar segurança, pode morrer todo mundo, pode roubar a escola e levar embora, nós não vamos colocar’. Por que isso? ‘- Ah, não tem recurso’. Como que tinha para levar cinquenta e seis milhões para segurança privada? Onde foi parar esse dinheiro? É uma vergonha a segurança do nosso Estado. Não quero culpar ninguém da Segurança, porque eles não têm culpa nenhuma.

A vergonha é porque fecha o postinho lá da periferia: ‘- não, o postinho, não funciona mais’. Mas a comunidade quer. ‘Mas não adianta a comunidade, o que você quer não é o que eu quero, quem manda sou eu, eu tiro o segurança, eu tiro o postinho da periferia porque eu quero assim’. Esse é o sistema de Segurança no nosso Estado. Vergonhoso e não pode ceder, não pode, ‘é palavra de rei’. Fechou o postinho, não funciona mais.

Gente, eu queria, por exemplo, perguntar para alguns dos senhores, não é para todos. Quantos assaltos já aconteceu no Espaço Alternativo, naquela hora que está todo mundo caminhando ali, à tarde, quantos? Eu não acredito que há assalto ali. Mas todo dia eu caminho lá, todo dia eu vejo o carro da polícia lá no meio daquele povo, está todo mundo caminhando, carro da polícia indo, carro da polícia voltando, cheio de carro da polícia. Vá lá ao Ulisses Guimarães, vá lá na Cidade Nova, vá no Jardim Santana para ver se está tudo o mesmo volume de carro, sabe por quê? Porque ali é para ver, é cheio de gente, todo mundo está vendo. Mas lá, onde precisa de verdade não tem efetivo, não tem. Agora, por que é que não tem? Por quê? Por quê? ‘- Ah, tem a Lei de Responsabilidade Fiscal’. Mas porque tinha em 1990, por que o Estado recebeu há 05 anos atrás, há 04 anos atrás, ocupando apenas 35% da arrecadação com Folha de Pagamento e tinha mais policial do que hoje que dava pelos 56%? É falta de gestão, para que faz concurso, só para enganar as pessoas? A gente ouve todo dia, gente implorando “por favor, por favor passei no concurso, o concurso foi renovado de novo, mas não contrata, não contrata, não contrata”, todas as áreas de segurança, é de Vigilância, é de Agente Penitenciário, é na Polícia Civil, é do Bombeiro, é tudo, não vai contratar.

Então, a gente fica, olha, me desculpa o desabafo, me perdoe, mas não dá, é uma indignação que a gente sente... Eu não queria que nenhuma autoridade passasse o que eu já passei em assalto. Eu já fui deitado no chão, 03 vezes, do cara ficar puxando o gatilho, aquela brincadeira... Ai que barulho horrível! Você de cabeça enfiada no chão e aquele barulho do gatilho atrás da sua nuca, aqui atrás encostado, o cano na tua cabeça. Eu não quero que nenhuma autoridade passe por isso. Mas tem momento que você acha que só vai mudar se as

coisas acontecerem em casa. Segurança é prioridade, eu acho que nada é mais prioridade que a segurança e educação e aí juntaram os dois, a educação fica jogada, abandonada, ninguém faz segurança... Quando eu vejo a moradora lá do Mariana dizer que tem uma quadra que as crianças não podem ir porque lá é ponto de droga, é um ponto de distribuição de uso, de consumo... Aquilo que seria para ser uma coisa interessante, que é a educação, faz a comunidade fugir de lá.

Então, eu vejo assim, senhores, não sei, Deputado Jesuíno, Deputado Leo Moraes, até que ponto vale a pena ficar aqui discutindo, falando, falando, se eu vejo que administração estadual não está preocupada com segurança. Quando eu vejo escola todo dia sendo arrombada, destruída todo o patrimônio, simplesmente diz “nós não vamos colocar ninguém para cuidar, pode deixar roubar, vamos colocar câmara lá, nós vamos colocar o computador...”. Para que essas teimas? Para que isso? Por quê? Cadê os cinquenta e seis milhões que pagava para a empresa cuidar?

Então, fico triste, revoltado, chateado porque a segurança é um caos. Mas tem jeito, e espero que seja julgado constitucional. Convido a todos os Deputados para a gente fazer uma lei, pegar a lei de lá, assinada por todos, fazer uma lei igual para o Estado de Rondônia, 1 policial para cada 250 habitantes e eu tenho certeza que esses números vão cair para um terço, metade ou menos os números da violência.

Muito obrigado a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Gostaria de agradecer e endossar as palavras do Deputado Aécio da TV. Disse também com muita propriedade, há tempos vem anunciando o perigo que está acontecendo nas escolas do Estado de Rondônia, principalmente aqui em Porto Velho, haja vista que a Escola Manaus já foi assaltada mais de trinta vezes e isso é um problema que deve ser sanado imediatamente. E eu acho que o Deputado bem disse, a gente tem que denunciar mais vezes.

O Governo não pode remar contra a maré. Tem que, minimamente, assentir com que todos estão vendo e que trabalha no Projeto de Lei que vamos encaminhar e que eles possam aceitar. Porque isso nós podemos fazer, esse é o nosso compromisso aqui na Assembleia do Estado de Rondônia.

Gostaria de anunciar, agradecer a presença e também convidar para fazer uso da palavra o Dr. Gustavo Dandolini, que é o Presidente do Conselho de Direitos Humanos da OAB, e que muito enaltece a nossa Audiência com a sua presença e nós todos estamos muito honrados.

Parabéns, seja bem-vindo e faça uso da palavra, Doutor.

O SR. GUSTAVO DANDOLINI – Bom dia a todos. Agradeço o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Léo Moraes, agradeço pelo convite à Ordem dos Advogados do Brasil, agradeço ao Deputado Jesuíno Boabaid, também proponente desta Audiência, em nome dele eu cumprimento os demais integrantes da Mesa; um agradecimento especial também para o Coronel PM César Adilson, Secretário Adjunto da SESDEC. A SESDEC tem sido parceira nossa, sempre que nós estamos discutindo o tema da Segurança Pública. Todos os demais membros da Mesa sintam-se cumprimentados. Cumprimentar também os demais Parlamentares presentes, as pessoas que estão no auditório, o pessoal da imprensa, servidores da

Assembleia Legislativa e as pessoas que estão no ouvindo e nos assistindo.

Bem, eu vou procurar ser o mais objetivo possível, evitando repetir pontos já destacados aqui. Eu acho que todas as pessoas que passaram pela Tribuna, a exemplo do Anderson Nanan, do Promotor Shalimar, das pessoas que representam a comunidade, cada um trouxe aqui um ponto de vista, abordou e destacou um ponto que é de suma relevância para o tema segurança pública. Alguns consensos nós já conseguimos extrair aqui nas falas que me antecederam e eu acho que precisamos avançar agora no sentido de encaminhar propostas.

Já participei de algumas Audiências Públicas na Assembleia Legislativa nos últimos anos, e nós discutimos muitas vezes temas de suma importância, mas as vezes temos dificuldades em permanecer discutindo esses temas e de encaminhar, objetivamente, propostas. Foi mencionado já aqui na Mesa que há uma iniciativa da Assembleia em fazer uma recomendação para Governador do Estado, penso que seria importantíssimo. E também seria interessante que nós mantivéssemos uma articulação permanente, Deputado Léo Moraes, Deputado Jesuíno, para que todas essas Instituições que estão aqui presentes pudessem continuar, de forma articulada, trabalhando com essa questão da segurança pública. Eu acho que cada um pode dar uma contribuição especial. A Assembleia tem o papel constitucional importante, o Ministério Público também desempenha uma função muito importante. O Promotor demonstrou que esta muito bem assessorando por dados, por informações que a gente precisa para poder entender esse cenário. As pessoas que representam a sociedade civil também são importantes e o Governo do Estado aqui representado pela SESDEC. Nós precisamos continuar essa discussão, nós não podemos fragmentar de novo, como já aconteceu em outras oportunidades. Nós temos um momento ímpar, uma oportunidade muito especial de manter uma articulação em torno do tema segurança pública. Nós temos Parlamentares que estão inteirados do tema, alguns com experiência profissional, nós temos aí a comunidade também muito bem representada pelas pessoas que já falaram. A OAB esta sempre disposta e tem um compromisso social também com o tema, e nós podemos avançar.

Interessante seria que ao final desta Audiência Pública, nós tentássemos resumir, seja numa ata, seja num documento equivalente, alguns encaminhamentos. Dentre os encaminhamentos eu gostaria de deixar aqui duas ideias iniciais. A primeira, é de que nós pudéssemos formar um grupo de trabalho para estudar detalhadamente o orçamento do Estado. Eu penso que de tudo que foi dito aqui, sobre aumento de efetivo, reforço do policiamento, seja do policiamento ostensivo, seja polícia judiciária, disponibilização de meios para a polícia poder atuar, presença da polícia, enfim, todos os temas que foram discutidos, eu acho que passa duas coisas. Primeiro, passa pela disponibilidade orçamentária do Estado, isso é fato, é uma questão legal. Nós precisamos entender como que o dinheiro do Estado está sendo gasto, para se tentar contingenciar o maior volume possível de recursos para a área de Segurança Pública. Eu vou dar alguns exemplos, posso estar até cometendo um deslize, mas eu tenho informações de que nós gastamos muito, por exemplo, com publicidade, não só o Poder Executivo, mas outras instituições também. Nós temos um excesso de

cargos Comissionados na estrutura do Poder Executivo, especialmente. Nós temos alguns contratos com empresas que já estão sendo objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas, pelo próprio Ministério Público. Empresas que foram contratadas nos últimos anos para prestar serviços, para fazer reestruturação administrativa em órgãos como a SEDUC, por exemplo. Nós temos um contingente de recursos que estão sendo, penso eu, empregados de forma pouco eficiente.

Nós precisamos entender, nós precisamos debater o Orçamento do Estado de Rondônia, no sentido de quê? De canalizar recursos para a Segurança Pública. Eu acho que essa é uma ideia que a gente precisa amadurecer. Eu vou ser bem sincero, eu conheço muito pouco o Orçamento, eu conheço o Orçamento em números, em dados. Sei que o Ministério Público tem um orçamento previsto de aproximadamente 220 milhões, sei que a Defensoria Pública tem um orçamento previsto de aproximadamente 45 milhões, o Tribunal de Justiça, etc. a Assembleia Legislativa, quase 200 milhões. Mas esses dados falam pouco. Eu penso que nós precisamos entender a fundo o orçamento do Estado de Rondônia e pressionar politicamente o Governo do Estado a destinar mais recurso para a Segurança Pública. Sem recursos, dificilmente nós vamos conseguir avançar de forma substantiva, de forma concreta, não é? Como já foi dito aqui, nós precisamos de recursos para poder melhorar a qualidade da segurança pública, nós precisamos de recurso para poder aumentar o efetivo e o recurso é orçamento. E a Assembleia Legislativa tem um papel fundamental no orçamento, porque ela debate o orçamento, ela aprova o orçamento. E inclusive, mesmo com o Veto do Governador ela pode derrubar esse Veto, e a palavra final, em termos de orçamento, por previsão constitucional é da Assembleia Legislativa. Então, eu penso que a Assembleia Legislativa pode dar uma grande contribuição para a Segurança Pública e tentar buscar dentro do orçamento do Estado de Rondônia, os recursos suficientes para poder avançar. Além do que já foi dito aqui, fiscalizar e vem fiscalizando o uso desses recursos. Tentar compreender como é que o Governador, como é que o Poder Executivo, como que as demais instituições estão empregando os respectivos orçamentos. Porque o discurso do Executivo vai ser sempre esse: "temos pouco recurso". Eu, recentemente conversei com o Secretário Reis, e boa parte do orçamento da SESDEC é com a Folha, é com a Folha de pessoal. Então, sobra muito pouco para investimento. E sem investimento não se consegue dar um passo. Então, podemos pensar em avançar nesse aspecto.

O segundo ponto que eu gostaria de deixar também como sugestão, evitando ao máximo ser repetitivo, e peço desculpas se estou sendo... É tentar trazer outros atores para esse debate. O pessoal reclamou aqui com razão. A Prefeitura de Porto Velho não pode estar ausente em um debate como esse. A Prefeitura de Porto Velho tem um papel fundamental. Eu já participando em outras reuniões, inclusive uma muito bem conduzida pelo Anderson Nanan, lá na Zona Leste, o Coronel Adilson se fez presente, nós discutimos Segurança Pública. Nós temos modelo já de gabinetes de gestão integrada instalados em alguns municípios pelo país afora. Quem sabe nós não poderemos encaminhar alguma proposta nesse sentido, convencer o Prefeito Mauro Nazif a institucionalizar isso no âmbito do município? Ou seja, criar um espaço institucional dentro da

Prefeitura de Porto Velho, responsável por atuar na área de segurança Pública em conjunto com as demais instituições. Talvez falte esse órgão também, dentro da estrutura do município. Talvez falte dentro da estrutura do município, um grupo de pessoas especificamente destinadas a debater esse tema. Então, eu acho que poderíamos avançar nesses dois pontos, montar um grupo de trabalho ou manter essa reunião aqui com alguma frequência, ainda que não seja em forma de Audiência Pública, mas reunião mesmo interinstitucional, através da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e tentar avançar na discussão do orçamento. Eu acho que tudo ou quase tudo que está sendo discutido aqui, passa pela questão orçamentária.

Em relação, ainda, à questão do efetivo nós temos pouco efetivo, é verdade, mas nós temos que entender também se esse efetivo está sendo empregado. Eu acho que com o pouco que tem, talvez nós possamos melhorar o uso desse efetivo. Já foi dito aqui, nós temos muitos policiais cedidos para outras instituições, nós temos policiais, talvez, que não estejam sendo muito bem empregado pela sua qualificação, pela sua capacidade, às vezes fazendo trabalho administrativo, trabalho burocrático. Então, nós precisamos entender, também, essa estrutura dentro da Polícia Militar, mapear isso para poder pressionar os atores que tomam decisões no sentido de melhorar o emprego dessa força de trabalho. E parece que tem muitas falhas em relação ao emprego da força de trabalho no que tange o efetivo existente, hoje. Algumas instituições também possuem policiais militares nos seus quadros, seja através de gabinete de Assessoria Militar, seja através de Termo de Cooperação, seja através de cedência ou outro tipo de Instituto Jurídico. É interessante que essas instituições também reflitam, até que ponto elas estão usando a força de trabalho em prol de seus interesses, das suas funções, que são sempre de grande relevância, mas até que ponto não estão retirando da Segurança Pública uma força de trabalho importante, uma vez que nós constatamos aqui que há uma carência muito grande. E essa força de trabalho é tanto da Polícia Militar, quanto da Polícia Civil. Nós também temos Policiais Cíveis, Delegados e Agentes em outras instituições, fazendo trabalho de atividade afim, mas com certeza, talvez, deixando as Delegacias de Polícia, as Delegacias Especializadas com uma deficiência de mão de obra.

E para finalizar, eu gostaria de trazer também um tema importante, eu penso que discutir Segurança Pública a gente passa necessariamente pelo combate ao tráfico de drogas. Eu conversei recentemente com alguns Delegados da Delegacia de Homicídios, eles dizem assim: "olha, na década de 1990, nós tínhamos muitos homicídios aqui no Estado de Rondônia, e principalmente na região de Porto Velho, relacionados com garimpo, enfim, os crimes passionais que sempre acontecem, mas de uns 15 anos para cá, 20 anos para cá, muitos dos homicídios, tem relação direta com tráfico de drogas" e o tráfico de drogas, essa política de controle e de assistência aos dependentes químicos ela passa pela atuação de outras pastas, não só pela Secretaria de Segurança Pública.

Então, nós precisamos avançar também num programa em nível estadual, em nível municipal de acolhimento desses dependentes químicos, nós precisamos avançar no trabalho de inteligência, no combate mais eficiente à questão do

comércio de drogas no Estado de Rondônia, porque eu tenho certeza que boa parte desses homicídios possui relação direta ou indireta com tráfico de drogas. E se nós conseguirmos avançar nessa questão, certamente nós conseguiremos reduzir os crimes contra a vida que é na verdade, dentre os crimes previsto na legislação, o mais grave.

Era isso, e gostaria de agradecer mais uma vez a todos, ao Presidente desta Audiência Pública, em nome do nosso Presidente da OAB, Dr. Andrey, o convite para a OAB se fazer presente aqui e a honra que nós temos em poder participar deste ato e de poder aprender, também. Aprendemos muito ouvindo aqui as manifestações dos senhores e com esforço muito grande tentamos deixar algum tipo de contribuição.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos o Dr. Gustavo Dandolini, era certa a sua contribuição para esse debate através da nossa Audiência Pública. Dizer ao senhor que isso já foi feito em relação à deliberação, que nós devemos sair daqui com a Ata, já está em mãos, eu já havia solicitado para o Departamento Legislativo e eles prontamente nos atenderam. Nós, ao final desta Audiência, iremos assinar esse compromisso de todos os personagens, os atores que aqui se encontram. Também dizer ao Dr. Gustavo Dandolini, que por conta do lapso ter sido muito curto, do prazo ter sido mínimo e da necessidade de promover esta Audiência, certamente, talvez, imagino que eles não tenham recebido convite, porém, fui Vereador dois anos aqui e sei que eles nunca iam às Audiências Públicas na Câmara Municipal de Porto Velho. Nunca, EMDUR, SEMTRAN, SEMED, demais Secretarias do município, nunca se comprometeram em debater, infelizmente atuam trabalho de costas ao interesse da população, sem ouvir os reclames do povo e é por isso que Porto Velho, hoje, para não dizer a mais feia, é uma das capitais mais descuidadas do País, sem sombra de dúvidas, Dr. Gustavo. Infelizmente eles não iam lá, continuam não vindo aqui e esse é um problema que nós temos que solucionar, sabe como? Com voto consciente, o voto esclarecido, onde você consegue pegar ali o currículo e a vida pregressa do candidato, o que fez pela cidade ou deixou de fazer, e a gente ecoar as vozes pelos bairros e pelas cidades, porque a situação é lamentável no município de Porto Velho.

Dizer, também ao Dr. Gustavo Dandolini, que mande lembranças e um abraço fraterno ao Presidente da OAB que muito ajuda na elaboração das Leis aqui da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Gostaríamos de passar a palavra, num prazo de 3 minutos, pelo avançado do horário, ao Sr. Alan Kardek, que é morador do Bairro Flamboyant. Por favor, Sr. Alan, se estiver na galeria, se manifeste aqui conosco, faça uso da palavra.

O SR. ALAN KARDEK – Boa tarde a todos. Já podemos dizer boa tarde.

Quería agradecer aos Deputados por se preocuparam com a segurança pública, o Secretário; o senhor aqui do Bombeiro também, o Comandante; o Ministério Público e os representantes, e todos os que estão aqui presentes.

Eu quero ser bem breve, fazer uma colocação rapidinha e uma pergunta, com toda a permissão eu gostaria de citar o seguinte: “não se constrói um castelo sem areia”.

Hoje, em Rondônia, como já foi dito, não possui nem 50% de segurança, com isso a criminalidade só aumenta e o efetivo da Polícia Militar só diminui, causando sobrecarga nos policiais existentes. Eu pergunto, por que o Estado como já foi dito ali, o Estado ao invés de dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite, por que não dizer, Segurança Pública é prioridade? Recursos que são mal administrados ou mal empregados será revisto para contratar mais policiais, e não contratar cargos comissionados porque segurança pública é prioridade.

Também agradecer a oportunidade, e dizer também que o Corpo de Bombeiro com certeza deve estar precisando melhorar o seu contingente. Só isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, pela sua participação.

Vamos passar a palavra para o Wericles Abraão, aprovado no concurso da Polícia Militar, que também faça uso da palavra por 03 minutos.

O SR. WERICLES ABRAÃO – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa e a todos que se encontram aqui.

Eu quero declarar, eu passei nos concursos, eu passei na PM do Bombeiro, declarar a mazela que o nosso Estado passa por conta que entraram, há dois anos entraram na minha casa, fizeram os meus familiares reféns, eu não estava presente, graças a Deus, mas deixaram eles humilhados, minha família ficou em depressão, ficaram muito tempo, roubaram muita coisa, levaram a moto do meu irmão, que inclusive é militar também, os meus dois irmãos são militares, um é PM e o outro é Bombeiro, o PM teve que se mudar para o centro da cidade porque não aguentava morar naquela situação, sendo visado, os bandidos visando ele para tirar sua vida. Foi na instituição pedir para acautelar uma arma, não conseguiu, não deixaram ele acautelar uma arma para se defender. Eu sei que ele foi embora, teve que ir embora. Isso eu quero deixar registrado aqui.

E para esse concurso, esses concursos que não chamam, eu acho que é um descaso com as pessoas que fazem o concurso. É só isso mesmo, para não levar muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado Wericles Abraão. Nós conversamos bastante sobre efetivo, talvez tenha sido o tema central desta Audiência Pública, e nós temos centenas, centenas de aprovados que ainda não foram convocados. E a situação é tão dramática que além dos previstos do Edital, por exemplo, 144 da Polícia Civil, mas certamente temos que discutir os excedentes para aproveitar esse concurso e evitar gastos desnecessários por parte do Governo do Estado, por conta da imediata necessidade de nós colocarmos o efetivo na rua e nas Delegacias de Polícia. Na Zona Leste, por exemplo, as escolas que tem o EJA, que são as escolas no período da noite, elas vão fechar, Dr. Neidson, vão fechar, vão deixar de assistir à comunidade por falta de segurança. Os professores, diretores, eles estão, simplesmente desesperados por ter que

fechar e não conseguir atender à população, assim como também nós temos que discutir profundamente a questão das UNISP's, as delegacias de polícia têm um prazo de 60 dias para fechar. Nós temos que debater com a comunidade, com a população como nós vamos atender à comunidade com um número menor de delegacias de polícia que serão inseridas dentro das UNISP's.

Gostaria de passar a palavra para o Edelman Menezes, que é aprovado no concurso da Polícia Civil. A palavra está franqueada ao senhor, por três minutos. Logo em seguida nós vamos ouvir o Secretário Adjunto, Coronel Adilson, que quer fazer suas considerações finais, e é muito importante.

O SR. EDELMAN MENEZES – Bom dia a todo. Primeiramente, quero agradecer aos Deputados Léo Moraes e Jesuíno, ao Promotor Shalimar, que muito bem recebeu nós, representante da Polícia Civil.

Com relação também a esses estudos impactantes que ele mostrou, que é segurança, reiterando as palavras de todos representantes de bairros, principalmente o Nanan que é representante do meu bairro, da segurança, com relação aos comandantes também, muitas histórias que escutamos e o Conselho de Segurança da OAB, desculpa, Direitos Humanos. Com relação aos concursos que já estão ocorrendo, que, sem muitas delongas, já foram reiteradas inúmeras vezes quanto a situação do efetivo, que já é baixo, eu não venho muito me alarmar com relação a números, mas os documentos que eu tenho em mãos, da Diretoria Geral da Polícia, com relação aos números de efetivos desistentes é alarmante. Com relação às exonerações e demissões ocorridas, de 2010 para 2015, que parece que os números batem com o número do edital da Polícia Civil, propôs para a população de Rondônia. É como se fosse apenas um preenchimento do que foi defasado de 2010 para cá. Não houve um aumento essencial. A população aumentou, a criminalidade aumentou, mas o aumento de efetivo vai continuar o mesmo de 2010 a 2015. A questão é, o Estado pode formar mais policiais? Pode. Eu tenho certeza que a Polícia Militar, necessita de muito porque é uma polícia ostensiva e é uma polícia de força e, claro, é uma polícia que está presente em todas as situações dos bairros. O Bairro Ulisses Guimarães é uma periferia, e não se restringe somente a esse bairro, que necessita de uma situação muito atuante da Polícia, tanto Militar quanto Civil. O Estado pode formar mais policiais? Pode. Em uma declaração da Academia de Polícia, da ACADEPOL de Polícia, fala-se que existem seis salas que já estão sendo reformadas que não acabaram ainda, como os Deputados atuais já foram presentes, viram que vai necessitar de mais dias para terminar a ACADEPOL, mas o Estado pode, sim, formar 420 policiais. O Estado tem sala, tem corpo para isso, mas não quer. Fala-se, como o Deputado Léo Moraes, de contratar os excedentes também do concurso, a questão é que não se pode falar em excedente, quando a defasagem é muito maior do que o corpo de vagas oferece. Apenas reiterar essas situações que com Audiência Pública ou várias Audiências Públicas não adiantará ficar batendo na mesma tecla. Tem que haver uma forma efetiva, legal, de se fazer isso e não só legal, também operacional, porque o problema não é só o respaldo legal, o problema também é operacional. Se não houver uma junção de todos os Poderes, de todas as esferas, se não houver uma

harmonia, como se diz no direito, não vai mudar nada, não vai acontecer nada.

Somente isso e obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer as palavras do aprovado no último concurso, Edelman Menezes.

O SR. EDELMAN MENEZES – Acabei de receber uma pergunta aqui, e gostaria de fazer, como estão todos os representantes da PM aqui, do concurso da PM, somente uma pergunta, se vocês têm intenção, ao Comandante da Polícia Militar, se há uma intenção efetiva de aumento no corpo operacional da Polícia Militar, nesse último concurso? Se puder responder, agradecemos.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Edelman.

Vamos passar a palavra para o Dr. Neidson, nosso Deputado Estadual atuante. Tem domicílio eleitoral em Guajará-Mirim, mas não falta a uma Audiência Pública, seja qual for o dia aqui na Assembleia Legislativa. Gostaria de parabenizar Vossa Excelência.

O SR. DR. NEIDSON – Deputado Léo, parabéns, Deputado Jesuíno, parabéns também por esta Audiência Pública. Dr. Shalimar que também nos deu até a ideia, nos informou sobre a Lei que já realizaram em Alagoas. Eu só queria encaminhar uma pergunta para, aqui nós temos representantes da Polícia Militar, Bombeiros e Polícia Civil, se o Governo do Estado tem previsão de chamar as pessoas do concurso ou se tem previsão também de aumentar esse efetivo também do Estado de Rondônia. Vamos dizer, já tem uma, na anterior, na reunião de Comissão de Segurança Pública foi dito que eram 240 policiais militares e tinha intenção de aumentar para 480. Então, se tem a possibilidade de aumentar mais, ainda, esse efetivo tanto do Bombeiro, como de Polícia Militar e Policiais Civis, porque nós temos uma previsão de uma baixa de várias pessoas. Parece que existem duzentos processos para aposentadorias da Polícia Civil. Então, queremos... eu só gostaria de fazer essas perguntas.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Deputado Dr. Neidson, e foram feitas algumas perguntas, dentre elas a do nosso Deputado.

Então, vou passar a palavra para o Coronel Adilson, nosso Subsecretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia, para que faça, para que dê as devidas respostas e faça suas considerações finais. O microfone certamente vai ficar muito baixo para o senhor, Doutor, é melhor o senhor fazer aqui ou então vamos aumentar essa Tribuna porque, ele não atende dois metros.

O SR. CÉSAR ADILSON – Mais uma vez eu cumprimento a Mesa.

Senhores, as anotações foram muitas, mas eu serei breve. Primeiro, em relação ao efetivo por habitantes.

Em função da nossa Audiência semana passada, nós buscamos informações nos outros Estados para verificar como

estava, no ranking nacional, o Estado de Rondônia em relação ao efetivo de policiais com a população. E por incrível que pareça isso não justifica, como eu falei na audiência passada, eu gostaria que o nosso efetivo fosse o previsto e não o existente, mas nós estamos, em nível nacional, em 4º lugar na melhor colocação em termos de proporção, população/efetivo. Para os senhores terem uma ideia, Santa Catarina, essa pesquisa foi feita pela Revista Exame, foi publicada essa pesquisa, e essa proporção tem que ser analisada, como eu falei na Audiência passada também, que quando se fala em ONU, em Estados Unidos, lá a polícia tem um ciclo completo. O policial, ele vai desde a prisão até a conclusão do inquérito, é a mesma polícia que faz isso. Aqui nós temos duas polícias, a Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo, e nós temos a Polícia Civil, responsável pela Polícia Judiciária. Quando nós somamos esse efetivo, aí sim, nós chegamos a uma proporção e essa proporção já diminui bastante aquele número de mil habitantes por cada policial, mas esses números, eu não vou me ater a eles. Outro ponto que foi colocado sobre os Conselhos, eu fico feliz que graças às iniciativas que foram tomadas no passado, anos 2005, 2006, 2007, 2008, com a mobilização dessa comunidade, não só de Porto Velho, mas da comunidade do Estado para a criação dos Conselhos Municipais de Segurança e graças a esses Conselhos nós estamos aqui com o Anderson representando, tinha mais um ali que estava, mas não estou vendo mais, o Vinicius está por ali. A própria senhora Niedna Gontijo, que esteve aqui conosco, que está ali presente. Graças a esses Conselhos nós hoje discutimos Segurança Pública nas comunidades. Eu participei de Audiência em Cujubim, Guajará-Mirim, Jarú, em Ouro Preto, em Vilhena graças a isso, à mobilização da sociedade. Antigamente nós não falávamos sobre efetivo de policiais para a sociedade, nós não falávamos de quantidade de viaturas disponíveis, nós não falávamos sobre isso. E com essa mudança, com essa abertura, nós conseguimos fazer essa troca, e isso é importante, senhores, para que possamos melhorar e ir à causa do problema. Quem colocou que o problema, não é só efetivo, não foi a segurança pública, foi a própria sociedade porque ela sabe também das suas necessidades, necessidades na área de Saúde, na área cultural, na área de Educação e isso tudo reflete, aonde? Na segurança.

Então, eu agradeço essa mobilização comunitária, e incentivo os demais. Hoje, aqui nós temos representantes só de Setor 16, estava o cidadão aqui do Bairro Conceição, mais um ali, mas nós gostaríamos que todos os bairros estivessem presentes, todos, por quê? Cada bairro tem o seu problema de uma forma particular. Um, o problema é droga, o outro, é trânsito, o outro, é iluminação, cada um tem... e essa discussão tem que ser local, para que possamos ir nessa situação que eu falei, da causa. Eu vou dar só um exemplo, em relação aos receptadores. Imaginem quantas pessoas, hoje, na nossa sociedade, não têm consciência, até têm consciência, mas não levam isso muito a sério. Compram um televisor de cinquenta polegadas por duzentos, por cento e cinquenta, por cem reais. Para essa pessoa não interessa a procedência disso. E onde vai ocorrer o problema é nos crimes contra o patrimônio, porque aquele que furta, que rouba, ele tem para quem vender, então falta o quê? Consciência? Conscientização ou mais ações, ainda, da Polícia Judiciária para prender os receptadores? Têm muitos

que devem estar pensando: 'pô, eu comprei uma bicicleta e não perguntei se tinha nota fiscal'. Qual é a procedência dessa bicicleta? São detalhes, são pequenas coisas que as vezes não nos atentamos.

Em relação à transposição, somente os policiais até 1987 foram transpostos, só até 1987. Desse efetivo que passou a ser do quadro federal, a maioria já estavam aposentados, então, o recurso que pagava o salário dele era do IPERON. Essa tentativa nós fizemos, junto ao Governo do Estado, junto à Secretaria de Finanças, à Secretária de Planejamento para tentar repor o efetivo para as polícias, mas lá verificamos os números e constatamos que em função disso, são pessoas já aposentadas, não tinham como entrar na folha de pagamento.

Espaço Alternativo, nós buscamos alternativas para cobertura de malhas, para ações em locais específicos. O caso do Espaço Alternativo, hoje, aquele policiamento está sendo feito por duas viaturas e, em cada viatura, no máximo três policiais. Mas são policiais alunos que estão participando de Curso de Formação de Oficiais ali na Diretoria de Ensino, ao lado do Espaço Alternativo. Então, foi uma alternativa para atender o policiamento ostensivo naquele espaço ali. Então o horário condiz, é possível atender com esses policiais. Só por questões técnicas, por que não, nos demais bairros? É em função da falta de efetivo. Nós não temos como direcionar esses policiais para os demais bairros, porque eles têm que cumprir a carga horária deles de estudo, de formação. Então, hoje está sendo atendido aquele policiamento e em função dos furtos e roubos que estavam ocorrendo ali. Nós temos registros de ocorrências naquele local, naquele espaço onde hoje está sendo utilizado para prática esportiva.

Nós participamos de uma reunião no Colégio de Secretários de Segurança, em nível nacional, e nessa reunião foi proposta a criação de um percentual, assim como tem a Educação, como tem a Saúde, um percentual do orçamento para Segurança Pública. Então, eu vejo que através dos nossos legisladores, nós podemos também chegar a ter essa fatia do orçamento especificamente para ser empregado para Segurança Pública. Com isso, é possível atender melhor, tanto a Polícia Militar, como o Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Técnica. Hoje, foi colocado pelo próprio Deputado aqui, que o nosso orçamento está direcionado, a maior parte dele, para a Folha de Pagamento. Então, nós não temos como investir mais. Então, seria interessante propor isso em nível de Legislativo.

Em relação ao aumento de vagas dos concursos, estou sendo bem objetivo para não perder tempo. Há duas semanas atrás, fizemos uma reunião com o Secretário de Planejamento e com uma proposta feita pela Polícia Militar de onde sairia esse recurso para aumento dessas vagas. Estamos concluindo esse trabalho essa semana e no máximo até sexta-feira nós já teremos uma posição e um sinal verde da Secretaria de Planejamento, autorizando o aumento de 240 para 480 vagas. Isso a gente vai tentar também fazer para o Corpo de Bombeiros e para Polícia Civil.

Para encerrar, Senhores, eu gostaria, Deputado, porque eu participei recente de uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores e sugeri ao Presidente dessa Audiência, que fosse marcado uma data para que sentássemos e falássemos novamente sobre Segurança Pública em nível de município. E

não foi marcada essa data e nós não sabemos das providências que foram tomadas com relação ao foi discutido naquela Audiência. Eu acredito Senhores, porque eu estou aqui, sou hoje Secretário Adjunto, em função de ser técnico, eu não estou por indicação política, eu estou lá por ser técnico mesmo. Então, eu acredito que as coisas só funcionam se a gente sair daqui já com uma data pré-definida do que se discutiu aqui e o que foi feito e como nós vamos fazer para que possamos ter resultados. Porque senão vai ficar no registro, no papel, mas sem um prazo, sem... Então, é interessante definir isso, 30 dias, 60 dias, o que for, a Secretaria estará à disposição para acompanhar esse pleito que está sendo feito aqui, agora.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos imensamente a participação, os esclarecimentos do Subsecretário de Segurança Coronel Adilson, a quem eu conheço, e tenho uma grande estima e consideração.

Gostaria de solicitar a quem quiser, fazer as suas considerações finais, as autoridades. Se o Dr. Shalimar quiser fazer uso da palavra rapidamente, fique à vontade, assim como a Doutora Juracy e o nosso Comandante do Corpo de Bombeiros, para que nós consigamos concluir aqui.

Passo a palavra, de forma imediata, ao Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para título de informação, vi o senhor levantando a mão. O Senhor se inscreveu também?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Qual é o seu nome? Não chegou aqui, mas o senhor faz uso da palavra agora, três minutos, por favor, Senhor Francisco. O senhor se identifique aí porque eu não tenho aqui comigo.

O SR. FRANCISCO WALFREDO MARCOS – Genitores, genitoras, pais, mães, filhos e filhas. Eu me chamo Francisco Walfredo Marcos, um cidadão do Brasil, e vou dizer para vocês sinceramente, boa tarde a todos.

A Segurança no Estado, Educação e Saúde, são três coisas fáceis de comandar. Eu dei entrada lá no Governo num projeto criando uma nova segurança para o Estado, sem ônus para o Governo. Como é que vai ser essa segurança? Um homem de moral e respeito ao Brasil e ao mundo. Como é que vai ser essa segurança? Um cidadão que tiver 33 anos e 03 dias, o Governo vai dar uma carteira de segurança para ele, mas não é assim à toa, na frente com foto da mãezinha dele e atrás é que vem o dele, para ele andar com ela no bolso e a polícia, educar essa polícia. Como é que vai educar essa polícia? Pagar ela melhor, porque aqui é fronteira, área de risco. Essa polícia é mal paga, de começo, cinco mil na carteira. Não é com gratificação, é na carteira. Porque quando aposentar vai ter um emprego, não é? Não é negócio de dizer: 'ah, ganha isso, ganha aquilo...' Não é isso não, é na carteira, cinco mil reais no começo, para reeducar. Como vai reeducar? A polícia vai chegar num cidadão e vai perguntar do cidadão: 'o que

aconteceu?' E o cidadão vai se identificar com a carteira dele de segurança, segurança... só quem usa arma é polícia, segurança não pode usar arma. E polícia também, reeducar mais essa polícia, aqueles que são doentes mandar eles para irmandade da doença do alcoolismo, lá não paga nada. Porque quem usa arma não pode ingerir bebida alcoólica e nem usar droga, porque a arma mata, aleija, fere, destrói, é jogo rápido.

Outra situação é esse trânsito do Estado, educar o trânsito do Estado de Rondônia, educar o trânsito. Quem vende combustível, petróleo, não pode vender bebida alcoólica, não existe isso. Lá em São Paulo, já tem um município, em Goiás já tem, que eu mandei daqui a cópia de Rondônia para lá e eles pegaram direitinho, baixou 100% o acidente. Está vendendo combustível, petróleo e está vendendo bebida alcoólica? Não existe isso. Tem duas doenças que o Governo combate, não é? É a paralisia infantil e a doença do idoso e o posto será também uma doença, porque alcoolismo é doença.

Meu muito boa tarde a todos, e muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É isso. Obrigado viu? o senhor é porreta.

O Dr. Shalimar, com a palavra, três minutinhos para nós encerrarmos.

O SR. SHALIMAR PRIESTER – Deputado, vou ser bem breve. Só queria agradecer novamente a oportunidade, e mais uma vez me colocar à disposição desta Casa de Leis sempre que for necessário para discutir um tema de tamanha relevância que é a segurança pública.

Estudando para uma ação civil pública eu vou, provavelmente, ajuizar agora, no mês seguinte. A segurança pública está como suporte a todas as instituições, e não existe democracia sem polícia. A polícia é a base de toda a democracia, pois tanto a Polícia Militar como a Polícia Civil que dão o suporte necessário às instituições democráticas como o Ministério Público, o próprio Governo do Estado e a Assembleia Legislativa, o legislativo como um todo. Então, é a base, muito mais do que a Saúde, se não tem segurança, não se consegue garantir a Saúde. Se não tem segurança, também não vai garantir a Educação no Estado. Portanto, eu acho que de todos os direitos fundamentais, é a segurança o direito mais importante para o cidadão e para a democracia como um todo.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Dr. Shalimar. É impressionante, parece que o senhor tem anos em Vara de Segurança Pública, pelo vasto conhecimento e como o senhor debruça sobre a Matéria, e nós que agradecemos. Afinal, esse debate foi motivado pela sua participação na Comissão de Segurança Pública, e eu acho que nós temos que perpetuar e fazer disso um divisor de águas na Segurança Pública do Estado de Rondônia, através da lei, que esta Assembleia, de forma coletiva, irá apresentar, aliás, logo no final das explanações, das considerações finais, vou fazer uma leitura da Ata que já foi feita, inclusive e todos aqui da bancada já assinaram.

Passo a palavra, para as considerações, a Dr.^a Juracy, Diretora Executiva do DGPC, Diretora Geral da Polícia Civil, nossa Delegada, por favor, faça uso da palavra, doutora.

A SRA. JURACY HENRIQUE – Eu só queria agradecer a participação, e gostaria de colocar a Polícia Civil à disposição dos presentes, desta Casa que só tem nos ajudado, só tem nos fortalecido. Agradeço também o Dr. Shalimar, embora nós não tenhamos nos vistos ultimamente, mas temos trocado as nossas informações. E dizer que as palavras do Dr. Shalimar foram importantíssimas, essas palavras finais. A Segurança Pública é de uma importância superior. Se não resolvermos ou se não amenizarmos logo esse problema da Segurança Pública, a população estará cada vez mais a mercê de não poder exercer esses outros direitos, que é o direito à Saúde, à Educação e todos os males como cidadão. Então, eu estou à disposição, estou sempre fazendo parte dessas discussões para somar e aprender, porque a gente aprende, cada reunião desta que a gente faz, a gente aprende, aprende muito com a população também. Então eu queria agradecer mais uma vez essa nossa reunião, essa nossa participação nesta Audiência Pública.

Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigada, Senhora Juracy.

Imediatamente vamos passar a palavra para o Coronel Chianca, representando todo o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O SR. FELIPE SANTIAGO CHIANCA – Primeiramente boa tarde a todos. Agradecer a oportunidade ao Deputado Léo Moraes, Deputado Jesuíno, Cel. Adilson, aqui presente, enfim, todos que compõem a Mesa, bem como todos aqueles que nos assistem. Dizer que o Corpo de Bombeiros também passa junto com a Polícia Militar, Polícia Civil pelo problema de afetivo, e buscamos melhorias junto ao Governo, junto com a Secretaria de Segurança Pública. Nos colocamos totalmente à disposição, é cidadão comum também, como outro qualquer. Já tive a minha casa assaltada, meus filhos e a esposa refém, já fui atendido pelo Corpo de Bombeiros em ambulância, em acidente de trânsito. Então, usamos aquilo que nós temos também. Então, a gente é sensível a situação buscando melhorias. É lógico que tudo isso dentro da possibilidade, tudo que a legalidade nos permite. Enfim, nos colocamos totalmente à disposição dos Deputados para quaisquer esclarecimentos, da sociedade para qualquer esclarecimento, para que somando fosse junto a esta Casa de Leis, com o Governo do Estado, possamos melhorar a situação de efetivo e atender melhor a nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Cel. Chianca.

O Corpo de Bombeiros tem feito um belíssimo trabalho neste Estado de Rondônia, isso é inegável e nós só temos agradecer, enquanto cidadão comum.

Gostaria de passar a palavra ao Dr. Neidson, nosso Deputado Estadual para que faça suas considerações finais.

O SR. DR. NEIDSON – Obrigado, Deputado Léo. Quero parabenizar a todos os presentes aqui. Só lembrando que na Constituição Federal diz, no Artigo 144. Vou até copiar, agora, o Deputado Jesuíno que sempre cita os Artigos. Diz que “a Segurança Pública é dever do Estado”, também é de responsabilidade de todos nós. Existe um Projeto em Belo Horizonte, que é para aproximar a polícia da cidadania, não é polícia cidadã é quase vizinhos solidários, no qual aproxima, a população e interage juntamente com a Polícia Militar, porque havia essa sensação de segurança muito maior do que aqui em Rondônia e parece que está dando certo. Já tenho o Projeto e vamos até apresentar a nossa Comissão de Segurança Pública, e com outros convidados, para apresentar também à Polícia Militar, para ver se podemos implantar aqui no Estado de Rondônia, para ver se podemos melhorar e contribuir para a melhoria, porque também é dever de todos nós ajudar na nossa segurança.

Parabéns a todos os presentes, Dr. Shalimar também, não o conhecia, e agora fico até grato por estar aqui presente, e contribuir também com essa iniciativa aqui da Assembléia.

Parabéns a todos e muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradeço ao Deputado Dr. Neidson, que é Deputado membro efetivo da Segurança Pública e tem participado constantemente dessa temática.

Passo a palavra ao Deputado Jesuíno e logo em seguida irei ler a Ata, que solicitei ao Departamento do Legislativo, onde todos estão comprometidos efetivação desta lei.

Dr. Deputado Jesuíno, a palavra é sua;

O SR. DR. NEIDSON – Só para esclarecimento, é “Rede de Vizinhos Protegidos”.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Deputado Jesuíno, a palavra com Vossa Excelência.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Para não me alongar, quero cumprimentar e agradecer a todos os presentes, Deputado Léo Moraes, que soube conduzir de forma tranquila esta Audiência Pública. Dizer, como Presidente desta Comissão de Segurança Pública, que estarei, aqui, tem o Vice-Presidente, nosso primeiro efetivo também, sempre presente, e o que depender desta Assembleia Legislativa, nós estaremos cobrando diuturnamente um papel, ou seja, algo de forma que possa trazer melhorias para o cidadão rondoniense.

Coronel, o senhor está como Secretário, na semana passada o senhor esteve presente e o senhor falou que até essa segunda traria uma resposta por parte da SEPOG sobre o aumento do efetivo, pelo menos dobrar, foi isso que o senhor falou sobre a questão, e hoje o senhor falou que só até sexta-feira há um posicionamento. Esperamos que pelo menos esse

valor de 480, que para mim é o mínimo, não é nem, como bem disse aqui o doutor Shalimar, seiscentos e poucos irão para a inatividade. E dizer que agora nós temos, Deputado Dr. Neidson, temos que requisitar informações. Porque o Orçamento, como bem disse o membro da OAB, de Direitos Humanos, que nós temos que estar atentos à questão do efetivo, como trouxe aqui os dados, e cobrar, nem que seja presencial. Não adianta a gente ficar fazendo Audiência Pública, vamos fazer uma leitura aqui, vai fazer essas proposituras de leis, de normas, mas o Governo sempre vai ter aquela discussão: 'olha, a Lei de Responsabilidade Fiscal...' E como que fica o cidadão? Sempre no prejuízo. Não vamos aceitar. Vamos fazer, buscar através de recomendação, ações cíveis e demais demandas judiciais, se for necessária, para que haja uma solução plausível. Eu quero deixar, agradecer novamente as pessoas que se fazem presentes nas galerias, que tiveram a paciência de ouvir, de saber o que está acontecendo. A falta de efetivo, como bem disse o Secretário, Subsecretário, ele mesmo disse 'é notória', confirma que existe a necessidade. No Bombeiro, Coronel Chianca, eu tive informações também que cerca de 12 Bombeiros, parece que fez uma indagação para o Comando referente a escala de 24 por 24, parece que foi aberta uma sindicância. Eu vou expedir também um documento para ver se procede essa informação porque é questão, ainda, das normas que regem o 'sistema castrense' é muito rígido para os militares que se manifestarem, eles estão passivos de responder criminalmente e civilmente, inclusive, administrativamente, isso é fato. Mas estamos aí, nós como Deputados, em quatro meses de trabalho junto com essa nova legislatura, estamos tentando fazer sempre o máximo, estar se dedicando sempre o melhor da nossa atuação.

Temos que aprender muito e com certeza somaremos sempre, Doutor Shalimar, seja com o Ministério Público ou com qualquer instituição em busca de melhorias para o povo de Rondônia que hoje clama, não só, como bem disse, Segurança, Saúde, Educação para que... é saneamento.

Só a título de informação, estive em Ji-Paraná, causa vergonha se entrar no município de Porto Velho que é a capital que realmente é vergonhoso. Mas eu fico agradecido. Estaremos aí sempre presentes e atuando no nome do povo e Rondônia.

Muito obrigado a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno Boabaid.

Ficamos muito felizes com a sua intervenção, com a sua luta incessante em promover as melhorias no Estado de Rondônia, principalmente no que diz respeito à Segurança Pública já que o senhor é do metiê, é do meio, e sabe o que acontece e fala com propriedade a respeito da Matéria.

Pois bem, o mais importante desta Audiência é a textualização. Nós fizemos um documento, uma Ata, e eu não me submeto e não aceito promover uma Audiência Pública, ser o requerente, o proponente junto com o Deputado Jesuíno, junto com o Deputado Doutor Neidson, junto com o Deputado

Aélcio da TV, fazer uma Audiência Pública sem que tenha um resultado prático no final. Se não for cumprido por parte do Governo, são outros quinhentos, mas esta Assembleia vai lutar até onde é a sua competência, é a sua contribuição e assim nós faremos.

"Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Excelentíssimo senhores Deputados, Léo Moraes e Jesuíno Boabaid, Proponentes da Audiência Pública, realizada no dia 08 de junho do corrente ano, às 09 horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, com o objetivo de debater sobre a Segurança Pública no Estado de Rondônia, com as presenças dos Senhores Deputados Léo Moraes, Jesuíno Boabaid, Doutor Neidson e Aélcio da TV, bem como as presenças do Coronel PM César Adilson, Secretário Adjunto da SESDEC; Doutor Shalimar Priester, Promotor de Justiça - Área de Segurança Pública; Coronel BM Santiago Chianca, Subcomandante Geral do Corpo de Bombeiros, Senhor Ruslan Magalhães, Diretor do Conselho de Segurança da Zona Leste, Setor 16; Doutora Juracy Henrique, Delegada Adjunta da Polícia Civil e Senhor Anderson Nanan, Presidente do Conselho de Segurança da Zona Leste, componentes da Mesa. Ao final dos debates, concluíram por comprometerem-se na elaboração de um Projeto de Lei que "Crie o efetivo mínimo para a Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiro Militar no Estado de Rondônia".

Plenário das Deliberações, 08 de junho de 2015."

Esse documento, Belze, é justamente para que nós possamos nos resguardar quanto ao efetivo das Polícias, das Instituições e dos órgãos de Segurança Pública no Estado de Rondônia.

Falar que existe um problema de limite prudencial de Lei de Responsabilidade Fiscal, que vai extrapolar os 54%, eu que não sou Executivo entendo que esse problema que é realidade, que ele existe, mas nós temos que deixar efetivado através de ordenamento de uma Lei, a fim de resguardar o mínimo de policial militar nas nossas ruas, de policial civil e também de bombeiros. Assim, a gente vai aperfeiçoando, a gente vai aperfeiçoando, mas com a Lei é muito melhor, porque transcende a atuação de um Parlamentar neste Poder, não é o Deputado Léo Moraes que quer, não é o Deputado Doutor Neidson. Isso daqui vai ficar estipulado em Lei, estará dentro também dos Estatutos das Polícias, estará também dentro da Constituição do Estado, efetivo mínimo. E o Estado terá um prazo razoável, também coerente, racional, para se adequar a esse efetivo. E daí vamos deixar de discutir efetivo e quantidade, nós vamos começar a discutir qualidade, nós vamos continuar a discutir e, cada vez mais, massificar eficiência dos órgãos de Segurança Pública, que é isso que todos nós queremos. Nós queremos evitar que façamos Audiências, quantas vezes, reiteradas vezes, e que não saíamos daqui com o resultado prático. Todos os Deputados já se comprometeram, talvez a grande parte, Deputado Doutor Neidson, que a gente elabore essa Lei, e que, assim como aconteceu no Estado do Alagoas, caso, que eu acho que não

vai acontecer, porque o Governo do Estado também quer discutir isso com profundidade, de forma permanente. Caso entre com a ADIN nós já temos um precedente, que foi no caso de Alagoas que entraram com o STJ, no STF e eles defenderam que deve existir, uma Lei que não é vício de iniciativa e que não é inconstitucional a Assembleia puxar a responsabilidade para esse Poder. E assim nós faremos aqui no Estado de Rondônia, durante esses quatro anos. É responsabilidade de todos os Deputados trabalhar em prol da população, sem politicalha, sem politicagem e com resultados práticos.

Então, agradeço imensamente a presença de todos, de todos que mesmo com o avançado horário, 12 horas e 20 minutos, estão aqui conosco. Os Deputados, a comunidade em geral e que nós realmente saíamos melhores do que nós entramos, e que consigamos efetivar essa Lei com o apoio do

Ministério Público, com apoio também da SESDEC, com apoio de todos os órgãos de controle de fiscalização.

Muito obrigado.

Fiquem com Deus. E vamos melhorar este Estado de Rondônia. Essa é a nossa intenção.

Muito obrigado.

Sob a proteção de Deus, encerramos mais uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Vai ter um coquetel com ares de almoço, afinal já é meio dia, para que todos possam confraternizar e discutir a respeito da Audiência Pública.

Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 26 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 171/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 15 a 17/07/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Brasília - DF, para participarem das Reuniões das Comissões desta Casa e reuniões nos Ministérios e diversos Órgãos Público, conforme Processo nº. 9099/2015-59.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160365	Alex Mendonça Alves	Deputado	Gab. Deputado
200160744	Rogério Gago da Silva	Chefe Gabinete	Gab. Dep. Alex Redano

Porto Velho - RO, 13 de Julho de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 173/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 15 a 17/07/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se a Ji-Paraná e Cacoal - RO, onde irá visitar os Polos das Escolas do Legislativo, conforme Processo nº. 9139/2015-95.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160376	Arildo Lopes da Silva	Secretário Geral	Gab. da Secretaria Geral

Porto Velho - RO, 14 de Julho de 2015.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ASSESSORIA DA MESA**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª SESSÃO LEGISLATURA**

REQUERIMENTO DEPUTADOS LAZINHO DA FETAGRO – PT – MAURÃO DE CARVALHO – PP – RIBAMAR ARAÚJO – PT – JESUINO BOABAID – PT do B - Requer a realização de Audiência Pública no dia 6 de agosto de 2015 no Plenário desta Casa de Leis para discutir sobre a área do Militão, setor Chacareiro de Porto Velho – RO.

Os Deputados que este subscrevem, cumprida a forma regimental, requerem a realização de Audiência Pública no dia 6 de agosto de 2015 às 10h no Plenário desta Casa de Leis para discussão sobre a área do Militão, setor Chacareiro de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Tem esta proposição a finalidade de requerermos um debate com profundidade sobre as questões pertinentes aos chacareiros da área do Militão, os moradores têm enfrentado situações dramáticas nos últimos dias, uma ação que tramita na Justiça Estadual concedeu a posse da área para o real proprietário, acarretando medo para moradores que ali habitam, podendo ser despejados a qualquer momento por ordem Judicial. A única alternativa que os chacareiros têm para evitar a perda total de tudo o que construíram durante o longo tempo que viveram no local é se submeterem às imposições do proprietário da área, que exige a adesão a um contrato de compra e venda com valores considerados extorsivos, fora da realidade atual do mercado imobiliário.

Diante da relevância deste pleito, conto com o apoio dos nobres Deputados.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015
Dep. Lazinho da FETAGRO – PT
Dep. Maurão de Carvalho – PP
Dep. Ribamar Araujo – PT
Dep. Jesuino Boabaid-PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO SAULO MOREIRA – PDT – Requer informações ao Poder Executivo em relação ao asfaltamento da RO-257, que liga o Município de Ariquemes ao Distrito do 5º BEC no Município de Machadinho do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do art. 31, § 3º da Constituição do Estado, c/c art. 179, inciso III do Regimento Interno, requer ao Poder Executivo informações de quando acontecerá a retomada dos serviços de asfaltamento da RO-257, que liga o Município de Ariquemes ao Distrito do 5º BEC no Município de Machadinho do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Nossa propositura tem a finalidade de atender reivindicações daquelas comunidades com relação ao reinício dos trabalhos de asfaltamento da RO-257, que liga o Município de Ariquemes ao Distrito do 5º BEC no Município de Machadinho do Oeste. Tomamos conhecimento, que a ordem de serviço já foi emitida para as devidas providências e, até o presente momento não retomaram as obras. Nossa preocupação é que com a demora, quando as chuvas chegarem prejudiquem os trabalhos.

Pelo exposto, pedimos o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação de nossa propositura.

Plenário das Deliberações, 29 de junho de 2015
Dep. Saulo Moreira – PDT

REQUERIMENTO DEPUTADO SAULO MOREIRA – PDT – Requer informações ao Poder Executivo em relação à retomada dos trabalhos de execução da obra da ponte sobre o rio Machadinho, no município de Machadinho do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do art. 31, § 3º da Constituição do Estado, c/c art. 179, inciso III do Regimento Interno, requer ao Poder Executivo, informações em relação à retomada dos trabalhos de execução da obra da ponte sobre o Rio Machadinho, no município de Machadinho do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O objetivo do nosso Requerimento é dar uma satisfação à população que nos elegeu, com relação ao reinício dos trabalhos de execução daquela obra que irá beneficiar produtores, famílias e a população que utiliza este treco diariamente. Esperamos que o Governo de Rondônia se sensibilize com a situação dos cidadãos que necessitam usar aquela ponte e não demore a retomada, porque não demora e o inverno chega, e aí, mais uma vez, a comunidade vai passar pelos mesmos transtornos dos anos anteriores, quando se aventuram atravessando a ponte alagada a pé e outras empurrando motos e bicicletas, correndo grandes riscos.

Pelo exposto, pedimos o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação de nossa propositura.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015
Dep. Saulo Moreira - PDT

REQUERIMENTO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO – Requer a Mesa Diretora que seja realizada Sessão Solene no dia 6 de agosto de 2015, às 9h, para a entrega de Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia à Dom Moacir Grechi, conforme Decreto Legislativo nº593, de 16 de junho de 2015.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora que seja realizada Sessão Solene no dia 08 de agosto de 2015 às 9h, para a entrega de Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia à Dom Moacir Grechi.

JUSTIFICATIVA

Dom Moacir Grechi nasceu na cidade de Turvo, no Estado de Santa Catarina em 19 de janeiro de 1936, filho do casal Urivalde Grechi e Eufemia Pesacador Grechi.

Seus estudos foram realizados no Seminário Central do Ipiranga da Arquidiocese de São Paulo e Seminário das Missões de São José dos Campos. Revalidação e Licenciatura em Filosofia na Faculdade de Mogi das Cruzes, Licenciatura Plena em Teologia na Faculdade Teológica *Marianum* em Roma, onde também se especializou em Mariologia.

Fez sua profissão religiosa em 1958 em Roma, na Itália. Foi nomeado para o episcopado em 17 de julho de 1972 em Rio Branco no Acre e ordenado Bispo em 21 de outubro de 1973 ainda no Estado do Acre.

Foi nomeado Arcebispo de Porto Velho em 29 de julho de 1998, onde permaneceu por 13 anos.

Alguns dos projetos e ações desenvolvidas em nosso estado por Dom Moacyr merecem destaque: criação da Faculdade Católica de Rondônia, do Tribunal Eclesiástico, da Comissão de Justiça e Paz; ampliação da Rádio Caiari e Rede Vida de Televisão; criação de novas paróquias e constituição de igrejas, dentre as quais do Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora Aparecida.

Ante exposto, pelos relevantes serviços prestados ao Estado, tornando-se merecedor desta tão honrosa homenagem.

Plenário das Deliberações, em 26 de junho de 2015.

Dep. Ribamar Araújo – PT

Dep. Adelino Follador – DEM

REQUERIMENTO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública, nesta Casa de Leis, para debater acerca do Método APAC em Porto Velho.

O Parlamentar que o presente subscreve, no cargo de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, requer à Mesa Diretora na forma regimental, que seja realizada Audiência Pública no Plenário da Assembleia Legislativa de Rondônia, no dia 6 de agosto de 2015, às 14hs, com o objetivo de debater acerca do Método APAC no Município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – é uma entidade civil de Direito Privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade.

O trabalho da APAC dispõe de um método de valorização humana, baseado em 12 elementos, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de se recuperar.

Busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da Justiça e o socorro às vítimas.

Amparada pela Constituição Federal para atuar nos presídios, possui seu Estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal.

Opera como entidade auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo, respectivamente na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semi-aberto e aberto.

A principal diferença entre a APAC e o Sistema Prisional Comum, é que na APAC os próprios presos (recuperandos) são corresponsáveis pela sua recuperação e têm assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela comunidade.

Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade.

A metodologia APAC fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e envolvimento da família do sentenciado. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é também um importante diferencial no método da APAC.

Este método já é utilizado com êxito em vários estados, estando em destaque o método APAC em atividade no Estado de Minas Gerais, a qual tem como grande apoiador o deputado Estadual Ângelo Durval, que é autor do livro a respeito do tema em questão, e que se fará presente à audiência que ora se quer.

Assim, diante da relevância deste pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 30 de junho de 2015.

Dep. Léo Moraes – PTB

REQUERIMENTO DEPUTADA GLAUCIONE – PSDC - Indica ao Poder Executivo, que através do Departamento de Estradas e Rodagens de Rondônia – DER, de Recuperação do Morro da Embratel na Linha 08, Município de Cacoal-RO.

A Parlamentar que a presente subscreve na forma regimental, depois de ouvido o plenário, indica ao Departamento de Estradas e Rodagem a necessidade de Recuperação do Morro da Embratel na Linha 08, Município de Cacoal-RO.

JUSTIFICATIVA

Atendendo a aspiração da comunidade para proporcionar maior segurança e tranquilidade a população local, o morro da Embratel localizada na Linha 08, no Município de Cacoal, encontra-se em situação precária, necessitando recuperação em toda sua extensão. A referida ação visa beneficiar sobremaneira uma grande quantidade de moradores que necessitam daquela via para escoamento de safra e até mesmo para entrada e saída de suas residências, inclusive para o deslocamento de crianças até o local de seus estudos e também em busca dos serviços de saúde.

Diante do exposto, apresentamos a indicação supra, para qual contamos com a colaboração dos nobres pares para sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 12 de junho de 2015.

Dep. Glaucione Maria Rodrigues

REQUERIMENTO DEPUTADA GLAUCIONE - PSDC - Indica ao Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens de Rondônia – DER. A necessidade de Redutores de velocidade na Rodovia 383 – RO, do Município de Cacoal-RO.

A Parlamentar que o presente subscreve na forma regimental, depois de ouvido o plenário, indica ao Departamento de Estradas e Rodagem a necessidade de Redutores de velocidade na Rodovia 383-RO, Município de Cacoal-RO.

JUSTIFICATIVA

Atendendo a aspiração da comunidade para proporcionar maior segurança e tranquilidade a população local, vê-se

necessidade de Redutores de velocidade na Rodovia 383 - RO, Km 06, do Município de Cacoal. Para atender tanto os agricultores e pecuaristas quanto aos universitários que utilizam a rodovia para ir e vir das faculdades que estão localizadas no Município.

Diante do exposto, apresentamos a indicação supra, para qual contamos com a colaboração dos nobres pares para sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 12 de junho de 2015.
Dep. Glaucione Maria Rodrigues

REQUERIMENTO DEPUTADA GLAUCIONE – PSDC - Indica ao Governo do Estado de Rondônia através da Secretaria de Saúde – SESAU. A necessidade de adquirir aparelho de Mamografia, Ultrassonografia para realização de Exames no município de Cacoal-RO.

A Parlamentar que o presente subscreve na forma regimental, depois de ouvido o plenário, indica a Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Rondônia SESAU – a necessidade de adquirir um aparelho de Mamografia e Ultrassonografia para a realização de exames no município de Cacoal.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares

Tal indicação se faz necessário uma vez que para se obter resultados positivos na luta contra doenças, é fundamental o diagnóstico. A presente indicação propõe a compra de aparelhos capazes de realizar diagnósticos, dentre eles o de mamografia, este auxiliará no combate ao câncer de mama, atualmente responsável pela morte de milhares de mulheres.

A indicação em tela é um pedido de auxílio e socorro, pois o município de Cacoal atualmente não tem oferecidos assistência a saúde básica. (Raio-X, mamografia e ultrassonografia).

Diante do exposto, apresentamos a indicação supra, para qual contamos com a colaboração dos nobres pares para sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.
Dep. Glaucione Maria Rodrigues

INDICAÇÃO DEPUTADA GLAUCIONE – PSDC - Indica ao Governo do Estado de Rondônia através do DER – Departamento de obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia, que seja providenciado operação de Limpeza e recuperação das ruas do Distrito do Riozinho, situado no município de Cacoal-RO.

A Parlamentar que a presente subscreve na forma regimental, depois de ouvido o plenário, indica ao Governo do Estado de Rondônia através do DER – Departamento de Estradas e Rodagens, a necessidade da realização de programa específico no auxílio de recuperação de ruas e limpeza urbana no distrito de Riozinho no município de Cacoal-RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Tal indicação se faz necessário, pois, o distrito de Riozinho situado no município de Cacoal, atualmente encontra-se em estado de abandono, pois o mato toma conta dos canteiros prejudicando a visibilidade dos motoristas, as árvores necessitam de poda, lembrando que se trata de um distrito às margens da BR-364.

Sendo assim o auxílio do DER para tal operação se torna fundamental para a segurança dos cidadãos que ali residem, sem contar que melhorará a aparência do local e contribuirá para a valorização dos bens imóveis localizado naquele distrito.

Diante do exposto, apresentamos a indicação supra, para qual contamos com a colaboração dos nobres pares para sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 30 de julho de 2015.
Dep. Glaucione Maria Rodrigues - PSDC

INDICAÇÃO DEPUTADO EDSON MARTINS – PMDB – Indica ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia a realização de uma ação tapa buracos para recuperação da malha rodoviária da Rodovia 473 que liga o Município de Urupá a BR-364.

O Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem de Rondônia – DER, solicitando com urgência a realização de uma ação tapa buracos para recuperação da malha rodoviária da Rodovia Estadual 473 que liga o Município de Urupá a BR-364.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Torna-se imprescindível a realização da ação tapa buracos na Rodovia 473 que liga o Município de Urupá/RO a BR-364. A presente indicação está subsidiada no fato de que a Rodovia 473 encontra-se tomada por inúmeros buracos impedindo o regular fluxo de veículos que se utilizam da rodovia para realizarem o deslocamento até BR 364. Os veículos que precisam trafegar acabam tendo que desviar dos inúmeros buracos na pista de rolamento da rodovia aumentando consideravelmente o risco de acidentes no local. Ante o exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares no sentido de aprovar a presente proposição.

Plenário das Deliberações, em 30 de junho de 2015.
Dep. Edson Martins – PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO – PRP – Indica ao Poder Executivo, com cópia à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI, a necessidade de solicitar cedência de armazéns da antiga CAGERO em Ouro Preto do Oeste.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, com cópia à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI, a necessidade de requisitar da CONAB na forma de cedência, os armazéns e outras instalações da antiga CAGERO, localizados na

Avenida Capitão Silvío Gonçalves de Farias nº0037, em Ouro Preto do Oeste, para darem suporte ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como para armazenar calcário com vistas à distribuição para os pequenos produtores do município de Ouro Preto e região.

JUSTIFICATIVA

Essas instalações encontram-se sem utilização e estão se deteriorando já há algum tempo. Por outro lado, a SEAGRI precisa de um depósito em Ouro Preto para armazenamento de calcário para distribuição aos agricultores familiares da região, tendo em vista que a distribuição hoje é feita por veículos pesados que as pontes das estradas vicinais não suportam o peso dos mesmos.

Esses armazéns também serão de muita utilidade para recebimento e distribuição dos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que serão distribuídos às escolas e hospitais de forma mais rápida, pois hoje estes produtos estão sendo armazenados nos escritórios da EMATER.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Marcelino Tenório – PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO – SD – Indica ao Poder Executivo Estadual junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, a necessidade de dispensar as vistorias prévias para obtenção do Plano de Manejo Florestal.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, a necessidade de dispensar as vistorias para obtenção do Plano de Manejo Florestal.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Ao apresentarmos a seguinte indicação vimos a necessidade de agilizar o processo de liberação de manejos florestais emanados pela SEDAM, através da dispensa das vistorias prévias para a obtenção das mesmas.

Esta propositura se faz necessário devido a um problema que trava o setor produtivo extrativista ora mencionado. A dispensa da vistoria prévia fará com que a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental transfira para o Engenheiro florestal a responsabilidade de realizar essa vistoria e por fim emitindo a liberação do manejo, cabendo em sequência a responsabilidade da SEDAM de vistoriar a etapa meio do processo da extração, que é onde ocorre as maiores irregularidades ambientais.

Essa medida dará aos Engenheiros florestais o poder de emanar a liberação tão qual a passividade para responder civil e criminalmente por ocorridos futuros em razão da fé pública momento depositada em sua autoridade e competência.

Essa situação inverteria a tramitação atual dos Planos de Manejo Florestal, uma vez que elimina a inspeção na fase inicial do processo e normatiza a vistoria de acompanhamento, que é feita durante a colheita da madeira. De forma sucinta, essa propositura defende a tese de que seja dispensada a vistoria prévia para obtenção dos manejos florestais para agilizar e desafogar a SEDAM, simultânea a valorização profissional dos Engenheiros Florestais.

Plenário das Deliberações, em 30 de junho de 2015.

Dep. Adelino Follador – DEM
Dep. Aécio da TV – PP
Dep. Airton Gurgacz – PDT
Dep. Cleiton Roque – PSB
Dep. Dr. Neidson – PT do B
Dep. Edson Martins – PMDB
Dep. Ezequiel Júnior – PSDC
Dep. Glaucione – PSDC
Dep. Hermínio Coelho – PSD
Dep. Jean Oliveira – PSDB
Dep. Jesuino Boabaid – PT do B
Dep. Laert Gomes – PEN
Dep. Lazinho da Fetagro – PT
Dep. Lebrão – PTN
Dep. Léo Moraes – PTB
Dep. Lucia Tereza – PP
Dep. Luizinho Goebel – PV
Dep. Marcelino Tenório – PRP
Dep. Maurão de Carvalho – PP
Dep. Ribamar Araújo – PT
Dep. Rosângela Donadon – PMDB
Dep. Saulo Moreira – PDT
Dep. Só na Bença – PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADO ALEX REDANO – SD – Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a constituição de uma Comissão Especial composta de 5 (cinco) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, com a finalidade de acompanhar a liberação dos planos de manejo do Estado de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a constituição de uma Comissão Especial composta de 5 (cinco) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, com a finalidade de acompanhar a liberação dos Planos de Manejo do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A criação desta Comissão Especial é fruto da reunião realizada na noite de ontem (29/06/2015) nesta Casa, convocada para debater sobre a liberação para os planos de manejo e a organização do setor madeireiro no Estado de Rondônia, que contou com a presença de aproximadamente 50 madeireiros, prefeitos, vereadores e pessoas ligadas ao setor, e ainda com o Secretário Vilson Sales, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM que após os questionamentos dos presentes sobre a situação da não liberação dos planos de manejo que estão emperrados na SEDAM se comprometeu para que as soluções sejam alcançadas com a maior brevidade possível.

Nós como representantes de todos os setores da sociedade, nos preocupamos com a situação dos madeireiros, tendo em vista a importância que o setor tem na economia do nosso Estado, como empregador de melhores de trabalhadores, e sem a aprovação dos planos de manejo, fica impossível trabalhar, como afirmou o Presidente desta Casa na ocasião, por essa razão

propomos a criação da referida Comissão para acompanharmos de perto essa questão.

Pelo exposto, contamos com o apoio e o voto de Vossas Excelências para aprovação de nosso Requerimento.

Plenário das Deliberações, em 30 de junho de 2015.

Dep. Alex Redano - SD

REQUERIMENTO DEPUTADA LUCIA TEREZA – PP – Requer à Mesa Diretora, na forma Regimental “Voto de Pesar”, aos familiares da Senhora Maria das Neves Roberto, pelo seu falecimento no dia 4 de maio de 2015.

A Deputada que o presente subscreve, propõe a esta Casa, nos termos regimentais, “Voto de Pesar” aos familiares da /senhora Maria das Neves Roberto, pelo seu falecimento em 04 de maio de 2015.

J U S T I F I C A T I V A

A Senhora Maria das Neves Roberto, filha do pioneiro Laurindo Roberto, faleceu no dia 4 de maio de 2015, aos 71 anos de idade na cidade de Espigão do Oeste, Maria das Neves deixou quatro irmãs: Maria do Socorro, Maria das Graças, Maria de Lurdes e Maria de Fátima além dos irmãos José Roberto Neto e Severino José.

Maria das Neves, sofria de uma doença degenerativa (ELA) há mais de dois anos, mas nem por estar sem fala, ela nunca deixou de ser otimista, alegre e sorridente.

Por onde passou como Ministra da Eucaristia de Visitação da Igreja Católica, estava sempre trazendo o seu carinho, admiração e amor por todos a quem dedicava seu trabalho.

Plenário das Deliberações, em 30 de junho de 2015.

Dep. Lúcia Tereza - PP

REQUERIMENTO DEPUTADA LUCIA TEREZA – PP – Requer à Mesa Diretora, na forma Regimental “Voto de Pesar”, aos familiares do Senhor Geraldo Cassemiro do Carmo (Geraldo da SEMED) pelo seu falecimento ocorrido no dia 23 de maio de 2015.

A Deputada que o presente subscreve, propõe a esta Casa, nos termos regimentais, “Voto de Pesar” aos familiares do Senhor Geraldo Cassemiro do Carmo, mais conhecido em vida como Geraldo da SEMED, funcionário municipal pelo seu falecimento ocorrido no dia 23 de maio de 2015.

J U S T I F I C A T I V A

O Senhor Geraldo Cassemiro do Carmo, chegou em Espigão do Oeste, meados de maio de 1981, vindo da cidade de Ipiranga no Estado de São Paulo/SP, indo trabalhar como motorista da SEMED, Secretaria Municipal de Educação, onde permaneceu até seu falecimento.

Casado com a Senhora Neusa de Jesus do Carmo por 39 (trinta e nove anos), teve uma filha Patrícia Aparecida do Carmo que lhe deu quatro netos.

Por onde trabalhou, deixou a sua marca de dedicação, competência e companheirismo com os seus colegas.

Por esta razão estamos propondo esta moção de pesar à família de um servidor e cidadão dedicado.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Lúcia Tereza – PP

REQUERIMENTO DEPUTADA LUCIA TEREZA – PP – Requer à Mesa Diretora, na forma Regimental “Voto de Louvor”, aos policiais militares do 4º Pelotão da 3ª Cia do 4ºBPM de Espigão do Oeste/RO.

A Deputada que o presente subscreve, vem na forma regimental, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa um “Voto de Louvor” aos policiais militares: 1º Tem. PM Marink, CB PM Pires, CB PM Thiago, CB PM David, SD PM Ronaldo, SD PM Freitas, SD PM Lara, SD PM Madeira, SD PM Klipel, do 4º Pelotão da 3ª Cia. do 4ºBPM de Espigão do Oeste/RO, Delegado da Polícia Civil Rafael e Agentes Gilnei (Nei), Nascimento, Gelson e Frank, envolvidos na Ocorrência Policial conforme BOP nº 389/2015, que se deu o sequestro do comerciante Flávio Balerone.

J U S T I F I C A T I V A

A presente homenagem é fruto do reconhecimento desta Egrégia Casa Legislativa, em valorizar todo o empenho dos policiais militares e civis, pelo brilhante trabalho desenvolvido em defesa da vida do comerciante Flávio Balerone, proprietário da Padaria Modelo em Espigão do Oeste/RO, que no dia 25 do corrente, após assalto ao seu comércio foi sequestrado. Os policiais militares e civis, agiram prontamente com habilidade conseguindo através de diálogo na negociação garantir a integridade da vítima e pretendo o infrator.

Plenário das Deliberações, em 30 de junho de 2015.

Dep. Lúcia Tereza – PP

REQUERIMENTO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP – Requer Voto de Pesar, à família do cidadão Joaquim Carvalho Alves Pereira.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora desta egrégia Casa de Leis, que seja aprovado Voto de Pesar à família do cidadão Joaquim Carvalho Alves Pereira, pelo seu falecimento ocorrido no dia de ontem, 29 de junho de 2015, aos 68 anos.

J U S T I F I C A T I V A

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Joaquim Carvalho Alves Pereira, era pastor da Igreja Batista do Povo, filiada à Convenção Batista Nacional, sendo o fundador da denominação no Estado de Rondônia. Chegou nesta capital em setembro de 1976 e como membro da Convenção Estadual visitou todas as igrejas da denominação pastoreando interina ou titularmente várias delas.

Conta-se portanto, com o apoio dos nobres parlamentares para aprovação deste requerimento.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP – Indica ao Governador do Estado de Rondônia, a necessidade de recuperação (cascalho) das ruas Raimundo Jorge e Canaã, localizadas na Comunidade Nova Aliança, Km 13 – Sentido Humaitá em Porto Velho-RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, a necessidade de recuperação (cascalho) das ruas Raimundo Jorge e Canaã, localizadas na Comunidade Nova Aliança, Km 13 – Sentido Humaitá, em Porto Velho-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Segundo relato de moradores da Comunidade Nova Aliança, não havendo resposta por parte dos órgãos municipais, resolveram buscar amparo desta Casa, através deste parlamentar, no sentido de representá-los junto ao Poder Executivo Estadual, enviando a presente indicação com o propósito de prover a recuperação das ruas, já intrafegáveis, daquela comunidade.

Diante da relevância ao que se refere esta propositura, conta-se com o apoio dos nobres deputados para sua destinação de acordo com o Art. 188 do Regimento Interno.

Plenário das Deliberações, 29 de junho de 2015.

Dep. Aécio da TV - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP – Indica ao Governador do Estado de Rondônia, providências no sentido de encaminhar a esta Casa, alteração à Lei nº 3.565, de 3 de junho de 2015, que “Institui o Plano Estadual de Educação de Rondônia”, revogando os itens nºs 1.9, 7.8, 7.10 e 7.14, das Metas e Estratégias do Plano Estadual de Educação de Rondônia.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, providências no sentido de encaminhar a esta Casa, alteração à Lei nº 3.565, de 3 de junho de 2015, que “Institui o Plano Estadual de Educação de Rondônia”, revogando os itens nºs. 1.9, 7.8, 7.10 e 7.14, das Metas e Estratégias do Plano Estadual de Educação de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A presente propositura, baseando-se no Art. 187 da Constituição Estadual, busca colocar o Plano Estadual de Educação (PEE) em simetria com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/14 no que se refere à questão de ideologia ou identidade de gênero, recentemente refeitada pelo Congresso Nacional.

É sabido que este conceito foi introduzido no ambiente político a partir de 1995, sendo adotado como sinônimo de sexo e posteriormente, auto-percepção que cada ser humano tem de sua sexualidade, podendo inclusive, ser diferente de sua sexualidade biológica.

No entanto, a sociedade brasileira temse mostrado contrária a esta concepção e através de inúmeras manifestações,

destacando-se os defensores da fé cristã que, segundo o IBGE, compõem 86,8% da população brasileira, vêm cobrando da classe política, posicionamento antagônico a este pensamento.

Considera-se ainda que o conceito de ideologia de gênero extrapola os limites religiosos ferindo também princípios científicos biológicos e sociológicos básicos visto que caracteriza-se da pura afirmação de que a pessoa humana é sexualmente indefinida e indefinível.

Diante da relevância ao que se refere esta propositura, conto com o apoio dos nobres deputados para sua destinação de acordo com o Art.188 do Regimento Interno.

Plenário das Deliberações, 25 de junho de 2015.

Dep. Aécio da TV - PP

REQUERIMENTO DEPUTADA ROSÂGELA DONADON – PMDB – Requer Voto de Louvor, a Sua Excelência o Senhor Deputado Federal Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, pela instituição do Programa Câmara Itinerante.

A Deputada que o presente subscreve, na forma regimental, requer à Mesa Diretora que seja concedido Voto de Louvor a Sua Excelência o Senhor Deputado Federação Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, pela instituição do Programa Câmara Itinerante.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

O Programa Câmara Itinerante leva a Câmara dos Deputados até os cidadãos das diferentes regiões do País, para que os parlamentares ouçam as necessidades locais, acolham sugestões e ampliem a agenda legislativa nacional. A iniciativa reforça o papel da Câmara no fortalecimento do pacto federativo, por meio da aproximação entre o Parlamento brasileiro e a população dos estados e municípios, colaborando para o pleno exercício da representação nas esferas federal, estadual e municipal.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Rosangela Donadon - PMDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP – Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, *in memoriam*, ao Senhor Sérgio Roberto de Araújo Mello.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, *in memoriam*, ao Senhor Sérgio Roberto de Araújo Mello, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhora e Senhores Parlamentares,

Sérgio Roberto de Araújo Melo, ou simplesmente Sergio Mello, como conhecido nasceu na cidade do Rio de Janeiro, Estado

da Guanabara na data de 06 de junho de 1956. Filho de Eli Pereira de Mello e Regina Correia de Mello, veio para Rondônia no ano de 1977, iniciando a carreira de comunicador no rádio e posteriormente na televisão. Estudou comunicação na cidade de Manaus-AM possuindo também, formação em Administração.

Sergio Mello foi diretor do Departamento de Comunicações do Governo de Rondônia na administração Ângelo Angelim e recentemente atuava como apresentador de diversos programas nas TVs Candelária, atual Sic TV, e Record Rondônia, além do programa Papo de Redação, na Rádio Parecis, em Porto Velho.

Casado com Joselane de Andrade Mello, pai de Ariane Regina Andrade de Mello, Sávia Rejane Andrade de Mello, Cassiel Cid Andrade de Mello e Samuel Natan Andrade de Mello, todos nascidos em Porto Velho-RO.

Faleceu no dia 27 de maio de 2015, vítima de complicações cirúrgicas após um acidente vascular cerebral.

Assim pedimos o apoio e voto de Vossas Excelências para a devida aprovação de nossa propositura para uma justa homenagem que deveria ter sido prestada em vida.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Aécio da TV – PP

REQUERIMENTO DEPUTADO DR. NEIDSON – PT do B – Requer à Mesa Diretora, que seja encaminhado ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópia a CAERD - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia pedido de informações atualizadas, sobre as condições de uso e consumo quanto a Potabilidade da Água, que deverá ser analisada por intermédio de Exames Laboratoriais a ser realizada no Distrito do Iata em Guajará-Mirim/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Tem esta proposição a finalidade de atender as reivindicações de toda população residente no Distrito do Iata e Região. Pois cumpre esclarecer, que a água é um bem necessário a todos, e deverá ser consumida de forma saudável.

Afinal, não havendo uma Potabilidade adequada da água quando ingerida, poderá causar danos à saúde daqueles que residem no referido local. Destarte, ressalta-se que a água é a substância mais abundante do corpo humano. Ela é um componente essencial de todos os tecidos do organismo. Apesar de não conter nenhuma caloria ou outros nutrientes, sem a água o corpo humano só continuaria funcionando por poucos dias.

Todo o exposto acima é que pleiteamos informações detalhadas sobre a situação da Potabilidade da água, pois o caso requer.

Dada à relevância do pleito, como com apoio e aprovação dos Nobres Parlamentares.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Dr. Neidson de Barros Soares – PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON – PT do B – Indica ao Poder Executivo de Rondônia com cópias à Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), a necessidade em disponibilizar efetivo policiamento ostensivo Militar e Civil, com intuito

de fornecer mais Segurança no Distrito de Surpresa no município de Guajará-Mirim/RO.

O Deputado que à presente subscreve, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias à Secretaria do Estado de Segurança Defesa e Cidadania (SESDEC), a necessidade em disponibilizar efetivo policiamento ostensivo Militar e civil com intuito de fornecer mais Segurança no Distrito de Surpresa no município de Guajará-Mirim/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, visa atender as reivindicações de toda comunidade residente no Distrito de Surpresa e região, que vivem a mercê dos descasos que passam diariamente, devido a ausência de policiamento ostensivo da Polícia Militar bem como da Polícia Civil, no que tange as demandas de Segurança Pública.

É sabido que a falta de Segurança nos locais mais distantes como Distrito de Surpresa, contribui com o crescimento diário da violência, que só vem aumentando em relação aos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. Pois, um policiamento mais ostensivo e preventivo, certamente ajudará a coibir, tais práticas ilícitas.

Ademais, podemos indicar o art. 144 da nossa Carta Magna que nos preceitua, *in verbis*:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – policiais civis;

V – policiais militares e corpo de bombeiros militares. (Grifos nossos)

Por fim, temos como a responsabilidade funcional, de manter a ordem pública, faz com que ser policial, não seja apenas um ofício e sim uma causa. Percebe-se que a maioria das pessoas a distância dos riscos e perigos, é uma necessidade.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário, que o caso requer.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Dr. Neidson – PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO DR. NEIDSON – PT do B – Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia para ANATEL-Agência Nacional de Telecomunicações, a necessidade em realizar a ligação dos Serviços de Telefonia e Internet no Distrito do Iata em Guajará-Mirim/RO.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias à ANATEL – Agência Nacional de

Telecomunicações, a necessidade em realizar a ligação dos Serviços de Telefonia no Distrito do Iata em Guajará-Mirim/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação visa atender a toda comunidade que reside no Distrito do Iata e que se encontra até a presente data sem os serviços de cobertura da Empresa de Telecomunicação ANATEL. Pois, cumpre salientar que o referido Distrito já possui toda instalação necessária para o funcionamento, havendo apenas a ausência até a presente data de ligação por parte da empresa acima em comento.

Neste mesmo prisma, verifica-se que vários municípios já contam com os serviços desta tecnologia, contudo faz-se necessário, que o referido serviço de abrangência relativo às áreas mais distantes e remotas tal como o Distrito do Iata, seja devidamente atendido, haja vista, a inclusão digital e social estendida por todo Estado.

Desta forma, cumpre ressaltar que o atendimento efetivo por parte da Empresa, viabilizará com mais eficácia os serviços a serem executados naquela localidade, já que se encontram praticamente isolados no que se refere a comunicação de Telefonia e Internet, tornando a ausência de tal serviço, prejudicial nas relações sociais, comerciais, políticas e econômicas.

Diante do todo supramencionado e acreditando que o Governo do Estado através de ANATEL, dará toda atenção ao serviço de finalização com a ligação da rede de telefonia e Internet no Distrito do Iata, é que propomos a presente indicação.

Assim sendo e com todo o retromencionado, é que solicitamos aos Nobre Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Dr. Neidson – PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP –

Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para aquisição de “TUBOS ARMCOs”, ao município de Jaru.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, no sentido de viabilizar junto aos órgãos competentes, para aquisição de “Tubos Armcos”, a ser substituído em pequenas pontes de madeira, no município de Jaru.

JUSTIFICATIVA

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal indicação, a pedido do Vereador Edmilson Batista Moreira, da Câmara Municipal de Jaru, para aquisição de Tubos Armcos, a serem substituídos nas pequenas pontes de madeira que perfazem o referido município, para dar maior segurança às pessoas que se utilizam de transportes na área rural, dando maior segurança, enfatiza o vereador.

Ressaltando ainda, a importância da aquisição, pelo elevado fluxo de água intenso no período chuvoso, transbordando a água por cima das pontes, impedindo o tráfego de veículos e pedestres. Havendo a referida substituição por tubos Armicos, resolverá

grande parte da trafegabilidade e o escoamento dos produtos agrícolas, assim como, ônibus escolar que percorrem a área rural do município de Jaru.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP –

Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de pavimentação asfáltica em distrito do município de Vilhena.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, no sentido de viabilizar a possibilidade da “Pavimentação Asfáltica” do trecho que liga a BR-435 ao Distrito de Nova Conquista, município de Vilhena, sendo aproximadamente 16 (dezesesseis) quilômetros, até a sede do distrito.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz tal indicação, a pedido do Presidente Câmara de Vereadores, Junior Donadon, do município de Vilhena. A possibilidade da Pavimentação no trecho rural do distrito de Nova Conquista, sendo a grande demanda da produção agrícola, facilitando o escoamento da circulação desses produtos, bem como, a trafegabilidade de seus usuários e condutores, com menor custo/frete/combustível.

A pavimentação trará melhorias no tráfego de veículos e na sua mobilidade e logística de transportes. Além dos benefícios sociais, não podemos deixar de citar os benefícios ambientais que trará para a região, uma vez que a flora e a fauna da região será preservada através da extinção da poeira gerada pelo grande fluxo de veículos e também pela redução do “dióxido de carbono” (CO2) emitido pela combustão dos veículos automotores, devido à diminuição da troca de marcha pelos condutores.

E, na certeza de que, por parte do Governo do Estado, o referido trecho poderá ser pavimentado dentro das metas e disponibilidade do Executivo.

Sendo assim, solicito apoio dos nobres Parlamentares, proporcionando maior desenvolvimento na região beneficiadas pela infraestrutura asfáltica.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho – PP

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP –

Indica a Recuperação da Rodovia 489, que perfaz o município de São Felipe do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, no sentido de viabilizar junto ao DER, a recuperação da rodovia 489, que liga a RO 010 ao município de São Felipe do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz indicação, a Pedido do Vereador Paulo Henrique Ferrari - Presidente da Câmara Municipal do município de São Felipe do Oeste, sobre a possibilidade de recuperação asfáltica na rodovia 489, pois se encontra com excesso de buracos, causando acidentes com sinistros, sendo ainda, a referida rodovia de acesso direto ao município e seus Distritos, impossibilitando o transporte em geral e a trafegabilidade por parte de seus usuários. Sendo o pedido de total importância para a economia local, evitando assim, acidentes e proporcionando mais mobilidade com maior segurança.

E, na certeza que estaremos contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade daquela região, solicito apoio dos Nobres Deputados e Deputadas, para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP – Indica necessidade de renovação da Cessão de Uso do Poliesportivo CEDEL, situado no quadrilátero das ruas Sucupira, Jatuarana, Tiplim e Barbosa, nº 2241, no bairro Nova Floresta, ao Grupo Comunitário da Zona Sul da Cidade de PVH/RO GCZS “G14”, no município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de renovação da Cessão de Uso a título de comodato do Poliesportivo CEDEL, situado no quadrilátero das ruas Sucupira, Jatuarana, Tiplim e Barbosa, nº2241, no bairro Nova Floresta, por mais 20 (vinte anos) ao Grupo Comunitário da Zona Sul da Cidade de PVH/RO GCZS “G14”, no município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Existe uma necessidade premente da Cessão de Uso a título de comodato ao G14, grupo este que representa cerca de 16 bairros no município de Porto Velho para que se continue os trabalhos ali executados de apoio e assistência aos referidos moradores, mormente os da Zona Sul. Existe em andamentos muitos projetos principalmente na área social tais como: escolhinha de futebol masculino e feminino, campanha de apoio as pessoas carentes, campanhas de divulgação de interesse da comunidade como um todo, resgate da cidadania. As referidas atividades estão em andamento através do referido Grupo com parcerias com a Prefeitura e Governo do Estado.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP – Indica necessidade de implantação do Shopping Cidadão na Zona Sul e Leste, no município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de implantação do shopping Cidadão na Zona Sul e Leste, no município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Este Deputado através de reivindicações principalmente dos moradores das zonas sul e leste, através do G14 grupo formado por cerca de 23 associações filiadas, que tendo como proposta e estimular a integração entre as associações, buscando valorização e desenvolvimento econômico-social, verificou a necessidade primordial de implantação do Shopping Cidadão na Zona Sul e Leste no município de Porto Velho.

Como Vossas Excelências podem muito bem anuir o Shopping Cidadão foi criado com o objetivo de facilitar a vida da população que se encontra em um mesmo espaço diversos serviços de forma ágil e desburocratizada. Ao atender o público em geral num único espaço, vários serviços a disposição do cidadão, facilita a vida de todos que ali necessitam dos referidos serviços e consequentemente agiliza os processos de interesse dos rondonienses. Com a efetivação do Shopping Cidadão, futuramente Tudo Aqui, na zona Sul e Leste de nossa Capital só quem ganha é a população principalmente as referidas comunidades da Zona Sul e Leste do município de Porto Velho.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho – PP

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP – Indica a necessidade de aumento do número de viaturas no patrulhamento da Zona Sul no município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, com base dos preceitos regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de aumento do número de viaturas (02) duas a mais no patrulhamento na Zona Sul de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Policiamento ostensivo caracteriza-se pela evidência do trabalho da polícia à população consistindo resumidamente em fiscalizar comportamentos e atividades, regular ou manter a ordem pública, resumidamente em fiscalizar comportamentos e atividades, regular ou manter a ordem pública, reprimindo crimes, contravenções, infrações de trânsito e zelando pelo respeito dos indivíduos à legislação. Em nível estadual, cabe à polícia militar desempenhar a função de polícia ostensiva, juntamente com a de preservação da ordem pública. Tal competência define caráter híbrido de policiamento preventivo-repressivo.

Através do G14 grupo formado por cerca de 23 associações de bairros no município de Porto Velho filiadas, este Deputado solicita ao Governo o aumento de quantidade de viaturas (2) duas a mais para o patrulhamento da referida Zona visando dar uma maior segurança a nossa população.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho – PP

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP – Indica a necessidade de realização de Operações Ostensivas através de Blitz no município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos princípios regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de realização de Operações Ostensivas através de Blitz no município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Policimento ostensivo é uma modalidade de exercício da atividade policial, desenvolvida intencionalmente. Tal modalidade de policiamento tem por objetivo principal atingir visibilidade à população, proporcionando o desestímulo de infrações à lei e a sensação de segurança (prevenção contra infrações legais e profilaxia criminal), por demonstrar a força e a presença estatal, além de dar segurança aos próprios agentes em diligências (repressão).

Caracteriza-se pela evidência do trabalho da polícia à população consistindo resumidamente em fiscalizar comportamentos e atividades, regular ou manter a ordem pública, reprimindo crimes, contravenções, infrações de trânsito e zelando pelo respeito dos indivíduos à legislação. Em nível estadual e distrital, cabe às polícias militares desempenharem a função de polícia ostensiva, juntamente com a de preservação da ordem pública. Tal competência define caráter híbrido de policiamento preventivo-repressivo.

Através do G14 grupo formados por cerca de 23 entidades filiadas, associações de bairros de Porto Velho, este Deputado solicita ao Governo que acione a Polícia Militar para atender toda nossa capital com policiamento ostensivo, fazendo batidas semanais em toda a cidade em sistema de rodízio visando dar uma maior segurança a nossa população.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP –

Indica a necessidade de pavimentação asfáltica da Estrada dos Japoneses no município de Porto Velho

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de pavimentação asfáltica da estrada dos Japoneses, no município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A estrada é considerada importante acesso de escoamento de pequenas produções agrícolas de diversas pequenas propriedades de famílias rurais tradicionais da cidade de Porto Velho. Através do G14 grupo formados por cerca de 23 associações de bairros filiadas, este Deputado pretende atender a um desejo antigo da comunidade sendo destes vários anos de ansiedade. O grupo G14 vem ao longo dos anos desenvolvendo diálogos com diversas autidades visando o asfaltamento da referido estrada. Com o asfaltamento aumentará qualidade de vida a estas pessoas, melhorando o trânsito, acabando com as alagamentos, entre outros benefícios, sem contar no embelezamento e urbanismo rural da capital.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

REQUERIMENTO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP

– Requer a instalação e implantação da Central de Atendimento ao Consumidor da ELETROBRÁS – distribuição Rondônia, no município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos requer a ELETROBRÁS – distribuição Rondônia a instalação e implantação da Central de Atendimento ao Consumidor, no município de Porto Velho capital do Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Entre os principais direitos do consumidor especialmente junto a ELETROBRÁS – distribuição Rondônia é ter o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana, para a solução de problemas emergenciais, entre outros o de ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à distribuidora, sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a unidade consumidora; ser informado sobre a ocorrência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e, que evidentemente a priori pode ser feito na central de atendimento ao consumidor. Acontece que frequentemente em bairros inteiros em toda Rondônia, ficam sem o fornecimento de energia e as entidades que poderiam exigir respeito aos consumidores nada fazem. O desrespeito é tão grande que o *call Center* ou central de atendimento para reclamações fica em outras cidades.

Através do G14 grupo formados por cerca de 23 entidades filiadas, que são associações de bairros, deste Deputado solicita o atendimento a nossa reivindicação visando amenizar o problema em nossa capital com a solução definitiva deste problema de relacionamento entre consumidores e a empresa.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho – PP

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP –

Indica a construção de uma Pista para Prática de Aeromodelismo, no município de Ji-Paraná.

Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado, junto aos órgãos competentes, no sentido de viabilizar a possibilidade de Construção de Uma Pista para Prática de Aeromodelismo, no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O Parlamentar que o presente subscreve, faz indicação, a pedido do vereador Lincoln Assis Astrê-P, do município de Ji-Paraná, sobre a Construção de uma Pista para Prática de Aeromodelismo, para pouso e decolagem de aeromodelos, incentivando a prática do esporte; podendo também, atrair turistas e demais munícipes, atendendo os esportistas desta modalidade, que muito vem crescendo em nosso estado, fazendo do esporte um lazer, implantando a tecnologia como evolução de aprendizado pelos

praticantes e iniciantes, tendo um local adequado e com estrutura disponível para oferecer aos seus usuários com segurança, pois esse esporte não é individual e, sim coletivo que muitas vezes é passado de pai para filho, exigindo bastante concentração, fazendo um Esporte da Família.

Por isso, solicito apoio aos nobres Parlamentares, para que possamos aprovar a referida indicação e cooperando com o município de Ji-Paraná.

Plenário das Deliberações, 23 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho – PP

REQUERIMENTO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – PP - Requer a aprovação de Voto de Louvor aos policiais participantes da Operação Ostentação realizada no município de Ji-Paraná e outras cidades do Estado de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, requer a Mesa Diretora a concessão de Voto de Louvor aos policiais AGP – Emerson Valentim de Souza – Matrícula 300055790; APC – Gabriel Acorsi Soares – Matrícula 300104148; APC – Wilson Lourenço de Souza – Matrícula 300104691; APC – Jackson Lôbo Mercado – Matrícula 300022631 e DPC – Rildo Aparecido Maciel – Matrícula 300059721, participantes na Operação Ostentação realizada no município de Ji-Paraná, e outras cidades do Estado de Rondônia, todos desempenhando suas funções junto à 2ª DP em Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como finalidade, ofertar esta singela, porém honrosa homenagem aos seus signatários, os quais compõem os quadros da Polícia Civil do Estado de Rondônia, todos desempenhando suas funções junto à 2ª DP em Ji-Paraná, mais precisamente atuando no combate aos crimes de tráfico de entorpecente, e crimes contra o patrimônio, como estelionato e mais especificamente crimes de roubo.

Cumpramos ressaltar que, a equipe, comandada pelo Delegado de Polícia Civil, Dr. Rildo Aparecido Maciel, sendo integrada ainda pelos Agentes de Polícia Civil, Gabriel Acorsi Soares, Jackson Lôbo Mercado, Wilson Lourenço de Souza e Agente Penitenciário Emerson Valentin de Souza, os quais foram solicitados para desempenharem suas funções junto à 2ª DP, consistindo-se, sem deméritos dos demais integrantes de toda Equipe.

Como Vossas Excelências podem muito bem anuir e é do conhecimento de todos a operação denominada Ostentação contra o tráfico de drogas deflagradas em Ji-Paraná, no último dia 21 de junho, denominada Ostentação, a operação envolveu aproximadamente 250 policiais, entre civis, militares e rodoviários federais. Foram 50 prisões, todas pessoas supostamente envolvidas com o tráfico de drogas.

Foram apreendidas de 770 quilos de maconha e 27 quilos de cocaína. A polícia também confiscou 15 carros, uma máquina PC, 19 motocicletas e cinco armas de fogo. As pessoas presas foram desde os que comandavam os tráficos, até quem fornecia ao consumidor final. A maior parte dos presos são do município de Ji-Paraná, mas também foram cumpridos mandados de prisão em Ariquemes (RO), Cacoal (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Rolim de Moura (RO) e Vilhena (RO). As investigações da Polícia Civil apontam que o negócio também tinha ramificações no Mato Grosso e Acre.

A Polícia Civil do Mato Grosso também fez parte da operação, onde foram apreendidos mais de 700 quilos de maconha, droga que teria como destino Ji-Paraná.

A Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania- SESDEC fez parte da operação, com o apoio logístico, incluindo apoio aéreo. Um helicóptero utilizou de equipamento de GPS para localizar os endereços das casas dos suspeitos, e deu suporte aos policiais que realizavam os trabalhos de busca em terra.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

PROJETO DE LEI - MESA DIRETORA - Institui o Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, em caráter temporário, o Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI, por meio de benefícios financeiros para servidores efetivos aptos à aposentadoria, elegíveis na Assembleia Legislativa, até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Estabelece como regramento básico do PAI, as seguintes premissas:

I - benefício financeiro;

II - período de adesão ao Plano e

III - homologação do pedido de adesão ao Plano.

§ 1º o servidor perceberá 4 (quatro) salários brutos, a título de incentivo à aposentadoria, nele compreendido indenização compensatória de período de licença prêmio por assiduidade que seria implementado até 1º de março de 2018.

§ 2º Sobre os valores a que se refere o parágrafo anterior, não incidirão quaisquer espécies de descontos, fiscais ou previdenciários, dado o seu caráter indenizatório.

§ 3º o servidor deverá aderir, expressamente, ao Plano, nas aposentadorias requeridas ou em tramitação durante o ano de 2015.

§ 4º os cronogramas de aprovação e homologação dos pedidos de aposentadorias e adesão ao Plano serão fixados pela Presidência, por meio da Superintendência de Recursos Humanos - SRH.

§ 5º o servidor que aderir ao plano e perceber os valores de que trata o § 1º deste artigo, caso venha desistir da aposentadoria fica obrigado a reembolsar aos cofres da Assembleia Legislativa os respectivos valores.

Art. 3º A Superintendência de Recursos Humanos - SRH coordenará e operacionalizará o Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI, criado por esta Lei.

Art. 4º o montante em pecúnia das indenizações será pago conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

Tomamos a iniciativa em apresentar esta proposição, com a finalidade de instituir no âmbito da nossa Casa Legislativa, o incentivo aos servidores que tenham tempo exigido pela Lei e

possam requerer a aposentadoria, estimulado assim com um auxílio financeiro.

Estamos enfrentando certa dificuldade em relação aos servidores que já preenchem os requisitos, pois, os mesmos não se interessam em formalizar seus respectivos pedidos de aposentadoria, e isso deve-se ao fato dos prejuízos financeiros que terão em relação a perda de auxílios que percebiam na ativa.

Diante disso, necessitamos ofertar algum benefícios que compense financeiramente aos nossos servidores, a fim de que possam tomar a decisão em formalizar o pedido de sua aposentadoria num curto espaço de tempo, tenhamos um número razoável de servidores aposentados, o que redundará num decréscimo significativo nos atuais valores da folha de pagamento.

Plenário das Deliberações, 7 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

Dep. Edson Marins - PMDB

Dep. Hermínio Coelho - PSD

Dep. Lebrão - PTN

Dep. Glaucione - PSDC

Dep. Alex Redano - SD

Dep. Rosangela Donadom - PMDB

PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA - Dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA APROVOU, e Eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica a Assembléia Legislativa autorizada a conceder Diárias a parlamentares e servidores quando, a serviço ou para representar interesse do Parlamento, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território estadual, nacional ou internacional, destinadas a indenizá-los por despesas extraordinárias com hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

Art. 2º Os Parlamentares fazem jus a recebimento de Diárias quando:

I - em deslocamento internacional para atender os interesses da Assembléia Legislativa, autorizado através do Ato da Mesa:

II - em deslocamento interestadual para atender os interesses da Assembléia Legislativa, autorizado através do Ato da Presidência; e

III - em deslocamento interestadual para atender os interesses de Comissões Permanentes ou Temporárias, deliberado pelos membros da respectiva Comissão, devidamente consignado em Ata;

§ 1º O parlamentar em deslocamento interestadual ou internacional nos casos disciplinados nos incisos anteriores, tem direito ao assessoramento técnico ou Parlamentar de 1 (um) servidor dentre os lotados em seu gabinete, ou membros técnicos de Comissões Permanentes ou servidor de outra área técnica específica da Assembléia Legislativa.

§ 2º Fica vedada a concessão de Diárias a Parlamentares quando em deslocamento para tratar de interesses particulares e atividades relacionadas ao seu mandato, bem como de servidores quando em deslocamento em atividades de assessoramento, cujas despesas deverão ser comportadas pela Verba Indenizatória.

§ 3º A concessão de diárias e servidores das carreiras policiais, no desempenho de atividades de segurança a

Parlamentares, será permitida quando o Parlamentar comprovar a necessidade de segurança mediante justificativa junto a Corregedoria Parlamentar que deverá ser encaminhada ao Presidente para as providências que o caso requer.

Art. 3º O Presidente da Assembléia Legislativa em seus deslocamentos intermunicipal ou interestadual, no desempenho de suas atribuições políticas, institucionais ou sociais, terá direito a assessoramento técnico ou parlamentar de servidores limitados até 5 (cinco), incluídos dentre eles, os seguranças.

Parágrafo único - durante os deslocamentos de que trata o *caput* deste artigo, o Presidente terá direito até 2 (dois) servidores na condição de condutor/motorista do veículo.

Art. 4º os servidores da Assembléia Legislativa fazem jus a recebimento de Diárias quando em deslocamento para participação de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, seminários, palestras, workshop, devidamente autorizado pelo Presidente ou Secretário Geral da ALE/RO, vinculando-se tal deslocamento à afinidade de atribuições do setor de lotação com o curso ao qual irá participar.

§ 1º Quando em deslocamento para participar do que trata o *caput* deste artigo, limitado ao máximo 2 (dois) servidores por setor, no mesmo evento.

§ 2º Quando em deslocamento interestadual, em assessoramento técnico ou parlamentar, nos termos do § 1º, do art. 2º, desta Resolução, faz jus a receber o mesmo valor de diária percebida pelo Parlamentar, conforme Anexo VII.

§ 3º Quando em deslocamento internacional, em assessoramento técnico ou parlamentar, nos termos do § 1º, do art. 2º, desta Resolução, faz jus a receber o mesmo valor de diária percebida pelo Parlamentar conforme Anexo VII.

§ 4º Quando em acompanhamento ao Presidente da Assembléia Legislativa, nos seus deslocamentos interestadual ou internacional, fará jus a perceber o mesmo valor de diária recebida pelo Parlamentar.

§ 5º Quando em acompanhamento em viagem intermunicipal, ainda que em acompanhamento a Parlamentar, perceberá os valores constantes no Anexo VII.

§ 6º Quando em deslocamento com o objetivo de realizar visitas técnicas ou para tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo, em outros Poderes, Órgãos, Ministérios, Secretarias e afins, localizados em outros Estados da Federação, fará jus a perceber o mesmo valor de diária recebida pelo Parlamentar.

§ 7º Quando em deslocamento intermunicipal de servidores lotados na Secretaria Legislativa, Divisão de Comunicação, Departamento de Informática, Departamento de Cerimonial e Secretaria de Defesa Institucional, para participar de eventos relacionados a Assembléias Itinerantes, Audiências Públicas, Sessões Solenes, conforme a necessidade a ser definida pelos seus Diretores ou Secretários, ou e outro setor requisito pelo Presidente.

Art. 5º A prestação de contas de Diárias concedidas aos servidores será composta conforme os casos:

I - quando em participação de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, seminários, palestras, workshop e outros afins, através de cópia do Certificado de Participação, contendo local e período de realização do evento e relatório de atividade desenvolvidas;

II - quando em assessoramento técnico ou parlamentar a parlamentar, em seus deslocamento intermunicipal, interestadual,

ou internacional, pelo Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas;

III - quando em deslocamento de que trata o § 7º do art. 4º, desta Resolução, pelo Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas.

Art. 6º Os Deputados e servidores em deslocamento de que trata esta normativa farão jus à percepção de diárias nos valores fixados no Anexo VII desta Resolução.

§ 1º Os Deputados Estaduais quando em viagem internacional, terão direito ao recebimento de diárias de acordo com valores pagos pela Câmara dos Deputados.

§ 2º Os servidores atendidos com diárias, nos termos no art. 3º, desta Resolução, ainda que na condição de assessoria técnica ou parlamentar, farão jus a receber os valores fixados no Anexo VII, desta Resolução, vedando-se percepção de valores de diárias atribuídas a Parlamentar.

§ 3º O servidor, na condição de assessoria técnica ou parlamentar, limitados a 1 (um) assessor por Parlamentar, quando em deslocamento em viagem interestadual ou internacional, terão direito ao recebimento de diárias de acordo com os valores percebidos pelo Parlamentar.

Art. 7º O Pedido de Concessão de Diárias deverá ser encaminhado ao Secretário Geral da ALE, acompanhado do memorando conforme Anexos I e II, informado através do Sistema de Controle de Diárias, deverá conter o nome, endereço, conta bancária, CPF, cargo ou função do tomador, bem como a descrição sintética do serviço a ser executado e a duração do afastamento.

Parágrafo único - Todas as informações constantes dos anexos I a VI, serão realizados exclusivamente através do Sistema de Controle de Diárias.

Art. 8º O prazo para prestação de contas das diárias será de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do retorno, com a apresentação dos seguintes documentos:

I - todos os servidores em deslocamento de qualquer natureza, ficam obrigado a emitir relatório de viagem, conforme o Anexo V, desta Resolução, exceto os Deputados Estaduais, os motoristas oficiais e os condutores de veículos da Presidência, ainda, face a necessidade de resguardo da vida dos Parlamentares, todos os Policiais Militares em exercício da função de segurança, devendo apresentar apenas o relatório de viagem resumido.

II - a cópia do bilhete de passagem - E-ticket, nos deslocamentos via aérea; no caso de extravio do bilhete de passagem (aéreo ou terrestre), o tomador poderá fornecer uma declaração da empresa, comprovando seu nome na lista de passageiros no período de seu afastamento.

§ 2º Para o deslocamento via terrestre através de ônibus intermunicipal ou interestadual, deverá ser apresentado o bilhete de passagem original.

§ 3º Para o deslocamento através do meio de transporte oferecido pela Assembleia Legislativa, ônibus, van ou microônibus, cópia do contrato constante do procedimento licitatório.

§ 4º Quando o deslocamento ocorrer em veículo oficial, deverá ser previamente autorizado pelo setor competente, conforme o formulário de Autorização para Condução de Veículo Oficial nos termos do Anexo IV, de autorização é exclusivamente do responsável pelo Setor de transporte ou outro que o substitua, contendo ainda a cópia da CNH do condutor, bem como o relatório de trabalhos executados.

§ 5º Para o deslocamento em veículo particular o documento de autorização para deslocamento em veículo particular, conforme Anexo VI.

Art. 9º Todos os servidores que se encontrem em deslocamento para o mesmo destino e com a mesma finalidade, deverão compor um único processo de Diária.

Art. 10 As diárias não utilizadas serão restituídas aos cofres da Assembleia Legislativa em 5 (cinco) dias úteis, contados da data do retorno à sede, através de depósito em conta bancária própria do Poder Legislativo, conforme formulário emitido pela Divisão de Contabilidade da ALE.

Parágrafo único - Nos termos do artigo 80 da Lei Complementar nº 68, de 1992, fica vedado ao servidor solicitar desconto em folha de pagamento das diárias não utilizadas.

Art. 11 O não cumprimento do prazo de prestação de contas por parte do tomador das diárias ou da devolução de diárias não utilizadas, a que se refere o artigo anterior, implicará no lançamento à débito na respectiva folha de pagamento, pela Superintendência de Recursos Humanos, devidamente atualizado e corrigido pelo índice aplicado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Art. 12 Compete a Superintendência de Finanças da ALE/RO, em caso de demissão de servidor pendente de prestação de contas de Diárias, adotar as providências de somente efetuar a liberação de pagamento de verbas rescisórias após a devolução do valor devido, atualizado e corrigido.

Art. 13 A baixa da responsabilidade do servidor tomador de diária ocorrerá somente quando o processo de concessão e respectiva comprovação foram analisados pela Controladoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado e devidamente homologados pela autoridade competente.

Parágrafo único. A Superintendência Financeira deverá proceder a baixa de responsabilidade junto ao SIAFEM no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento dos autos processuais considerados aptos para baixa e homologados pela autoridade competente.

Art. 14 Os processos de diárias analisados pela Controladoria Geral da Assembleia Legislativa, após as justificativas apresentadas, considerados irregulares, serão submetidos ao devido Processo de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo das demais sanções Administrativas penas e legais a serem aplicadas.

Art. 15 Compete ao Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, autorizar a concessão de diárias, bem como a aprovação de justificativas de servidores, a homologação de prestação de contas e a autorização de baixa de responsabilidade do servidor atendido junto ao SIAFEM.

Art. 16 As despesas de viagem que ultrapassem o valor das diárias concedidas poderão ser ressarcidas à critério da Presidência da ALE, desde que comprovadas pelo tomador das mesmas.

Art. 17 Os servidores atendidos com diárias e pendentes de prestação de contas igual ou superior a 2 (dois) processos de concessão ficam, automaticamente, impedidos de nova concessão, cujo controle fica sob a responsabilidade da Superintendência Financeira da ALE.

Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Art. 19 Ficam revogadas as Resoluções nº 256, de 20 fevereiro de 2014, Resolução nº 269, de 28 de maio de 2014 e Resolução nº 292, de 8 de abril de 2015.

Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando esta proposição, considerando a necessidade de dar um novo texto a Resolução que disciplina e regulamenta a concessão de diárias em nossa Casa, possibilitando assim uma melhor definição e clareza em relação a forma e o procedimento na concessão de diárias.

Atualmente, com texto vigente tem dito muitos questionamentos e algumas dúvidas em relação a interpretação de determinado dispositivo do atual texto, diante disso, entendemos ser imprescindível que se revogue a Resolução em vigor e suas alterações, e seja aprovado a nossa proposta, a qual foi exaustivamente discutida com a Presidência, Secretaria Geral, Advocacia Geral, Controladoria, enfim, com todos os órgãos diretivos desta Casa.

Como membros da Mesa Diretora entendemos que o disciplinamento está dentro daquilo que almejamos, pois, certamente, não mais haverá dúvidas e questionamentos em relação a determinadas interpretações que o atual texto deixa algumas dúvidas, bem como visa também atender de uma forma mais democrática e justa, especialmente, os Parlamentares quando efetivamente, necessitarem que Assessores com conhecimentos especializados o acompanhem quando a serviço da Casa.

Razão pela qual estamos apresentando este Projeto de Resolução, visando assim tornar este texto a normatização no que diz respeito a concessão a regulamentação de passagens em nossa Assembléia Legislativa.

Para tanto, contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 7 de junho de 2015

Dep. Maurão de Carvalho - PP

Dep. Edson Marins - PMDB

Dep. Hermínio Coelho - PSD

Dep. Lebrão - PTN

Dep. Glaucione - PSDC

Dep. Alex Redano - SD

Dep. Rosangela Donadom - PMDB

REQUERIMENTO - MESA DIRETORA - Requer a retirada da tramitação do Projeto de Resolução nº 015/2015.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa na forma regimental, seja retirado de tramitação o Projeto de Resolução nº 015/15, de autoria da Mesa Diretora, que Altera o artigo 5º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando este requerimento com a finalidade retirar de tramitação Projeto de Resolução de nossa autoria, que

tinha por objeto promover alteração no texto do Regimento Interno, mais especificamente em relação ao seu artigo 5º.

Solicito apoio dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 23 de junho de 2015

Dep. Maurão de Carvalho - PP

Dep. Edson Marins - PMDB

Dep. Hermínio Coelho - PSD

Dep. Lebrão - PTN

Dep. Glaucione - PSDC

Dep. Alex Redano - SD

Dep. Rosangela Donadom - PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - PSDB -

Requer a Mesa Diretora, na forma Regimental, a realização de uma Sessão Solene para entrega de VOTO DE LOUVOR, no dia 9 de setembro de 2015, às 15 hs.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer a Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário na forma regimental, a realização de uma Sessão Solene para entrega de "VOTO DE LOUVOR", no dia 9 de setembro de 2015, às 15 hs, no Plenário Desta Casa de Leis.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados ,

Objetiva o presente requerimento, a realização de Sessão Solene, para a entrega VOTO DE LOUVOR aos Conselho Federal de Administração e Conselhos Regionais de Administração, pelos 50 anos de Profissão Regulamentada (Jubileu de Ouro) no Brasil.

Plenário das Deliberações, 10 de junho de 2015.

Dep. Jean Oliveira - PSDB

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - PSDB - Indica ao Governo do Estado com cópia a Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão – SEPOG, a necessidade de seja incluído no PPA-2016-2019, recursos para os seguintes investimentos:

a) Asfaltamento da RO-101, que liga BR-364 a União Bandeirantes;

b) Recursos para Universidade de Rondônia;

c) Recursos para aplicação no Saneamento Básico de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia a Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão–SEPOG, a necessidade de que seja incluído no PPA-2016-2019, recursos para os seguintes investimentos acima descritos.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

O Objetivo da presente indicação, é solicitar ao Governo do Estado, via SEPOG, a inclusão de recursos no PPA-2016-2019, para os seguintes investimentos:

a) Asfaltamento da RO-101, que liga a BR-364 a União Bandeirantes/RO;

- b) Recursos para Universidade de Rondônia;
- c) Recursos para aplicação no Saneamento Básico de Rondônia.

Ante o exposto, peço aos nobres Pares apoio para aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 9 de junho de 2015.
Jean Oliveira - PSDB

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – PSDB - Indica ao Governo do Estado com cópia a Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão – SEPOG, a necessidade de seja incluído no PPA-2016-2019, recursos para construção do “Muro de Arrimo de Contensão” na orla do rio madeira, Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado com cópia a Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão – SEPOG, a necessidade de que seja incluído no PPA-2016-2019, recursos para construção do “Muro de Arrimo de Contensão”, na orla do rio madeira, Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

O objetivo da presente proposição, é indicar ao Governo do Estado, com, cópia a SEPOG- a necessidade de que seja incluído no Plano Plurianual-PPA-2016-2019; recursos para construção do “Muro de Arrimo de Contensão”, na cidade de Porto Velho capital do Estado de Rondônia. Ilustres pares, a população de Porto Velho foi atingida pela superenchente do rio madeira e seus afluentes; e ainda sofre até hoje às sequelas daquele fenômeno.

E o fantasma de uma nova enchente apavora os moradores no entorno da cidade de Porto Velho. Essa população mais precisamente moradores do bairro Triangulo foram os mais afetados; e surpreendidos por uma erosão súbita onde cerca de 300 famílias perderam suas casas; tragadas que foram pelas águas devastadoras. Este parlamentar esteve em visita a toda a orla do rio madeira que banha Porto Velho. É triste o que vimos, constatei, e nos ombriamos nessa luta para resgatar a auto estima e os bens materiais que perderam. Somente com a construção do Muro de Arrimo de Contensão, será possível frear a força da água destruidora, que a todos apavora. Peço ao Governo do Estado, a exemplo de outras providências tomadas em prol dos atingidos pelas enchentes, que determine a SEPOG, que inclua recursos no PPA-2016-2019, para construção do Muro de Arrimo de Contensão. Ante o exposto, peço apoio dos nobres pares para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 9 de junho de 2015.
Dep. Jean Oliveira - PSDB

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA - PSDB - Indica ao Governo do Estado a necessidade de apoio e ações práticas do Setor competente aos cafeicultores de Alta Floresta.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado a necessidade de apoiar com ações práticas, afim de ajudar os Cafeicultores do Município de Alta Floresta do Oeste/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados,

O objetivo esta indicação, em solicitar ao Governo do Estado apoio e ações práticas, que incentivem os cafeicultores de Alta Floresta em investir mais nessa cultura, que tem rendido bons frutos e tributos para o Estado de Rondônia. Os cafeicultores do Estado, em especial os da Zona da Mata/RO, estão de parabéns, pois em 2014 contribuíram para uma produção do setor na ordem de 1.740.000 sacas de 60 quilos, gerando imposto para o Estado em R\$38,2 milhões. Os cafeicultores pedem ao Governo do Estado, que envie técnicos aos bolsões de produtos de Café, falando dos incentivos governamentais para o setor da Cafeicultura no Estado. Os produtores (cafeicultores) de Alta Floresta, vão mais além; pedem do Governo melhor aparelhamento da EMATER, com aumento de servidores agrônomos, estrutura para os escritórios, viaturas e orçamento para a Cafeicultura. Sensível a esses pedidos, como representantes desses produtores de café; peço ao Governo do Estado, uma atenção especial para essa classe de produtores, e que atenda essas reivindicações dos cafeicultores.

Ante o exposto, peço aos nobres Pares apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 26 de maio de 2015
Dep. Jean Oliveira - PSDB

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – PSDB - Indica ao Governo do Estado a necessidade de dotar o município de Alta Floresta do Oeste/RO, de destacamento, bem como equipamentos do Corpo de Bombeiros para fazer segurança da população contra incêndio.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, a necessidade de dotar o Município de Alta Floresta do Oeste, de uma Unidade do Corpo de Bombeiros e Equipamentos, na Zona da Mata/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Objetiva esta indicação, em solicitar ao Governo do Estado, um Unidade do Corpo de Bombeiros e Equipamentos, para o Município de Alta Floresta do Oeste. Esse Destacamento (Unidade) do corpo de Bombeiros para Alta Floresta do Oeste, com equipamentos e pessoal qualificado, irá atender as demandas de socorro(s) e combate a incêndios na cidade e zona rural. Sensível a essa carência e como representante daquela população, somos cobrados pelos cidadãos da falta dessa corporação. Motivo pelo qual, peço ao Governo do Estado, em atender esse pleito daquela população.

Ante o exposto, peço aos nobre pares apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 26 de maio d 2015.
Dep. Jean Oliveria - PSDB

INDICAÇÃO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – PSDB - Indica ao Governo do Estado a necessidade de viabilizar parceria com a prefeitura do município de Porto Velho, afim de atender comunidade da Estrada Belmont/Vila Verde, com serviços de limpeza, cascalhamento e manutenção/estrada do km 08 ao km 10, em porto VELHO/RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, a necessidade de viabilizar em parceria com a Prefeitura de Porto Velho, os serviços de Limpeza Cascalhamento e Manutenção da Estrada do Belmont/Vila Verde, trecho do Km 08 ao km 10.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

Tem o objetivo da presente indicação, solicitar aos Poderes constituídos, a realizarem atendimentos as 40 famílias, que residem na Comunidade Vila Verde/Estrada do Belmont, mais precisamente entre do Km 08 ao Km10, da referida estrada. São famílias que sofrem com a precariedade de acesso e também impedidos de trazerem a produção de hortifrutigranjeiros para serem comercializados nas feiras livres da cidade.

Como parlamentar e sensível ao sofrimento daquela gente, ordeira e trabalhadora que ali vivem. Peço as autoridades competentes que atenda essas famílias sofridas, mais que são brasileiras.

Ante o exposto, peço aos nobres Pares apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 26 de maio de 2015.

Dep. Jean Oliveira - PSDB

REQUERIMENTO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA – PSDB – Requer ao Governo do Estado cópias dos contratos de empréstimos junto ao BNDS/BANCO DO BRASIL-PROINVESTE no valor R\$ 438.000.000,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões de reais), assim como empréstimo junto ao BNDS/BANCO DO BRASIL-PEDISE, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais).

O Parlamentar que o presente subscreve, requer na forma regimental, ao Governo do Estado, cópias dos contratos de empréstimos junto ao BNDS/BANCO DO BRASIL-PROINVESTE, no valor R\$ 438.000.000,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões de reais), assim como empréstimo junto ao BNDS/BANCO DO BRASIL-PEDISE, no valor de R\$450.000.000,00(quatrocentos e cinquenta milhões de reais). Requer ainda, cópias de todos os processos administrativos, liquidados/pagos/ou não de despesas/investimentos de origens dos referidos financiamentos;

Cópias de todos os projetos-básicos/executivos-obras ou aquisições ainda não realizadas;

Saldos disponíveis liberados em bancos e saldos ainda não liberados pelas instituições financeiras;

Saldos devedores a fornecedores de obras e serviços, já realizados/entregues.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,

O Estado de Rondônia através dos Empréstimos/PROINVESTE - R\$438.000.000,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões de reais), e PEDISE R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), vem sofrendo uma sangria com o pagamento desses empréstimos. Pelo volume financeiro, e por diversos questionamentos em relação às aplicações.

Estou solicitando cópia dos contratos que originaram os referidos empréstimos bem como demonstrativo resumido de suas aplicações.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Jean Oliveira – PSDB

INDICAÇÃO ADELINO FOLLADOR – DEM – Reitera ao Governo do Estado com cópia ao DER, a necessidade da operação “Tapa Buraco” na RO-463 no trecho do município de Governador Jorge Teixeira – RO até o entroncamento da BR-364.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, reitera ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da operação tapa buraco na RO-463 no trecho do município de Governador Jorge Teixeira – RO, até o entroncamento da BR-364.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Tal propositura se dá pelo fato que esta recuperação é de extrema necessidade e o mais breve possível, pois com o período chuvoso abriu-se muitos buracos no asfalto o que vem acarretando muitos acidentes, se trata de uma região de grande tráfego de veículos, ônibus escolares e também de escoação da produção agrícola.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Adelino Angelo Follador - DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR – DEM – Indica ao Governo do Estado, com cópia a SEJUS a necessidade da retomada da construção do Presídio no município de Ariquemes – RO.

Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, com cópia a SEJUS a necessidade da retomada da construção do Presídio do município de Ariquemes – RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

A presente propositura, se dá pelo fato de que esta obra foi iniciada há mais de seis anos, já foi paralisada várias vezes, passou por diversas empreiteiras, já sofre modificações do projeto inicial, até o material da parte elétrica e hidráulica; já foi furtado; a obra já está com quase 80% concluída. Solicitamos da SEJUS para que se faça um levantamento para serem retomadas as obras, em fevereiro do ano passado, a SEJUS anunciou que retomaria as obras e entregaria o complexo pronto no mês de março, mas a promessa não foi cumprida.

Conforme o engenheiro da SEJUS, Luiz Henrique Shaidegger, a obra do novo presídio está parcialmente concluída, mas ocorrem erros no projeto e para uma nova licitação será necessário realizar novas medições da obra.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Adelino Angelo Follador - DEM

MOÇÃO DE APLAUSO ADELINO FOLLADOR – DEM – Requer que seja aprovada Moção de Aplauso ao Senhor Anízio Gorayeb Filho, Jornalista, Economista e Historiador.

O Deputado que o presente subscreve, requer a Mesa diretora na forma regimental, que seja aprovada e encaminhada a Moção de Aplauso ao Jornalista, Economista e Historiador, Anízio Gorayeb Filho.

JUSTIFICATIVA

ANÍSIO GORAYEB FILHO (Economista, Jornalista e Historiador).

Formou-se em economia em junho de 1983 na cidade Belém/PA. Funcionário do quadro efetivo do Estado de Rondônia há 31 anos. Já exerceu diversos cargos no estado, no município e na União.

Como jornalista escreve artigos memorialistas em vários sites na capital e no interior, assina a coluna semanal “Nossa Historia” nos Jornais “O Estadão”.

Apresenta o programa “Nossa Historia Agora” na Rede TV e o Programa “Porque hoje é sábado” na Radio Cultural FM, 107.9.

Ministra palestras em escolas, faculdades e seminários sobre Historia de Rondônia na capital e no interior do estado. Nas escolas e faculdades públicas essas palestras são inteiramente grátis.

Recebeu diversas homenagens do Governo do Estado, da Prefeitura de Porto Velho, da Assembleia Legislativa do Estado, da Câmara de Vereadores de Porto Velho e do Exército Brasileiro.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Adelino Follador - DEM

INDICAÇÃO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT – Indica ao Governo do Estado de Rondônia c/c ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER da necessidade de asfaltamento de 22 km da RO 485 que liga Corumbiara ao Distrito de Vitória União.

O Deputado que a este subscreve, cumprida a forma regimental, **INDICA** ao Governo do Estado de Rondônia c/c ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER da necessidade de asfaltamento de 22 km da RO-485 que liga Corumbiara ao Distrito de Vitória União.

JUSTIFICATIVA

Ilustres Deputados,

A apresentação desta propositura é fruto da reivindicação daqueles que utilizam diariamente a RO 485, especificamente no trecho que liga o Município de Corumbiara ao Distrito de vitória da União. O fluxo de veículos naquele local é intenso, principalmente

de carretas, e os transtornos ocasionados pelo difícil acesso são incontornáveis para acompanhar o desenvolvimento local, já que é um trecho onde moram várias famílias de agricultores e pecuaristas, inclusive tendo várias fazendas que vêm favorecer o agronegócio. Dessa forma, todo o desenvolvimento que poderia ser aproveitado em favor daquelas famílias, fica prejudicado em vista o péssimo acesso, o que exige um tempo maior para as demandas diárias, além de colocar em risco a vida dos moradores, sendo necessário o atendimento a essa indicação.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Lazinho da FETAGRO - PT

INDICAÇÃO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT – Indica ao Governo do Estado de Rondônia c/c à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, da necessidade de ser viabilizado para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio FELIPE CAMARÃO, um veículo que venha atender a necessidade de transporte de alimentos nos programas PNAE e PAA e outras demandas.

O Deputado que a este subscreve, indica ao Governo do Estado de Rondônia c/c à Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, da necessidade de ser viabilizado para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio FELIPE CAMARÃO, um veículo que venha atender a necessidade de transporte de alimentos nos programas PNAE e PAA e outras demandas.

JUSTIFICATIVA

Esta indicação, nobres Deputados, vem em atendimento a Diretora da Escola que através da Câmara Municipal de São Felipe do Oeste, solicitou apoio deste Parlamento, no sentido de viabilizar um veículo junto ao Executivo do nosso Estado que a escola possa continuar desenvolvendo de forma satisfatório as atividades com transportes de alimentos nos programas PAA e PNAE, além de contribuir com a capacitação de seus funcionários que sempre buscam participar dos cursos de formação continuada que são realizados em Pimenta Bueno e, sempre encontram empecilhos, tendo em vista a falta de veículos que possa transportá-los. Diante do exposto aguardamos o apoio desse Parlamento nessa indicação.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Lazinho da FETAGRO - PT

INDICAÇÃO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PR – Indica ao Governo do Estado de Rondônia c/c ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER da necessidade de recuperação da linha 58, que liga interliga os Municípios de Urupá, Alvorada do Oeste e Miranda da Serra.

O Deputado que a este subscreve, cumprida a forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia c/c ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER da necessidade de recuperação da linha 58, que liga interliga os municípios de Urupá, Alvorada do Oeste e Miranda da Serra.

JUSTIFICATIVA

Ilustres Deputados,

A apresentação desta proposição chegou a nossas mãos, proveniente da Câmara Municipal e Urupá, tendo em vista reivindicação importante daquele município que sabe os problemas que enfrentam na linha 58. Mais do que a recuperação, vários trechos requerem que seja feito o aterro já que a condição daquela linha está crítica, prejudicando o acesso das muitas famílias, agricultores e pecuaristas, que precisam passar naquele trecho na busca do desenvolver de suas atividades, além de colocar em risco a vida dos moradores, sendo necessário o atendimento a essa indicação.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Lazineiro da FETAGRO - PT

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON PT do B – Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Obras e Serviços Públicos (DEOSP), a necessidade de construção de uma Praça Pública, com a implantação de bancos, arborização e toda infraestrutura, como forma de suprir os momentos de lazer de toda população residente no Distrito do Iata, no Município de Guajará-Mirim/RO.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o douto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Obras e Serviços Públicos (DEOSP), a necessidade de Construção de uma Praça Pública, com a implantação de bancos, arborização e toda infraestrutura pertinente, com intuito de atender os momentos de lazer de toda população que reside no Distrito do Iata em Guajará-Mirim/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação visa atender a toda população que reside no Distrito do Iata, pois, a edificação de um bem público de convivência familiar, qual seja, a construção de uma praça, trará inúmeros benefícios para toda população. Ademais, todo cidadão tem por Direito, o lazer, consoante tutelado pela Constituição Federal, no seu art. 6º, *in verbis*:

Art. 6º. São Direitos Sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Grifamos).

Desta forma, cabe esclarecer que uma praça construída com toda sua infraestrutura, não é luxo, é tão somente um direito inerente à cada cidadão.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Neidson de Barros Soares - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON PT do B – Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópias à Secretaria do Estado de Segurança, Defesa e Cidadania-(SESDEC), a

necessidade em disponibilizar efetivo policiamento ostensivo Militar e Civil, com intuito de fornecer mais Segurança no Distrito do Iata em Guajará-Mirim/RO.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o douto Plenário, na forma regimental, **INDICA** ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias à Secretaria do Estado de Segurança Defesa e Cidadania-(SESDEC), a necessidade em disponibilizar efetivo policiamento ostensivo Militar e Civil com intuito de fornecer mais Segurança no Distrito do Iata em Guajará-Mirim/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Pares,

Nobres Parlamentares, o objetivo desta indicação, visa atender as reivindicações de toda comunidade residente no Distrito do Iata e região, que vivem a mercê dos descasos que passam diariamente, devido a ausência de policiamento ostensivo da Polícia Militar bem como da Polícia Civil, no que tange as demandas de Segurança Pública.

É sabido que a falta de Segurança nos locais mais distantes como Distrito do Iata, contribui com o crescimento diário da violência, que só vem aumentando em relação aos crimes contra a pessoa e contra patrimônio. Pois, um policiamento mais ostensivo e preventivo, certamente ajudará a coibir, tais práticas ilícitas.

Ademais, podemos indicar o art. 144 da nossa Carta magna que nos preceitua, *in verbis*:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal
- II - polícia rodoviária federal;
- III- polícia ferroviária federal;
- IV- policiais civis;
- V- policiais militares e corpo de bombeiros militares.

Por fim, temos como a responsabilidade funcional, de manter a ordem pública, faz com que ser policial, não seja apenas um ofício e sim uma causa. Percebe-se que a maioria das pessoas a distâncias dos riscos e perigos, é uma necessidade.

Assim sendo e com todo supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já sua aprovação em plenário, que o caso requer.

Plenário das Deliberações, 29 de junho de 2015.
Dep. Neidson de Barros Soares - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON PT do B – Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia junto ao Departamento de Obras e Serviços Públicos (DEOSP), a necessidade em realizar 04 quilômetros de Pavimentação Asfáltica, localizada no Distrito do Iata em Guajará-Mirim/RO.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias ao Departamento de Obras e Serviços Públicos (DEOSP), a necessidade em realizar 04 quilômetros de Pavimentação Asfáltica, no Distrito do Iata em Guajará-Mirim/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação visa atender a toda população residente no Distrito do Iata e que sofrem com os descasos diários, devido à falta de Pavimentação Asfáltica de ruas e Avenidas, tornando mais dificultoso e descolamento de produtos rurais, comerciantes e demais trabalhadores utilizam como passagem o local como meio de sobrevivência.

É Sabido que a realização das Obras de Pavimentação Asfáltica, trará mais qualidade de vida à todos, obtendo assim mais segurança e melhoria para aquela localidade.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.

Dep. Neidson de Barros Soares - PTdo B.

REQUERIMENTO DEPUTADO CLEITON ROQUE – PSB – Requer à CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, esclarecimentos referente às constantes interrupções no fornecimento de água potável distribuída nas residências do município de Pimenta Bueno, e providências urgentes para normalizar o abastecimento.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer à CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, esclarecimentos referente às constantes interrupções no fornecimento de água potável distribuída nas residências do município de Pimenta Bueno, e providências urgentes para normalizar o abastecimento.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

As repetidas interrupções no fornecimento de água potável distribuída nas residências do município de Pimenta Bueno estão ocasionando graves transtornos na rotina dos munícipes. A distribuição de água tratada é um dos serviços prioritários de qualquer administração pública, pois sem ela a população não tem como limpar suas residências, lavar roupas, manter a higiene pessoal e cozinhar.

Desta forma, como parlamentar desta Casa de Leis, me reporto através deste para convocar a Presidência da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, objetivando apresentar explicações e esclarecimentos às comunidades dos motivos pelos quais os frequentes cortes no abastecimento de água acontecem no município.

Na oportunidade requer a diretoria desta entidade, que apresenta quais providências cabíveis estão sendo tomadas para normalizar totalmente o fornecimento de água, vez que os relatos são de total descontentamento da população com os serviços prestados.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares aprovação do presente Requerimento.

Plenário das Deliberações, junho de 2015.

Dep. Cleiton Roque - PSB

INDICAÇÃO DEPUTADO CLEITON ROQUE – PSB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a necessidade de reforma e ampliação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Anísio Serrão de Carvalho, no Município de Pimenta Bueno.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a necessidade de reforma e ampliação da Escola Estadual de Ensino Fundamental Anísio Serrão de Carvalho, no Município de Pimenta Bueno.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

A presente indicação, visa solicitar ao governador do Estado a reforma e ampliação da referida escola, far-se-á necessária para melhor atender seus alunos. A escola Anísio Serrão de Carvalho possui uma qualidade de ensino eficaz, e por motivo é uma das escolas em que há maior concorrência pelos pais para realização de matrícula de seus filhos no ano letivo.

Cabe ressaltar que a referida escola encontra-se com telhado em péssimo estado de conservação, molhando o interior do prédio. O refeitório não tem saída de emergência e não tem ventilação. Consta-se também, a necessidade de construção de banheiros e vestíbulos nas dependências da quadra da escola, tendo em vista as necessidades de realização de eventos desportivos culturais, pois os alunos não dispõem de um ambiente adequado para executar as práticas de educação física, que é uma atividade escolar de suma importância para o desenvolvimento físico e psicológico de todos os alunos.

E na certeza de que a Educação, por parte do Governo do Estado, sempre tem estado em constante melhorias para a comunidade estudantil, professores e pessoal de apoio da referida Escola, vêm ao poder público reivindicar, solicitando mais benefícios, tornando possível o aprendizado mais eficaz e uma escola muito mais saudável e agradável para estudar e ensinar.

Ante ao exposto, peço aos nobres pares, apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 24 de junho de 2015.

Dep. Cleiton Roque - PSB

INDICAÇÃO DEPUTADO CLEITON ROQUE – PSB – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, a necessidade de construção de ponte de concreto sobre o Rio Barão de Melgaço, na estrada vicinal Linha 40 – Setor Dimba, Zona Rural do município de Pimenta Bueno.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, a necessidade de construção de ponte de concreto sobre o Rio Barão de Melgaço, na estrada vicinal Linha 40 – Setor Dimba, Zona Rural do município de Pimenta Bueno.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares.

A presente indicação, dispõe sobre a necessidade de construção de ponte de concreto sobre o Rio Barão do Melgaço, pois será diminuída em até 150 quilômetros a distância entre os setores Doimba e Ribeirão Grande até a Usina de Calcário, o que facilitará o deslocamento dos agricultores desta região, dando maior agilidade ao transporte de calcário utilizado pelos produtores rurais para correção do solo. Ressaltamos também a importância estratégica econômica e social para o desenvolvimento da região, vez que dará maior agilidade ao processo de escoamento da produção agrícola e pecuária local, beneficiando toda comunidade do setor Roosevelt.

Essa ponte está desativada há alguns anos, pois foi corrompida pelas águas das fortes chuvas ocorridos nos últimos anos no município de Pimenta Bueno, o que ocasiona diariamente transtornos à população.

É sabido também, que toda a comunidade vem lutando por esta obra há algum tempo. Tal medida visa sanar esse grave problema que tem afetado o cotidiano e o bem estar das famílias daquela localidade.

Ante ao exposto, peço aos nobres pares, apoio para aprovação desta indicação.

Plenário das Deliberações, 22 de junho de 2015.
Dep. Cleiton Roque - PSB

PROJETO DE LEI DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN – Altera o Art. 1º e 3º da Lei nº 1.307/2014, publicada no DOE em 15/01/2004.

A proposta de alteração aos arts. 1º e 3º da Lei nº 1.307/2004, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência física, os idosos com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.”

“Art. 3º Aos maiores de 60 (sessenta) anos e às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes é concedido gratuidade de transporte em todo o sistema de transporte intermunicipal de passageiros nos termos desta Lei denominando esse dispositivo de Passe Livre.”

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, no qual dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, em seu art. 1º, institui o Estatuto do Idoso destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, isto é, caracteriza a pessoa idosa com idade igual ou superior a 60 anos.

“Art. 39...

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transportes previstos no caput deste artigo”.

Diante do exposto, o que se busca é a adequação do regramento constitucional estadual ao modelo estabelecido no Art. 1º da Lei nº 10.741/2003, assegurando que todos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos tenham a gratuidade do “Passe Livre”.

Plenário das Deliberações, 22 de junho de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de construir uma quadra poliesportiva, reformar o piso das salas de aula e destinar carteiras para a Escola Tancredo Neves em Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de construir uma quadra poliesportiva, reformar o piso das salas de aula e destinar carteiras para a Escola Tancredo Neves em Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Atualmente essa escola se encontra sem infraestrutura, sem quadra poliesportiva, com o piso das salas danificados e sem carteira escolar. Com a presente propositura estaremos fornecendo melhor estrutura para os alunos e servidores, haja vista que o espaço escolar se tornou um ambiente formador de personalidades e de representações. Sua estrutura física deve ser atrativo para os alunos de forma que ele possam sentir-se à vontade para desenvolverem suas atividades socioeducativas e desenvolverem seu pensamento crítico. Pode-se considerar o espaço escolar como um forte potencial para o desenvolvimento de atividades cognitivas e motoras, tornando-se, assim, um cenário de múltiplos interesses. Uma escola sem uma estrutura física adequada pode criar num aluno um quadro mental de abandono ou de desvalorização da educação pelo Estado e até mesmo pela sociedade.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. LAERTE GOMES - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES/PEN – Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de construir uma cobertura no pátio da Escola 31 de Março em Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de construir uma cobertura no pátio da Escola 31 de Março em Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Atualmente essa escola se encontra sem a cobertura no pátio da escola impossibilitando que os alunos tenham um espaço físico acolhedor para o recreio. No verão os alunos sofrem com

calor exaustivo e quando chove a água invade o pátio, deixando os mesmos sem espaço até para fazerem seus lanches. Com a presente propositura estaremos fornecendo melhor estrutura para os alunos e servidores, haja vista que a estrutura física de uma escola deve ser atrativo para os alunos de forma que eles possam sentir-se à vontade para desenvolverem suas atividades socioeducativas e desenvolveram seu pensamento crítico. De acordo com Vital Didonet, o espaço da escola não é apenas um 'continente', um recipiente que abriga alunos, livros, professores, um local em que se realizam atividades de aprendizagem, mas é também um 'conteúdo', ele mesmo é educativo.

O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento, tem que despertar interesse em aprender, além de ser alegre aprazível e confortável, tem que ser pedagógico. É de grande relevância que a infraestrutura e o espaço físico de um ambiente escolar tenham sua vida devida importância não só pelas suas dimensões geométricas, mas também pelas suas dimensões sociais. Estudar em local onde as estruturas são precárias onde se tem péssimas condições estruturais pode desestimular ou até mesmo contribuir para um possível afastamento do aluno da escola. Um ambiente com recursos estruturais escassos torna-se um ambiente sem vida e sem a menor chance de promover qualquer tipo de atividade instrutiva.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI D – PT do B - Indica ao Senhor Governador do Estado, que seja concedido o benefício de auxílio saúde para os militares da reserva RECONVOCADOS.

O Parlamentar que o presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Excelentíssimo Governador do Estado que seja concedido o benefício de auxílio saúde para os militares da reserva Reconvocados.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Excelentíssimo Governador do Estado, que interceda junto ao órgão competente, na concessão do auxílio saúde para os militares da reserva Reconvocados.

O motivo desta indicação, é que os militares da reserva estão reivindicando tal benefício, na qual afirmam que ao voltarem para a **ATIVA** não é atribuído o auxílio saúde aos mesmos.

Portanto, uma vez que voltam às atividades, tal auxílio deverá ser concedido tendo em vista as necessidades dos mesmos, como a iminência de acidentes diários em virtude do labor exercido, considerando ainda o alto grau de periculosidade e insalubridade em decorrência da atividade policial.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações, 30 de junho de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI D - PT do B - Requer Voto de Louvor, para os responsáveis pela Polícia Mirim de Rolim de Moura, CB PM Alécio Carlos Martins, CB PM Ademir do Vale Oliveira, SD PM Fabiana Pereira da Silva, CB PM Silvana Estevão da Silva, SD PM Mariana Alexandra de J. F. Katsuragi e SD PM Cezar Augusto de Lima, pelo importante trabalho desempenhado para dezenas de crianças e adolescentes.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do artigo 182, inciso VII, do Regimento Interno, requer Voto de Louvor, para a Polícia Mirim do município de Rolim de Moura pelo importante trabalho desempenhado para dezenas de crianças e adolescentes.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo deste requerimento de Voto de Louvor, é o reconhecimento do importante trabalho do Projeto Social Polícia Mirim, criado no ano de 2013 e implantado em Rolim de Moura em fevereiro de 2014, tal projeto é uma entidade sem fins lucrativos, organizada por vários seguimentos da sociedade, elaborada nos moldes de disciplina da Polícia Militar.

Tal projeto, surgiu da necessidade de expandir na região um projeto nos moldes do PROERD, mas que abrangesse diversas modalidades de ações sociais nas escolas e sociedade em geral, assim como também pela necessidade de reativar a GUARDA KIRIM da cidade.

A Polícia Mirim tem por objetivo: contribuir na formação de cidadãos cômicos de seus direitos, deveres e responsabilidades perante a sociedade, buscando uma conscientização de tal forma que o educando consiga refletir sobre a sua importância o seu cotidiano, elevar a sua autoestima, e formar desde cedo, o espírito de cidadania, não apenas pela instrução teórica, mas com a prática efetiva de cidadania nas escolas, eventos públicos, praças e logradouros públicos, adquirir noções de respeito ao meio ambiente, ao bem público, à pessoa com deficiência, aos valores humanos, e também ter consciência quanto às consequências danosas causadas por ações delituosas.

O projeto proporciona ao educando, fardamento adequado que sirva à identificação de relance da condição de Policial Mirim, ensina ao educando Policial Mirim, a valorização do companheirismo, o compromisso a obedecer as normas e regulamentos que reagem a sociedade.

O responsável pela elaboração e implantação do Projeto é Cb PM RE06238-3 ALÉCIO CARLOS MARTINS. Integram ainda como membros da Diretora da Polícia Mirim, os policiais militares: Cb PM RE 06913-5 ADEMIR DO VALE OLIVEIRA e a Sd PM RE 09236-6 FABIANA PEREIRA DA SILVA.

Compõem o quadro de instrutores os militares: Cb PM RE 07668-8 SILVANIA ESTEVÃO DA SILVA; Sd PM RE 09266-5 MARIANA ALEXSANDRA DE J. F. KATSURAGI E Sd PM RE 09117-3 CEZAR AUGUSTO DE LIMA, além de outros profissionais de outras áreas de atuação.

Face o exposto, é que pedimos aos nobres pares a aprovação do presente requerimento de Voto de Louvor.

Plenário das deliberações, 26 de junho de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAIID – PT do B -
Requer Audiência Pública para o dia 3 de agosto de 2015 às 15hs, para discutir e analisar a situação da Regularização Fundiária do Bairro Industrial.

O Parlamentar que a presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental do artigo 172 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para o dia 3 de agosto de 2015, às 15h, com o objetivo de discutir e analisar a situação da Regularização Fundiária do Bairro Industrial.

J U S T I F I C A T I V A

O objetivo desta audiência é discutir e analisar a situação da regularização fundiária urbana na localidade do bairro Industrial nesta capital. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana.

Considerando que o Direito à Moradia e outros Direitos Sociais, está preconizado no art. 6ª da Constituição Federal e é assegurado aos cidadãos desamparados, conforme dispõe:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a MORADIA, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A devida matéria também encontra-se elencada na Constituição Estadual de Rondônia em seu artigo 167, que diz:

Art. 167 – O Estado promoverá a justa distribuição da propriedade, atendendo ao interesse social, mediante a destinação de suas terras, respeitada a legislação federal, de modo a assegurar às famílias o acesso à terra e aos meios de produção”.

Face o exposto, é que pedimos aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das deliberações, 29 de junho de 2015.

Dep. Jesuino Boabaid - PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAIID – PT do B -
Requer Audiência Pública para o dia 10 de agosto de 2015 às 15h, para discutir e analisar a situação da Comunidade Renascer e comunidade Adjacentes.

Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental do artigo 172 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para o dia 10 de agosto de 2015, às 15h, com o objetivo de discutir e analisar a situação da Comunidade Renascer e comunidade Adjacentes.

J U S T I F I C A T I V A

O objetivo desta audiência é discutir e analisar a situação da regularização fundiária da Comunidade Renascer e comunidade Adjacentes. A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana.

Considerando que o Direito à Moradia e outros Direitos Sociais, está preconizado no art. 6ª da Constituição Federal e é assegurado aos cidadãos desamparados, conforme dispõe:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a MORADIA, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A devida matéria também encontra-se elencada na Constituição Estadual de Rondônia em seu artigo 167, que diz:

Art. 167 – O Estado promoverá a justa distribuição da propriedade, atendendo ao interesse social, mediante a destinação de suas terras, respeitada a legislação federal, de modo a assegurar às famílias o acesso à terra e aos meios de produção.

Face o exposto, é que pedimos aos nobres pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das deliberações, 29 de junho de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO COLETIVA – Indica ao Chefe do Poder Executivo que determine à Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON que seja suspensa a cobrança de insumos sobre a coleta, processamento, estocagem, distribuições e aplicação de sangue, seus componentes e derivados para a rede privada de Saúde.

Os Deputados que o presente subscreve, indica ao Chefe do Poder Executivo que determine à Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Rondônia – FHEMERON que seja suspensa a cobrança de insumos sobre a coleta, processamento, estocagem, distribuições e aplicação do sangue, seus componentes e derivados para a rede privada de Saúde.

J U S T I F I C A T I V A

A Audiência Pública realizada nesta Casa, no dia de ontem (29/06/15), para debater sobre o fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados em clínica e hospitais no Estado de Rondônia, foi proposta pelo Senhores Deputados Dr. Neidson, Só na Bença e Alex Redano, membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, Saúde, Previdência e Assistência Social, em razão de denúncias de que o hemocentro estaria comercializando bolsas de sangue para a rede privada.

Segundo o Presidente da FHEMERON, médico Orlando Ramires, não está ocorrendo comercialização de sangue e sim a cobrança dos insumos contidos na bolsa de sangue e que a medida adotada pelo Governo está amparada em legislação federal.

O representante dos proprietários da rede privada, Dr. Viriato Moura, disse que por causa da legislação federal, o Presidente da FHEMERON se negou a dialogar com a classe médica para que se chegasse a um acordo sobre o assunto.

Usando da palavra os Deputados Alex Redano e Adelino Follador propuseram a criação de uma comissão para apurar a existência ou não de possíveis irregularidades e intermedir a questão junto ao Governo do Estado.

Senhores Parlamentares, por se tratar de matéria de competência da União, estamos propondo ao senhor Governador, a suspensão temporária da cobrança pela FHEMERON até que a Comissão formada após a realização da Audiência Pública realize um estudo envolvendo essa cobrança.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 29 de junho de 2015.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR – MESA DIRETORA – Altera tabelas do Anexo I e o Anexo II da Lei Complementar nº 730 de 30 de setembro de 2013.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:

Art. 1º As tabelas de nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10, do Anexo I – Estrutura Organizacional e Quadro Gerencial e o Anexo II da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013, que “Estabelece a Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”, passam a vigorar conforme abaixo:

**ANEXO I
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E QUADRO GERENCIAL**

**Tabela 1
Presidência**

Unidade Administrativa	Cargos	Código de Remuneração	Quant.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	Chefe de Gabinete da Presidência	RDS-2	01
	Secretário Executivo	DGS-3	03
	Secretária de Gabinete	DGS-6	05
	Secretária de Apoio	DGS-9	03
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	25
	Assessor Técnico	AT 01-30	60
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	15
	Assistente Técnico	AST 01-30	50
DEPARTAMENTO DE CERIMONIAL	Diretor de Departamento	DGS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	15
	Assistente Técnico	AST 01-30	24
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	06
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	20
	Assistente Técnico	AST 01-30	05

**Tabela 4
Gabinete Parlamentares e de Comissões**

Unidade Administrativa	Cargos	Código de Remuneração	Quant.
GABINETES DE DEPUTADOS	Chefe de Gabinete	DGS-1	24
	Secretário Executivo	DGS-3	24
	Secretária de Apoio	DGS-9	24
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	Art. 9º § 2º
	Assessor Técnico	AT 01-30	
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	
	Assistente Técnico	AST 01-30	
GABINETES DAS COMISSÕES PERMANENTES	Assessor Técnico	AT 01-30	Art. 9º § 2º
	Assistente Técnico	AST 01-30	
GABINETE DA OUVIDORIA PARLAMENTAR	Assessor Técnico	AT 01-30	Art. 9º § 2º
	Assistente Técnico	AST 01-30	
GABINETE DA CORREGEDORIA PARLAMENTAR	Assessor Técnico	AT 01-30	Art. 9º § 2º
	Assistente Técnico	AST 01-30	
GABINETE DE LIDERANÇA DE GOVERNO	Assessor Técnico	AT 01-30	Art. 9º § 2º
	Assistente Técnico	AST 01-30	

**Tabela 5
Órgão Unitários**

Unidade Administrativa	Cargos	Código de Remuneração	Quant.
SECRETARIA GERAL	Secretário Geral	RDS-1	01
	Secretário Geral Adjunto	RDS-2	01
	Chefe de Gabinete	DGS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	01

ADVOCACIA GERAL	Assessor Técnico	AT 01-30	06
	Assistente Técnico	AST 01-30	04
	Advogado Geral	RDS-2	01
	Advogado Geral adjunto	DGS-2	01
	Chefe de Gabinete	DGS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT 01-30	08
	Assistente Técnico	AST 01-30	06
CONTROLADORIA GERAL	Controlador Geral	RDS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT 01-30	06
	Assistente Técnico	AST 01-30	06
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA	Corregedor-Chefe	RDS-2	01
	Corregedor-Adjunto	DGS-2	01
	Assistente do Corregedor	AT 01-30	05
	Chefe de Cartório	AT 01-30	01
	Escrivão	AT 01-30	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	05
	Assistente Técnico	AST 01-30	05
	Secretária de Apoio	DGS-9	05
	Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	DGS-2	02
	Membro da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar	DGS-3	04
ESCOLA DO LEGISLATIVO	Diretor Geral	RDS-2	01
	Diretor Administrativo	DGS-2	01
	Diretor Pedagógico	DGS-2	05
	Chefe de Divisão	DGS-3	03
	Coordenador de Programas Pedagógicos	DGS-7	10
	Secretária de Apoio	DGS-9	08
	Assessor Técnico	AT 01-30	15
	Assistente Técnico	AST 01-30	13

Tabela 6
Secretaria Legislativa

Unidade Administrativa	Cargos	Código Remuneração	de	Quant.
GABINETE DA SECRETARIA	Secretária Legislativo	RDS-2		01
	Secretária de Gabinete	DGS-6		02
	Secretária de Apoio	DGS-9		01
	Assessor Parlamentar	AP 01-30		02
	Assessor Técnico	AT 01-30		03
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30		03
	Assistente Técnico	AST 01-30		03
	Diretor do Departamento	DGS-2		01
DEPARTAMENTO	Chefe de Divisão	DGS-3		04
	Secretária de Apoio	DGS-9		02

LEGISLATIVO	Assessor Parlamentar	AP 01-30	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	04
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	02
	Assistente Técnico	AST 01-30	04
DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	02
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Parlamentar	AP 01-30	03
	Assessor Técnico	AT 01-30	03
	Assistente Parlamentar	ASP 01-30	02
	Assistente Técnico	AST 01-30	02
ASSESSORIA DA MESA DIRETORA	Assessor da Mesa Diretora	DGS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT 01-30	03
	Assistente Técnico	AST 01-30	02

Tabela 7
Secretaria Administrativa

Unidade Administrativa	Cargos	Código de Remuneração	Quant.
GABINETE DA SECRETARIA	Secretário Administrativo	RDS-2	01
	Secretária de Gabinete	DGS-6	02
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	10
	Assistente Técnico	AST 01-30	04
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS	Superintendente	RDS-3	01
	Diretor de Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	03
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	08
	Assistente Técnico	AST 01-30	08
SUPERINTENDÊNCIA DE FINANÇAS	Superintendente	RDS-3	01
	Diretor de Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	04
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT-30	08
	Assistente Técnico	AST 01-30	04
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	Superintendente	RDS-3	01
	Diretor de Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	02
	Presidente da Comissão Permanente de Licitação	DGS-2	01
	Membro da Comissão Permanente de Licitação	DGTS-3	04
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	05
	Assistente Técnico	AST 01-30	05
DEPARTAMENTO MÉDICO	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	20

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA	Assistente Técnico	AST 01-30	07
	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	04
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT 01-30	27
	Assistente Técnico	AST 01-30	60
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT 01-30	02
	Assistente Técnico	AST 01-30	01

Tabela 8
Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão

GABINETE DA SECRETARIA	Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão	RDS-2	01
	Secretária de Gabinete	DGS-6	02
	Secretária de Apoio	DGS-9	04
	Assessor Técnico	AT 01-30	07
	Assistente Técnico	AST 01-30	05
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	02
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT 01-30	07
	Assistente Técnico	AST 01-30	10
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GERAL	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	03
	Secretária de Apoio	DGS-9	04
	Assessor Técnico	AT 01-30	06
	Assistente Técnico	AST 01-30	04

Tabela 9
Secretaria Especial de Engenharia e Arquitetura

GABINETE DA SECRETARIA	Secretário de Engenharia e Arquitetura	RDS-2	01
	Secretária de Gabinete	DGS-6	02
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	05
	Assistente Técnico	AST 01-30	05
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	05
	Assistente Técnico	AST 01-30	05
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	02
	Assessor Técnico	AT 01-30	05
	Assistente Técnico	AST 01-30	05

Tabela 10
Secretaria de Segurança Institucional

GABINETE SECRETARIA	Secretário de Segurança Institucional	RDS-2	01
	Secretária de Gabinete	DGS-6	01
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT 01-30	09
	Assistente Técnico	AST 01-30	08
	Assessor Militar	ASM	33
DEPARTAMENTO DE POLICIA LEGISLATIVA	Diretor do Departamento	DGS-2	01
	Chefe de Divisão	DGS-3	02
	Secretária de Apoio	DGS-9	01
	Assessor Técnico	AT 01-30	10
	Assistente Técnico	AST 01-30	10

ANEXO II
TABELA DE REMUNERAÇÃO DE
CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Código	Valor (R\$)
RDS-1	16.500,00
RDS-2	13.147,00
RDS-3	12.500,00
DGS-1	9.920,00
DGS-2	7.040,00
DGS-3	4.400,00
DGS-4	3.520,00
DGS-5	2.720,00
DGS-6	2.160,00
DGS-7	1.600,0
DGS-8	1.360,00
DGS-9	1.120,00

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos financeiros de 1º de junho de 2015.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando esta proposutura com a finalidade de promover algumas alterações nos valores das gratificações dos cargos de confiança desta Casa de Leis, especialmente aqueles de direção superior, considerando que há uma defasagem nos valores.

Por ser de competência da Mesa Diretora promover quaisquer alteração no que diga respeito a pessoal, conforme estabelece o nosso Regimento Interno, estamos com o desejo de que a nossa proposutura seja aprovada.

É certo que na Administração passada houve uma redução em torno de 20%, (vinte por cento) que recaiu sobre os cargos em Comissão desta Casa de Leis, e os nossos direitos que estão na linha de frente na administração, sofreram tal redução em seus salários.

Portanto, entendemos que a nossa pretensão em fazer essa correção nos valores das gratificações de nossos diretores é justa, pois nada mais estamos fazendo, caso seja aprovada a nossa proposta, do que compensar a perda que tiveram no passado.

Para tanto, contamos com o apoio e voto dos nobres Pares, para que possamos aprovar o nosso Projeto de Lei Complementar.

Plenário das Deliberações, 29 de junho de 2015.

Dep. Maurão de Carvalho - PP

Dep. Edson Martins - PMDB

Dep. Hermínio Coelho - PSD

Dep. Lebrão - PTN

Dep. Glaucione - PSDC

Dep. Alex Redano - SD

Dep. Rosangela Donadon - PMDB

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª SESSÃO LEGISLATURA

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO - SD - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de tornar a FHEMERON uma Autarquia desvinculada da Secretaria de Saúde.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual junto a Secretaria de Saúde a necessidade de tornar a FHEMERON uma Autarquia desvinculada da Secretaria de Saúde.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A proposutura ora mencionada se faz necessário devido as ocorrências momento debatidas por este plenário a fim de resolver ou amenizar a questão de taxa cobrada pelas bolsas de sangue em caráter de venda para órgãos de saúde do sistema privado.

A FHEMERON necessita de um orçamento próprio afim de que possa gerir e determinar uma forma alternativa de arrecadação e repasse do Estado, dessa forma não seria necessário e nem conveniente cobrar pelas bolsas de sangue que até então são recebidas mediante doações. A população doa seu sangue e em contrapartida passa a vê-lo sendo comercializado, o que descaracteriza o sentimento de voluntariado e passa a ser taxado do sistema de arrecadação sem custos, até porque a "matéria prima", ou seja, os insumos hemodilícos são de natureza doadora.

Sendo transformada em Autarquia, a Fundação de Hematologia de Rondônia, se desvincularia da Secretaria de Saúde, mas seriam independentes e harmônicas entre si, possibilitando um eficaz desempenho de suas competências.

Plenário das Deliberações 30 de junho de 2015.

Dep. Alex Redano - SD

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de reconstruir uma ponte na Linha C85, próximo ao Travessão B-0 sobre o rio Candeias, na divisa entre Alto Paraíso e Porto Velho-RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de reconstruir um aponte da Linha C85, próximo ao Travessão B-0 sobre rio Candeias, na divisa entre Alto Paraíso e Porto Velho-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Atualmente essa ponte se encontra intransitável, oferecendo risco diariamente aos alunos e à comunidade geral que utilizam essa ponte. Nossa proposutura tem a finalidade de atender as reivindicações dos moradores da Linha C85 que necessitam do acesso à BR.

Diante do exposto, se faz necessário o atendimento desse Pleito a fim de garantirmos o direito de ir e vir com segurança, de

todos que utilizam essa ponte diariamente, e para isso, conto com o apoio dos nobres Deputados dessa Casa de Leis.

Plenário das Deliberações, 1º de julho de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADA GLAUCIONE - PSDC - Indica ao Governo do Estado de Rondônia através do IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia a necessidade da instalação do Posto de Atendimento do IDARON, no distrito de Três Coqueiros, município de Campo Novo de Rondônia/RO.

A Parlamentar que o presente subscreve na forma regimental, depois de ouvido o Plenário, indica ao Governo do Estado de Rondônia através da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON a necessidade de instalação do Posto de Atendimento do IDARON, no distrito Três Coqueiros, município de Novo de Rondônia/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Tal indicação se faz necessário, tendo em vista a demanda crescente do rebanho bovino, chegou a ser 3ª colocada na Região do Vale do Jamari.

Diante do exposto, apresentamos a indicação supra, para qual cotamos com a colaboração dos nobres Pares para sua aprovação.

Plenário das Deliberações, 1º de julho de 2015.
Dep. Glaucione Maria Rodrigues - PSDC

INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGAZ - PDT - Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e a Secretaria de Segurança Pública, a necessidade implantar a emissão das Carteiras de Identidade - Registro Geral - RG no município de Ji-Paraná.

O Deputado que o presente subscreve e ouvido o Plenário na forma regimental, indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia e a Secretaria de Segurança Pública a necessidade de implantar a emissão das Carteiras de Identidade - Registro Geral - RG no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação tem como objetivo atender aos moradores de Ji-Paraná e região central do Estado de Rondônia vez que a morosidade na entrega do Registro Geral - RG, que atualmente só é confeccionado em Porto Velho, tem prejudicado sobremaneira as pessoas que necessitam do referido documento.

Portanto, a presente Propositura tem como finalidade dar celeridade na confecção e emissão dos Registros Gerais.

Certo que mereça total acolhida, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 1º de julho de 2015.
Dep. Airton Gurgaz - PDT

INDICAÇÃO ADELINO FOLLADOR - DEM - Indica ao Governo do Estado, com cópia do DER, a necessidade da alteração na Lei

Complementar de 12 de agosto de 2011, anexo único que se refere a tabela de valores da gratificação por produtividade.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade da alteração na Lei Complementar de 12 de agosto de 2011, anexo único, que se refere a tabela de valores da gratificação por produtividade.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Nosso pleito vem de encontro com os anseios de uma categoria que vem sendo prejudicadas devido as suas funções, que são imprescindíveis para o DER, e hoje se encontram desvalorizados, estes cargos são: Agente em Atividade Administrativas, Agente de Serviços Técnicos, Assistente Técnico e Administrativo, Assessor Desenhista, Fiscal de Transporte, Gerente, Laboratista de Solo Técnico em Agrimensura, Técnico em Informática, Técnico em Contabilidade, Técnico em Serviços de Engenharia e Topógrafo, sem desmerecer outros cargos, não técnicos em serviços de engenharia e Topógrafo, sem desmerecer outros cargos, não técnicos que estão com valores bem maiores em suas gratificações de produtividade, portanto solicitamos no mínimo a equiparação para estes cargos acima citados.

Plenário das Deliberações, 1º de julho de 2015.
Dep. Adelino Angelo Follador - DEM

REQUERIMENTO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Requer à Mesa Diretora que oficie a Eletrobrás para que apresente justificativas para a inconstância no fornecimento de energia em Vale do Anari.

O Parlamentar que este subscreve, requer a Mesa na forma regimental que oficie a Eletrobrás Distribuição Rondônia para que a direção da mesma em Rondônia apresente justificativas para a ocorrência de falta de energia elétrica no município de Vale do Anari.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Essa providência atende aos anseios de toda a população do município de Vale do Anari, tanto urbano quanto rural, onde o fornecimento de energia elétrica está muito constante. Desde Abril de 2015 a energia tem oscilado constantemente, faltando de 3 a 4 vezes ao dia por tempos de 1(uma) hora em média. Este problema vem causando muitos prejuízos para o comércio, para as agroindústrias, postos de gasolina, serrarias, marcenarias, lavajatos, etc. No setor rural, maior prejuízo vai para os produtores de leite, que armazenam seus produtos em tanques que precisam ser mantidos em temperatura regular sob pena de estragar o leite. Com essa inconstância os produtores tem perdido muitos litros de leite.

Por outro lado, o problema também atinge um setor que não pode ficar sem energia que é o hospital. Ali essa inconstância tem provocado muitos transtornos inclusive perda de medicamentos e vacinas que precisam ficar em ambientes refrigerados ininterruptamente.

Portanto, senhores Parlamentares, estamos diante de mais um grande problema que está afligindo as populações de vários municípios do nosso Estado e providências urgente precisam ser tomadas para estancar esta situação.

Plenário das Deliberações, 1º de julho de 2015.

Dep. Marcelino Tenório - PRP

PROJETO DE LEI DEPUTADO ALEX REDANO - SD - Estabelece diretrizes quanto a documentação a ser apresentada em Plano de Manejo Florestal em áreas de posses rurais.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Pequenas propriedades ou posse rural, 4 (quatro) módulos fiscais ou até 240 há (duzentos e quarenta hectares).

Art. 2º Entende-se como cultura efetiva, a exploração econômica agropecuária, extrativa, florestal, pesqueira ou outra atividade similar, mantida no imóvel rural e com objetivo de prover subsistência dos ocupantes, por meio da produção e da geração renda.

Art. 3º Cópia autenticada do requerimento de regularização fundiária do órgão competente.

Art. 4º Considerando a ocupação direta, mansa e pacífica.

Art. 5º Documentos de identificação do proponente, observadas as classificações a seguir:

I - Da Pessoa Física:

a) Contrato Social Consolidado, emitido pela Secretaria Comercial do Estado de Rondônia - JUCER-RO;

b) Cópia autenticada da Cédula de Identidade e do CPF junto a Secretaria da Receita Federal do representante legal;

c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

d) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, os documentos de eleição e termos de posse de seus administradores.

III. Das Pessoas Jurídicas, das associações, cooperativas ou entidades similares de Comunitários:

a) Formulário, conforme Anexo I, com assinatura do Presidente ou de todos os membros do colegiado da Associação ou Cooperativa, conforme estatuto e suas alterações;

b) cópia autenticada da cédula de identidade e do CPF junto a Secretaria da Receita Federal do Presidente ou dos membros do colegiado da Associação ou Cooperativa;

c) CNPJ;

d) cópia autenticada do Estatuto Social, devidamente registrado em Cartório ou cópia de sua Publicação em Diário Oficial;

e) Ata da Assembléia que elegeu a diretoria, registrada em Cartório ou cópia de sua publicação em Diário Oficial;

f) Nos casos de Associação, Cooperativas ou entidades similares, o Plano de Manejo Comunitário, poderá em sua área total do projeto, ultrapassar o tamanho de área de pequena propriedade inciso no art. 1º deste, no entanto cada imóvel referente a cada posseiro ou possuidor, não poderá ultrapassar o tamanho definido no mesmo artigo.

Art. 6º Numero do Cadastro Técnico Federal - CTF;

Art. 7º Mapa da área total do imóvel, indicando as coordenadas dos pontos de amarração e dos vértices definidores dos limites do imóvel rural, georreferenciadas, de acordo com as Instruções Normativas do IBAMA nos 93, de 3 de março de 2006, e 101 de 19 de junho de 2006.

Art. 8º O imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural - CAR, ou no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR;

Art. 9º Considerando as comunidades e ou populações tradicionais.

Art.10 Reservas extrativistas, na qual deverá ser regulamentada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEDAM.

Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de tornar a FHEMERON uma Autarquia desvinculada da Secretaria de Saúde.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual junto a Secretaria de Saúde a necessidade de tornar a FHEMERON uma Autarquia desvinculada da Secretaria de Saúde.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A propositura ora mencionada se faz necessário devido as ocorrências momento debatidas por este plenário a fim de resolver ou amenizar a questão de taxa cobrada pelas bolsas de sangue em caráter de venda para órgãos de saúde do sistema privado.

A FHEMERON necessita de um orçamento próprio afim de que possa gerir e determinar uma forma alternativa de arrecadação e repasse do Estado, dessa forma não seria necessário e nem conveniente cobrar pelas bolsas de sangue que até então são recebidas mediante doações. A população doa seu sangue e em contrapartida passa a vê-lo sendo comercializado, o que descaracteriza o sentimento de voluntariado e passa a ser taxado do sistema de arrecadação sem custos, até porque a "matéria prima", ou seja, os insumos hemodiálícos são de natureza doadora.

Sendo transformada em Autarquia, a Fundação de Hematologia de Rondônia, se desvincularia da Secretaria de Saúde, mas seriam independentes e harmônicas entre si, possibilitando um eficaz desempenho de suas competências.

Plenário das Deliberações 30 de junho de 2015.

Dep. Alex Redano - SD

JUSTIFICATIVA

Esta Lei estabelece diretrizes quanto a documentação a ser apresentada em Plano de Manejo Florestal em áreas de posses rurais. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável.

Esta Lei atenderá os seguintes princípios

Constituição Federativa do Brasil de 1988, nos artigos que tratam sobre posse de imóveis rurais, ressaltam-se os seguintes:

Art. 225 Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo par aos presentes e futuras gerações.

Art. 170 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III - função social da propriedade;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais.

Considerando a Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Considerando a Lei Federal 11.952 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Considerando o Decreto Federal nº 7830 de 17 de outubro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e dá outras providências.

Tendo em vista o Decreto Estadual nº 19.467 de 29/01/2015, quando remete a Lei Federal nº 12651 de 25/05/2012, os procedimentos para PMFS. Em obediência ao art. 31, § 6º “ Para fins de manejo florestal na pequena propriedade ou posse rural familiar, os órgãos do Sistema deverão estabelecer procedimentos simplificados de Elaboração, Análise e Aprovação dos referidos PMFS.

Plenário das Deliberações 1º de julho de 2015.

Dep. Alex Redano - SD

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR - DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - HERMÍNIO COELHO - PSD e JEAN OLIVEIRA - PSDB

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA DECRETA:

Art. 1º O Parágrafo único do artigo 14 da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, passa vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. Não fará jus aos auxílios a que se refere os incisos II e III deste artigo, os artigos, os servidores cedidos de outros Poderes ou Órgãos à disposição da Assembleia Legislativa, com exceção dos Assessores Militares.

Art. 2º Esta Lei Complementares entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos tomando esta iniciativa, considerando que o texto vigente do dispositivo a ser alterado veda o pagamento de Auxílio Alimentação e Auxílio Saúde aos servidores cedidos a este Poder, dentre os quais se incluem os Assessores Militares.

Ocorre, que o valor da gratificação paga aos mesmos é de R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais) e atualmente os mesmos recebem além da gratificação acima referida, o valor de R\$200,00 (duzentos reais) .

A nossa pretensão é estender a esses policiais que estão disposição desta Casa o pagamento do Auxílio Alimentação e Saúde, o que importa em mais de R\$800,00 (oitocentos reais), sendo

R\$600,00 (seiscentos reais) correspondente ao Auxílio Saúde e R\$200,00 (duzentos reais) de Auxílio Alimentação.

Entendemos ser justa a nossa proposta razão pela qual concitamos o apoio e o voto dos nobres Pares, no sentido de que possamos aprovar o nosso Projeto de Lei Complementares.

Plenário das Deliberações, 1º de julho de 2015.

Dep. Jesuino Boabaid - PT do B

Dep. Hermínio Coelho - PSD

Dep. Jean Oliveira - PSDB

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B -

Requer à Mesa Diretora, que sejam convocados a comparecer a esta Casa, no dia 1º de julho às 17h, os seguintes Secretários: Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Finanças para prestarem explicações inerentes ao Projeto de Lei referente a Reforma Administrativa.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, na forma regimental do art. 179, inciso III, nos termos do art. 29, inciso XVIII c/c art. 31 § 3º da Constituição Estadual, que sejam convocados a comparecer a esta Casa, no dia 1º de julho às 17h , os seguintes Secretários: Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Finanças para prestarem explicações inerentes ao Projeto de Lei referente a Reforma Administrativa.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O pedido deste requerimento se faz necessário, uma vez que o poder fiscalizador do atos do executivo, deve ser exercido por esta Casa de Lei, conforme preceitua o art. 46 da Constituição Federal.

“Art. 46 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado respondo ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

Desta forma, convoco os Secretários de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário da Casa Civil e Secretário de Estado de Finanças para apresentar as explicações inerente ao Projeto de Lei referente à Reforma Administrativa.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação do presente Requerimento.

Plenário das Deliberações, 1º de julho de 2015.

Dep. Jesuino Boabaid - PT do B